



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

Joanna Célia Rodrigues Oliveira

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EXPANSÃO URBANA EM
PETROLINA/PE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MORFOLOGIA URBANA**

João Pessoa – PB

2024

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

**CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA - CCEN
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGG
MESTRADO EM GEOGRAFIA**

**DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EXPANSÃO URBANA EM
PETROLINA/PE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MORFOLOGIA URBANA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia – Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Discente: Joanna Célia Rodrigues Oliveira;

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento;

Coorientador: Prof. Dr. Cláudio Smalley Soares Pereira.

João Pessoa – PB

202

**"DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EXPANSÃO URBANA EM
PETROLINA/PE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MORFOLOGIA
URBANA".**

por

Joanna Célia Rodrigues Oliveira

**Dissertação de Mestrado apresentada ao Corpo Docente do Programa de Pós-graduação em
Geografia do CCEN-UFPB, como requisito total para obtenção do grau de Mestre em
Geografia.**

Área de concentração: Território, trabalho e Ambiente.

Aprovado por:

Documento assinado digitalmente
 **ALEXANDRE SABINO DO NASCIMENTO**
Data: 27/03/2024 14:06:17-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento
Orientador

Documento assinado digitalmente
 **DORALICE SATYRO MAIA**
Data: 16/03/2024 17:41:09-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Doralice Sátiro Maia
Examinadora interna

Documento assinado digitalmente
 **CLAUDIO SMALLEY SOARES PEREIRA**
Data: 29/02/2024 22:31:20-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Claudio Smalley Soares Pereira
Examinador externo

Documento assinado digitalmente
 **RENATA SIBERIA DE OLIVEIRA**
Data: 04/03/2024 10:39:21-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Renata Sibéria de Oliveira
Examinadora externa

**Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Exatas e da Natureza
Programa de Pós-graduação em Geografia
Cursos de Mestrado e Doutorado em Geografia**

O48d Oliveira, Joanna Célia Rodrigues.
Desigualdades socioespaciais e expansão urbana em
Petrolina/PE : uma análise a partir da morfologia urbana /
Joanna Célia Rodrigues Oliveira. - João Pessoa, 2024.
125 f. : il.

Orientação: Alexandre Sabino do Nascimento.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN.

1. Expansão urbana. 2. Desigualdade socioespacial.
3. Morfologia urbana. I. Nascimento, Alexandre Sabino do.

II. Título. UFPB/BC CDU 911.375.1(043)

Dedico esta dissertação de mestrado aos indignados com a desigualdade urbana, cuja fervorosa energia e inabalável compromisso com a justiça social impulsionam a busca por um mundo onde cada indivíduo tenha acesso igualitário a oportunidades e recursos. Que este trabalho seja uma pequena contribuição para a compreensão e transformação das estruturas que perpetuam as disparidades nos espaços urbanos das cidades médias, e que inspire ações concretas rumo à uma cidade mais inclusiva, solidária e justa para todos os seus habitantes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador, o Prof. Dr. Alexandre Sabino do Nascimento, sempre disposto a sanar dúvidas e apontar caminhos durante a escrita dessa pesquisa, dialogando com a teoria com a prática social, nesse fazer e desfazer que compõe o movimento dialético da materialidade. Agradeço, também, ao colegiado do Programa de Pós-graduação em geografia da Universidade Federal da Paraíba, que ministraram disciplinas importantes durante o meu processo de aprendizagem.

Ao Prof. Dr. Cláudio Smalley Soares Pereira, meu coorientador e guia nesta jornada acadêmica, expresso minha profunda gratidão. Desde os tempos de graduação, tive o privilégio de contar com sua presença como professor, orientador e, acima de tudo, amigo. Sua disponibilidade incansável e sua habilidade em conduzir minhas dúvidas e lacunas em direção a soluções viáveis foram, e continuam sendo, fundamentais para minha formação integral. Sem a sua orientação esta pesquisa não teria sido possível e, minha trajetória acadêmica, certamente, não teria alcançado os novos horizontes que hoje se descortinam diante de mim.

Agradeço a Wesley Heimard Leite Rodrigues, meu companheiro, incansável nos desafios dos trabalhos de campo, capturando em fotografias as nuances das desigualdades sociais. Sua disposição para mergulhar nas páginas desta pesquisa, acrescentando *insights* e debatendo conceitos, é um presente inestimável. Agradeço também pelo carinho constante, pelas alegrias compartilhadas, que iluminaram os dias mais árduos e tornaram esta jornada de escrita menos solitária. Contigo ao meu lado, cada palavra ganha significado mais profundo. Eu amo você!

Aos amigos, Wérika Matos, por sonhar comigo o ingresso no mestrado e dividir, dias a fio, as dificuldades e belezas de residir em uma cidade nova; Amanda Santos, pelo companheirismo e pelas alegrias desde a graduação; Marta Barros, por me fazer acreditar em mim, mesmo nos meus momentos mais sombrios e desafiadores. Aos demais colegas que tive o prazer de conhecer e gargalhar, enquanto morei em João Pessoa. Sem vocês, não seria possível notar a beleza e o afeto que existe na partilha coletiva.

À minha família, Maria de Lourdes, minha mãe passarinha, suporte necessário nas adversidades e aconchego, sempre me mostrando que, para viver “é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter gana sempre”. Ao meu pai, Espedito, por me ensinar, desde a infância, que a educação é um caminho árduo, mas repleto de realizações; este que esperou ansioso pela finalização dessa etapa da minha vida, mas me deixou uma semana antes da defesa, saudades eternas. À minha irmã Bruna Carolina, por muitas vezes me pôr no eixo e por me fazer saber,

sempre, que eu não estarei sozinha. Aos meus sobrinhos, Heitor e Bernardo, por me mostrarem como amar com alegria.

Expresso minha sincera gratidão à Capes pelo apoio financeiro concedido por meio da bolsa de mestrado. Sem esse suporte indispensável, a conclusão desta pesquisa teria sido uma tarefa muito mais árdua. Agradeço pelo reconhecimento do valor do conhecimento e pela oportunidade de desenvolver meu potencial acadêmico.

Por fim, desejo expressar a minha gratidão aos meus adoráveis companheiros de quatro patas: Siobhan, a pequena gigante que domina a arte de destruir objetos, enquanto implora por carinho; à Pulguinha, cujo cheirinho doce contrasta com suas mordidas dolorosas, mas amorosas. E em memória eterna, homenageio meu querido Karl Marx, o fiel amigo que foi meu presente mais precioso, minha constante companhia nos dias chuvosos na Paraíba e nos ensolarados na Bahia. Sua ausência deixa saudade desde o primeiro tique-taque de suas patinhas pela casa, ao acordar, até o aconchego sob o lençol ao adormecer.

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS E EXPANSÃO URBANA EM PETROLINA/PE: UMA ANÁLISE A PARTIR DA MORFOLOGIA URBANA

Resumo

O espaço urbano contemporâneo brasileiro apresenta, atualmente, características que representam um novo conteúdo, este, calcado no processo de mundialização que, por sua vez, redefine o papel das cidades médias acrescentando a elas, uma importância para a consolidação econômica que ultrapassa o âmbito local/regional. Nesse contexto, a produção do espaço urbano apresenta, a partir da análise da sua morfologia – nessa pesquisa compreendida enquanto a junção da forma e do conteúdo urbano – características que apontam para uma fragmentação do espaço que pode ser apreendida a partir das suas desigualdades socioespaciais, que adquirem propriedades únicas diante do contexto de cidades ligadas à produção do agronegócio. Tais contradições são o resultado da ação de diferentes agentes produtores do espaço que atuam a partir dos seus interesses, que apresentam a dialética criada entre o valor de uso e o valor de troca, no contexto do capitalismo financeiro. Nesse sentido, a presente pesquisa tem como objetivo analisar as desigualdades socioespaciais na cidade média de Petrolina (PE), aqui entendida sob o olhar da morfologia urbana. O método de análise escolhido é o materialismo histórico-dialético, porque possibilita compreender a realidade em suas múltiplas determinações, com o objetivo de alcançar a concretude. As técnicas de análise distribuem-se em: I – levantamento bibliográfico teórico das principais categorias de análise aqui mobilizadas, a saber: a produção do espaço urbano; morfologia urbana; desigualdade urbana; habitações de interesse social; empreendimentos residenciais fechados; as periferias. II – Levantamentos de dados a partir da consulta aos órgãos públicos municipais da cidade de Petrolina (PE); bem como do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); por fim, a busca por notícias de sites e empresas locais e regionais; III – Trabalhos de campo realizados na cidade de Petrolina. As análises demonstraram que a expansão urbana da cidade de Petrolina (PE), realiza-se a medida em que aprofunda diferentes formas de desigualdade, beneficiando, nesse processo, os interesses do mercado imobiliário em articulação com o poder público e à revelia das pessoas com baixo poder aquisitivo.

Palavras-chave: desigualdade socioespacial; expansão urbana; morfologia urbana.

Abstract

Brazil's contemporary urban space currently has characteristics that represent a new content, based on the process of globalization which, in turn, redefines the role of medium-sized cities, adding to them an importance for economic consolidation that goes beyond the local/regional level. In this context, the production of urban space presents, from the analysis of its morphology - in this research understood as the combination of urban form and content - characteristics that point to a fragmentation of space that can be apprehended from its socio-spatial inequalities, which acquire unique properties in the context of cities linked to agribusiness production. These contradictions are the result of the actions of different space-producing agents who act on the basis of their interests, which present the dialectic created between use value and exchange value in the context of financial capitalism. In this sense, this research aims to analyze socio-spatial inequalities in the medium-sized city of Petrolina (PE), understood here from the perspective of urban morphology. The method of analysis chosen is historical-dialectical materialism because it makes it possible to understand reality in its multiple determinations, with the aim of achieving concreteness. The analysis techniques are divided into I - theoretical bibliographic survey of the main categories of analysis mobilized here, namely: the production of urban space; urban morphology; urban inequality; social housing; closed residential developments; the peripheries. II - Data collection based on consultations with municipal public bodies in the city of Petrolina (PE); as well as the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE); finally, the search for news on local and regional websites and companies; III - Fieldwork carried out in the city of Petrolina. The analysis showed that the urban expansion of the city of Petrolina (PE) takes place to the extent that it deepens different forms of inequality, benefiting, in the process, the interests of the real estate market in conjunction with public authorities and to the detriment of people with low purchasing power.

Keywords: socio-spatial inequality; urban sprawl; urban morphology.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Mapa de localização do município de Petrolina-PE com destaque para o perímetro urbano.....	6
Figura 2 - Imagem da cidade de Petrolina (PE) no ano de 1937.....	25
Figura 3 - Frentes de expansão urbana ligadas à produção do agronegócio na cidade de Petrolina (PE).....	32
Figura 4 - Viaduto da avenida 7 de Setembro em Petrolina (PE).....	32
Figura 5 - Viaduto localizado entre a Avenida das Nações e a estrada das Pedrinhas.....	33
Figura 6 - Mapa de expansão urbana da cidade de Petrolina/PE entre os anos de 1945 e 2021..	40
Figura 7 – Localização dos loteamentos na cidade de Petrolina (PE).....	43
Figura 8 - Mapa de chefes de família com rendimento acima de 20 salários-mínimos.....	44
Figura 9 - Hotéis e prédios verticais na orla fluvial de Petrolina (PE).....	45
Figura 10 - Prédios dispostos na orla fluvial da cidade de Petrolina (PE).....	45
Figura 11 - Mapa dos chefes de família com rendimento de 0 a 1 salários-mínimos.....	46
Figura 12 - Mapa de localização dos objetos de estudo na cidade de Petrolina (PE).....	48
Figura 13 - Mapa de localização das comunidades periféricas em Petrolina (PE).....	51
Figura 14 - Comunidade periférica Jardim Petrópolis, localizada no bairro São Gonçalo em Petrolina (PE).....	52
Figura 15 - Comunidade periférica “vila chocolate”, localizada no bairro São Gonçalo em Petrolina (PE).....	53
Figura 16 - Comunidade periférica “vila Dilma”, localizada no bairro São Gonçalo em Petrolina (PE).....	53
Figura 17 - Comunidade periférica “Santa Terezinha”, localizada no bairro João de Deus em Petrolina (PE).....	55
Figura 18 - Comunidade periférica “vila da paz”, localizada no bairro João de Deus, em Petrolina (PE).....	56
Figura 19 - Comunidade periférica “Invasão 1 do Pedro Raimundo”, localizada no bairro Pedro Raimundo na cidade de Petrolina (PE).....	58
Figura 20 - Comunidade periférica “Invasão 2 do Pedro Raimundo”, localizada no bairro Pedro Raimundo na cidade de Petrolina (PE).....	58

Figura 21 - Comunidade periférica “Invasão 1 do bairro Vale do Grande Rio”, situada no bairro Vale do Grande Rio na cidade de Petrolina (PE).....	60
Figura 22 - Comunidade periférica “Invasão do Ouro Preto”, localizada no bairro Ouro Preto em Petrolina (PE).....	61
Figura 23 - Bairro Mandacaru, localizado na cidade de Petrolina (PE).....	62
Figura 24 - Comunidade periférica São Joaquim, localizada no bairro Dom Avelar em Petrolina (PE).....	63
Figura 25 - Comunidade periférica “Invasão 1 do bairro Dom Avelar”, localizada no bairro Dom Avelar na cidade de Petrolina (PE).....	64
Figura 26 - Comunidade periférica “Invasão 2 do bairro Dom Avelar”, localizada no bairro Dom Avelar na cidade de Petrolina (PE).....	65
Figura 27 - Comunidade periférica “invasão do Vila Marcela”, localizada no bairro Vila Marcela na cidade de Petrolina (PE).....	66
Figura 28 - Comunidade periférica “invasão do bairro Topázio”, localizada no bairro topázio em Petrolina (PE).....	67
Figura 29 - Comunidade periférica “vila Vitória”, localizada no bairro Henrique Leite III em Petrolina (PE).....	68
Figura 30 - Apartamentos do Residencial Nova Petrolina localizado em Petrolina (PE).....	72
Figura 31 - Forma das habitações do Residencial Nova Petrolina (PE).....	73
Figura 32 - Alterações na infraestrutura dos apartamentos do MCMV no Residencial Nova Petrolina.....	75
Figura 33 - Garagens autoconstruídas pelos moradores do Residencial Nova Petrolina.....	76
Figura 34 - Perspectiva Residencial: vista exclusiva das residências do empreendimento residencial fechado Caminho das Águas, ao Lado do Residencial Nova Petrolina.....	78
Figura 35 - Empreendimento residencial fechado Encontro das Águas localizado em Petrolina (PE).....	80
Figura 36 - Área interna do empreendimento residencial fechado Encontro das Águas.....	81
Figura 37 - Unidade Básica de Saúde, localizada no bairro Nova Petrolina em Petrolina (PE).	82
Figura 38 - Empreendimento residencial fechado Buona Vita, localizado na cidade de Petrolina (PE).....	83
Figura 39 - Mapa de zoneamento da sede do município de Petrolina (PE).....	84
Figura 40 - Empreendimento residencial fechado Terras Alphaville, localizado em Petrolina (PE).....	86
Figura 41 - Entrada do empreendimento residencial Terras Alphaville.....	87

Figura 42 - Empreendimento residencial em construção, Colinas Bella Vista localizado em Petrolina (PE).....	88
Figura 43 - Saint Claire Home Club, empreendimento residencial fechado em construção.....	89
Figura 44 - Loteamento Nova Petrolina, área de especulação imobiliária em Petrolina (PE)....	92
Quadro 1 - Variáveis do agronegócio e a cidade de Petrolina (PE).....	30
Quadro 2 - Tipologias para cidades médias e os serviços oferecidos por Petrolina/PE.....	37
Tabela 1 - Evolução da população urbana e rural no município de Petrolina entre os anos de 1960 e 2023.....	28
Tabela 2 - Distribuição por bairros e renda mediana mensal da população de Petrolina no ano de 2010.....	42

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E A LÓGICA DO CAPITALISMO	11
2 - A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE PETROLINA: DESIGUALDADES E MORFOLOGIA	23
2.1 – A urbanização estratégica voltada para o agronegócio da cidade de Petrolina	24
2.2 - Aproximações entre a cidade de Petrolina e o conceito de Cidades do Agronegócio	29
2.3. Contextualizando a cidade de Petrolina enquanto cidade média	34
2.4 – O desenvolvimento socioeconômico e a expansão contraditória urbana da cidade de Petrolina (PE)	39
3 – AS DESIGUALDADES CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO URBANO DE PETROLINA/PE	49
3.1 – As periferias na cidade de Petrolina (PE).....	49
3.2 – As desigualdades nas periferias não homogêneas.....	69
3.3 Novas frentes de expansão: a produção contraditória da cidade de Petrolina.....	79
3.4 – Resistências frente à produção contraditória do espaço urbano	93
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	102

INTRODUÇÃO

Estamos vivenciando a urbanização de maneira complexa, imersos em contradições que expressam as consequências da dominação de uma lógica econômica excludente. As cidades que surgem e se transformam nesse período histórico, ao mesmo tempo que são repletas de funcionalidades para viabilizar a produção e a circulação de mercadorias em escala global, são incapazes de fornecer condições básicas de sobrevivência para a maior parte da sua população.

É a construção de um espaço urbano que, enquanto produto social e realidade imediata (Carlos, 2011), se forja na crescente individualização nas suas formas. As desigualdades socioespaciais que surgem dessas novas práticas espaciais, podem ser visualizadas na escala das cidades médias, quando se observa, por exemplo, a crescente inserção de novos produtos imobiliários tais como os empreendimentos residenciais fechados, a localização dos espaços reservados para as moradias populares e os bairros periféricos.

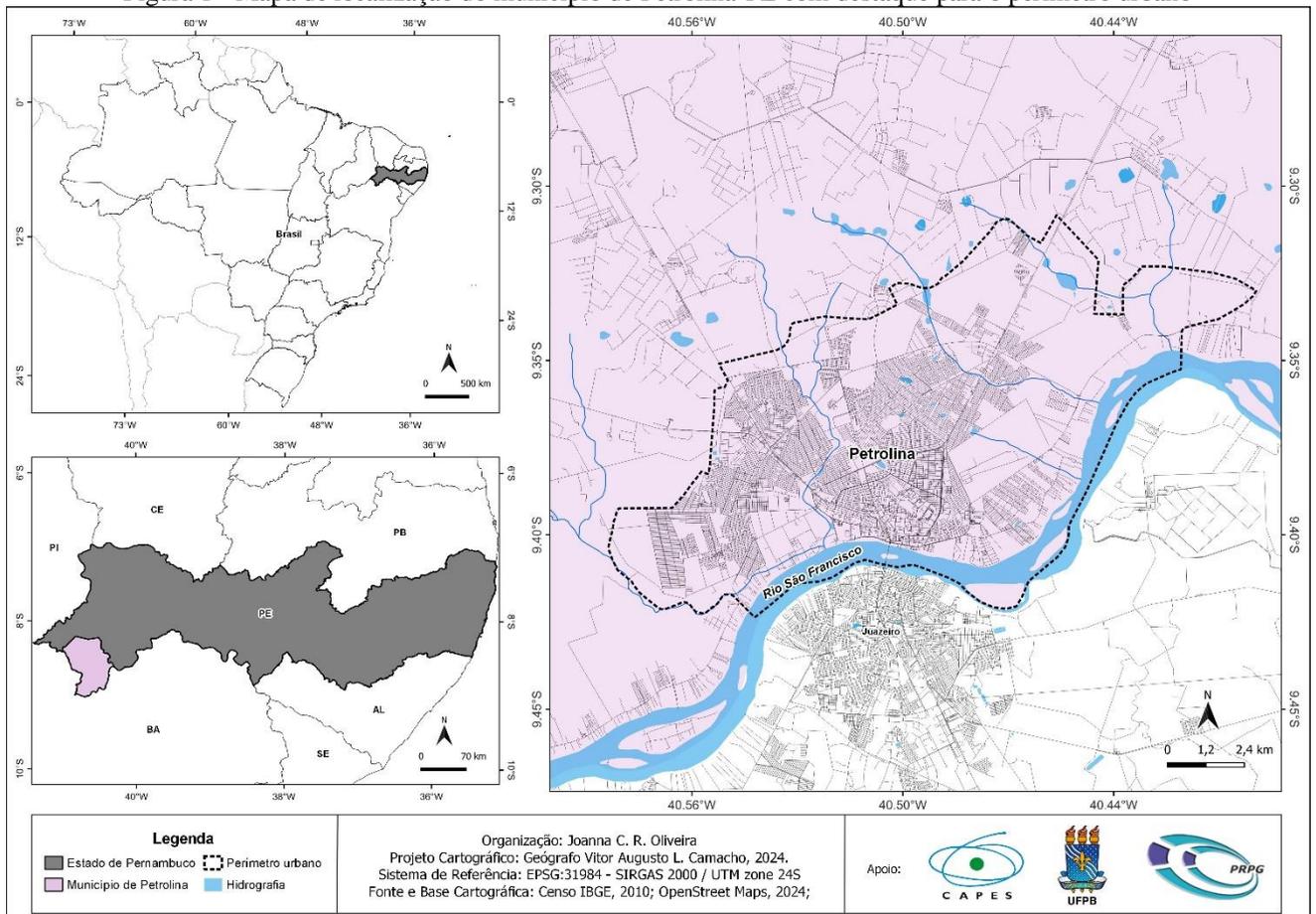
Considerando as premissas estabelecidas, o cerne do problema investigado neste estudo reside no seu objeto de análise, que busca responder à seguinte indagação: de que forma as novas práticas espaciais, que impulsionam a expansão urbana, contribuem para a geração de desigualdade socioespacial, e como essa desigualdade pode ser identificada por meio da morfologia urbana? Para isso, utilizaremos como referência a cidade média de Petrolina, localizada no estado de Pernambuco. A partir da questão orientadora mencionada, o objetivo geral desta pesquisa é compreender os processos de desigualdade socioespacial e expansão urbana na cidade de Petrolina/PE, tendo como base a análise da morfologia urbana.

Ao voltar o olhar para uma cidade, pode-se ter a impressão de que as suas formas representam, em toda a sua amplitude, o agora. De certa forma, esse entendimento não está completamente equivocado porque o imediatismo que compõe as dinâmicas do capital age em um fazer e desfazer – construir e destruir – (Sposito, 2004) o espaço urbano. A dialética da “destruição criativa” da qual Harvey (2005) aponta é parte da natureza da produção capitalista do espaço. Contudo, a geografia histórica demonstra que as espacialidades consideradas pretéritas marcam as espacialidades atuais (Erthal, 2003), sobretudo, porque considerando a perspectiva de Corrêa (2001) elas são, também, a expressão de processos sociais.

É, a partir da complexificação desses processos sociais que a cidade de Petrolina desperta o interesse, tendo em vista a apreensão das suas dinâmicas socioespaciais que atuam na produção do espaço urbano. Destarte, contextualizando-a, a Região Geográfica Imediata de Petrolina localiza-se no extremo oeste do estado de Pernambuco, possui uma área territorial de

4.561,870 km², com uma população estimada pelo IBGE em 2022 de 386.786¹ pessoas no referido município. O município apresenta um PIB estimado em cerca de R\$ 7,9 bilhões de reais (IBGE, 2021) deste, 47,1% do valor incorporado advém do setor de serviços, seguido pelas participações da administração pública (24,5%), a agropecuária (24,5%) e a indústria (12,3%) (IBGE, 2022). No mapa a seguir é possível visualizar o município de Petrolina com destaque para o seu perímetro urbano.

Figura 1 - Mapa de localização do município de Petrolina-PE com destaque para o perímetro urbano



Fonte: a autora (2024)

A cidade também está inserida na Região de Desenvolvimento do Sertão do São Francisco (RIDE), pela Lei Complementar n° 113 de 19 de setembro de 2001, configurando-se enquanto um dos maiores polos da fruticultura irrigada no Brasil (Cruz, 2013). Limita-se com os municípios Afrânio/PE, Dormentes/PE, Lagoa Grande-PE, Casa Nova/BA e Juazeiro-BA, o seu clima é semiárido quente e os distritos que compõem o município são: Cristália, Curral

¹ Os dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, até a finalização dessa pesquisa, não discriminou quantos desses habitantes residiam na zona rural e quantos residiam na zona urbana da cidade de Petrolina.

Queimado, Izacolândia, Km 25, Lagoa, Massangano, Nova Descoberta, Ns2 Núcleo de Serviços, Pedrinhas, Rajada, Serrote do Urubu, Uruás, Vila Nova, Vila Nova N5 (MBI, [s.d]).

No tocante as vias de acesso à cidade, o município é cortado pelas rodovias federais BR-232, BR-110, BR-316, BR-428 e BR-122 e estadual PE-360, ocupando uma posição geográfica estratégica por localizar-se distante das principais capitais regionais (Prefeitura de Petrolina, 2014).

A cidade aqui estudada começou o seu processo de povoamento a partir das dinâmicas relacionadas a pecuária, a mineração (em outros estados, mas que levava os trabalhadores a passarem pelas áreas que correspondiam a cidade de Petrolina) e a agricultura. A família Garcia D'Ávila (Casa da Torre), desempenhou um papel crucial para a consolidação da cidade de Petrolina. Entre os anos de 1550-1852, os D'Ávila caracterizavam-se por serem grandes latifundiários com poderes e influências políticas e, as suas sesmarias iam do litoral baiano até o sertão do São Francisco. Atualmente, essas terras corresponderiam, aproximadamente, as cidades de Juazeiro/BA e Petrolina/PE (Muniz, 2021).

O avanço da pecuária pelo interior do Brasil desencadeou o surgimento de vilas e povoados, formando aglomerações de pessoas que se estabeleciam ao longo das rotas projetadas para encurtar a distância entre o sertão e o litoral, visando otimizar o transporte das boiadas. A "passagem de Joazeiro²", como era chamada onde hoje é a cidade de Petrolina, recebe essa designação devido à sua localização em uma rota que atravessa o Rio São Francisco, cuja qual possui a mesma denominação. Este fenômeno emerge a partir da instalação de currais, da presença de missões religiosas e da prática de aprisionamento e desterritorialização dos nativos e quilombolas que, originalmente, habitavam a região (Muniz, 2021).

A atividade das boiadas e a atuação da Igreja Católica marcam o modo como ocorreu à apropriação e o domínio do espaço no Sertão do São Francisco (Muniz, 2021), este, sempre em confluência com as atividades ligadas à pecuária. Sobre esse aspecto Garcez e Sena (1992) explica que as primeiras atividades econômicas estabelecidas no interior de Pernambuco centraram-se na pecuária, fazendo surgir as primeiras fazendas e vilas, conforme apontado anteriormente, que prestavam auxílio para a consolidação dessa atividade no comércio regional.

Segundo Muniz (2021), a atuação da Igreja Católica, por sua vez, teve início com a chegada dos chamados frades capuchinhos franceses, que atuaram a partir das missões

² Segundo Britto (1995, p. 14): "A origem da sede deste município é desconhecida, rezando a tradição ter sido uma fazenda de criação de gados e, como outrora servia de passagem aos negociantes de gado de Ouricury, deste Estado, e o Estado do Piauí para a cidade de Joazeiro, Estado da Bahia, lhe veio o nome de 'Passagem de Joazeiro', nome que conservou por muito tempo até que com a criação da Freguesia, deu-se-lhe a denominação de 'Petrolina'".

religiosas e da catequização dos nativos que viviam no território. Petrolina adquiriu o status de Vila em 1870, conforme estabelecido pela Lei Provincial 921/1870. Em 1874, alcançou o estatuto de Comarca, influenciada por José Crispiano Rodrigues Brandão, um Tenente-Coronel considerado o fundador do município. A sua designação como cidade foi oficializada mediante a promulgação da Lei Estadual nº 130, em julho de 1985.

Com base nessa breve contextualização histórica, que permeia o surgimento da cidade de Petrolina, faz-se necessário destacar que a decisão por compreender os processos que geram desigualdades na produção do espaço urbano voltando a análise para a morfologia urbana, surge do entendimento de que a análise morfológica, pode abarcar a simultaneidade da dialética que compõe a forma, a função, o processo e a estrutura (Santos, 2023b). Dessa maneira, entendemos que a forma de uma cidade expressa o acúmulo de contradições históricas, em sua estrutura, ao mesmo tempo que se reformula constantemente – adquire funções - a partir do processo que permeia os interesses e as dinâmicas que compõem o seu campo social. Nos propomos, então, a apreender as relações que se estabelecem na produção socioespacial a partir da sua forma e do seu conteúdo.

No tocante aos objetivos específicos, norteadores dessa pesquisa, destaca-se a revisão bibliográfica sobre os conceitos de desigualdades socioespaciais, expansão urbana e morfologia urbana, com enfoque em estudos relevantes sobre esses temas em contextos similares. A análise da história do crescimento urbano e espacial de Petrolina/PE, identificando os principais fatores e eventos que contribuíram para sua expansão urbana ao longo do tempo. A caracterização dos principais padrões de desigualdades socioespaciais presentes na cidade, considerando indicadores socioeconômicos, acesso a serviços públicos e infraestrutura urbana. Explicitação das principais políticas públicas e instrumentos de planejamento urbano adotados pelo município de Petrolina/PE, relacionando-os com os processos de expansão urbana e suas implicações nas desigualdades socioespaciais.

O método utilizado, o materialismo histórico-dialético, embasa a análise deste estudo de maneira consistente, alinhando-se com a literatura em Geografia Urbana. Destaca-se pela sua capacidade de compreender a realidade, considerando a materialidade do objeto em estudo, exemplificada pela morfologia concreta da cidade média de Petrolina. Além disso, valoriza a historicidade dos processos que geram desigualdades socioespaciais e expansão urbana, reconhecendo suas múltiplas determinações anteriores aos eventos empíricos observáveis (Netto, 2011). A abordagem dialética fortalece a análise ao considerar as contradições presentes nesses processos, oferecendo uma compreensão mais profunda do objeto como um conjunto complexo de elementos interconectados. Daí a importância de se pensar em termos de

totalidades. A presente pesquisa se efetiva ao partir desses fatos, conectando-os à realidade social de forma contextualizada, tanto sincrônica quanto diacrônica. Seguindo a perspectiva de Marx (2011), a pesquisa e sua exposição são processos reais, nos quais a pesquisadora se insere, aproveitando o conhecimento acumulado pela história. Assim, ela transita do abstrato ao concreto e vice-versa, enriquecendo sua compreensão inicial com as diversas determinações da realidade.

Dessa forma, a pesquisa aqui apresentada está estruturada em três capítulos. O primeiro intitulado “a produção do espaço geográfico e a lógica da cidade no capitalismo” expõe a discussão teórica realizada por diferentes autores que refletem e propõem uma discussão sobre o espaço geográfico e a forma como ele é apropriado sob modo de produção capitalista. Logo, salienta-se a cidade e a sua dimensão coletiva que é, por sua vez, atravessada pela mercantilização do espaço este que exprime a distinção e a dialética que se apresenta na divisão das classes sociais. No que concerne a sua forma, o capítulo em questão aponta para uma morfologia que, embora seja pensada para a viabilização da circulação do capital, também apresenta espaços contraditórios e de resistências que se estabelecem em meio a desigualdade socioespacial.

O segundo capítulo, por sua vez, corresponde “a produção do espaço urbano na cidade de Petrolina/PE: desigualdades e morfologia”, e se propõe a analisar, como ocorreu/ocorre a produção do espaço urbano contemporâneo. Nesse capítulo, a cidade de Petrolina/PE é apresentada bem como os seus indicadores econômicos ligados à produção da fruticultura irrigada, os investimentos e os principais agentes produtores do espaço urbano que são, nessa pesquisa, compreendidos como sendo os responsáveis pelas crescentes transformações urbanas que a cidade vem apresentando nas últimas décadas. Os indicadores sociais também são evidenciados, buscando explicitar a dialética que permeia a cidade supracitada e demonstra que, ao mesmo tempo em que ocorre a sua expansão, ela se faz em confluência com profundas contradições que marcam a sua morfologia e revela as desigualdades sociais na forma urbana.

Por fim, o terceiro capítulo, “as desigualdades contemporâneas no espaço urbano de Petrolina/PE”, foi dedicado a apresentação das contradições socioespaciais que se sobressaíram ao comparar a renda econômica dos seus habitantes, a localização das suas residências e a expansão do espaço geográfico. Pretendeu-se, com isso, destacar as diferenças no acesso a cidade e aos serviços públicos por parte daqueles que detêm menos, bem como apresentar os espaços que seguem uma lógica de reestruturação da cidade por meio dos empreendimentos imobiliários, a partir de uma leitura crítica da pesquisadora no contato com o real.

Nesse sentido, pesquisar as novas práticas espaciais, ou seja, a produção do espaço contemporâneo que impulsionam a expansão urbana na cidade de Petrolina/PE, a partir da morfologia urbana, torna-se imprescindível quando se tem por objetivo elucidar as transformações que vem ocorrendo no âmbito das cidades médias, sobretudo, naquelas que compõem as cidades do nordeste brasileiro, recorte este, ainda pouco explorado. As funções, o papel regional e as dinâmicas socioespaciais evidenciadas por essa pesquisa visam demonstrar que as desigualdades presentes no espaço urbano são diversas e podem ser vislumbradas em maior ou menor grau, a depender da escala de análise.

1 – A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO E A LÓGICA DA CIDADE NO CONTEXTO DO CAPITALISMO

[...] Somente o espaço permite apreender o futuro, através do presente e também do passado, pela incorporação de todas as dimensões do real concreto. Os processos espaciais são condicionantes duráveis das ações inovadoras.
- Milton Santos (2023, p. 118).

Nessa pesquisa, o espaço geográfico é compreendido enquanto espacialidade socialmente produzida a partir das suas contradições, embates e dinâmicas que o tornam, essencialmente, dialético. Todavia, para assimilar como ocorre a produção do espaço geográfico e a essência do que é a cidade sob o modo de produção capitalista, é preciso explicitar, ainda que de forma breve, as modificações históricas que ocorreram na relação sociedade e natureza, até o tempo presente. Dessa forma, uma análise histórico-geográfica proporciona a possibilidade de captar situações atuais que, embora possuam a falsa aparência de existência eterna, não passam de frações históricas que tendem a ser superadas à medida que a análise do real proporciona as condições necessárias para o seu questionamento e a modificação do que aparenta ser estático.

Destarte, o espaço, conforme salienta Soja (1993) não pode ser resumido a um mero reflexo das relações sociais de produção, pois é capaz de gerar contradições, de favorecer e/ou desfavorecer o modo de produção ao qual encontra-se inserido na sua historicidade. É nesse sentido que, para compreender esse espaço urbano deve-se levar em consideração a categoria trabalho, uma vez que ela é absolutamente relevante para a existência da humanidade que, a partir da produção da natureza é capaz de sanar as suas necessidades e criar a vida material. Contudo, é importante salientar que tais necessidades – a busca pela sobrevivência - foram alteradas à medida que as formas de produção foram se complexificando e, a interação com a natureza que, no princípio, estava baseada no valor de uso, adquiriu novos contornos na atualidade.

A produção da natureza voltada para atender as necessidades de sobrevivência possuía a característica elementar de desenvolver, a partir de uma interação metabólica³, a consciência humana. Conforme aponta Smith (1988, p. 72/73):

Produzindo os meios para satisfazer as suas necessidades, os seres humanos coletivamente produzem a sua própria vida material, e no processo produzem novas

³“O metabolismo dos seres humanos com a natureza é o processo pelo qual os seres humanos apropriam os meios para preencher suas necessidades e devolver outros valores de uso para a natureza” (Smith, 1988 p. 72).

necessidades humanas cuja satisfação requer outras atividades produtivas. Essas necessidades e seus modos de satisfazê-las são, no nível mais geral, os determinantes da natureza humana, porque acima de tudo isso as pessoas são seres naturais; elas direcionam para a produção as suas habilidades (físicas e mentais) que são exercitadas sobre e através dos objetos e instrumentos de produção [...] A produção da consciência é uma parte integral dessa produção geral da vida material. Em seu sentido mais geral, a consciência é simplesmente a consciência da prática humana.

Essa prática humana, foi se alterando ao longo do tempo e a forma de produzir deixou de ser limitada as necessidades imediatas a partir da obtenção de excedentes. Esses excedentes permitiram que certos indivíduos se dedicassem a empreender atividades mais intrincadas dentro da estrutura da divisão social e sexual do trabalho. É nesse contexto que emerge a gênese da sociedade de classes, delineando uma clivagem entre “uma parte da sociedade que deixa de executar trabalho produtivo, em parte ou no todo, e obtém lazer às custas da população restante que continua trabalhando” (Smith, 1988, p. 75). A institucionalização dessa cisão divide a sociedade entre exploradores e explorados que, segundo Smith (1988), alteram a relação da sociedade com a natureza.

Com a produção para troca, intensificada com o surgimento do modo de produção capitalista no século XVI, aquilo que antes continha um caráter coletivista, passa a ser individualista e transforma a natureza humana a partir da divisão entre trabalho manual e trabalho mental. Essa separação faz surgir a alienação - que ocorre de forma diferente para os proprietários (burguesia) e para os produtores (a classe trabalhadora) – durante as etapas que concretizam o produto. No caso dos trabalhadores, essa alienação se manifesta de maneira severa porque os distanciam do seu entendimento sobre a classe a qual pertence e sobre si mesmos, enquanto indivíduos.

Nesse momento, a transformação da superfície terrestre começa a ocorrer de maneira cada vez mais intensa, trata-se, então, de produzir a partir de uma interação com a segunda natureza (Smith, 1988), esta, pode ser compreendida enquanto natureza humanizada porque é transformada a partir de regulações, formas de uso, normas e necessidades sociais. Dessa forma, a apropriação da natureza, sob o modo de produção capitalista torna-se “antes de mais nada uma relação de valor de troca” (Smith, 1988, p. 95) que, embora se altere ao longo do tempo e das complexificações estabelecidas pelo próprio modo de produção, conserva a característica de ser uma natureza produzida para a obtenção de lucro.

Nesse contexto, a produção do espaço no século XIX em diante passa a não acontecer à revelia do interesse capitalista. A concentração urbana, as reformas e modernizações que então se estabelecem asseguram a concepção formulada por Lefebvre (1976), que explica esse espaço compreendendo-o, também, enquanto meio de produção e mercadoria, uma vez que viabiliza a

circulação de pessoas e produtos, a realização de atividades laborais e a obtenção de matérias-primas.

Esse espaço, por sua vez, possui outras duas características, a primeira é que ele é consumido, mesmo sendo “menos criação e obra e, cada vez mais, produto, repetição” (Alvarez, 2019, p. 500) possuindo, enquanto essência dialética, espaços de entretenimento – espaços de vida – e a segunda refere-se ao fato de que esse espaço é, também, direcionado, no contexto sociopolítico, para a reprodução das relações sociais de produção, uma vez que “o espaço é político e ideológico” e tem formas de reprodução e significados diferentes nos diversos contextos de acumulação de capital (Lefebvre, 2008, p. 62).

Conforme explicita Lefebvre (2008, p. 48), a reprodução das relações de produção se apropriam de todos os lugares e afazeres oferecidos e o espaço, pode ser compreendido como sendo “[...] abstrato e concreto, homogêneo e desarticulado”; homogêneo, porque se produz e reproduz a partir de elementos repetitivos (cidades verticais e horizontais, edificações contínuas, habitações, dentre outros). Abstrato, porque imprime uma racionalidade urbana, através dos seus símbolos e signos, constantemente fortificados no imaginário social; concreto, porque se materializa nos espaços comerciais, nos espaços de lazer, nos subúrbios, dentre outros e desarticulado porque, ao mesmo tempo em que suas diferentes áreas possuem um grau de dependência, separam-se pelas desigualdades e se unem pela categoria fundante da sociedade: o trabalho. Nesse sentido, conforme aponta Carlos (1992, p. 27):

A cidade representa trabalho materializado; ao mesmo tempo em que representa uma determinada forma do processo de produção e reprodução de um sistema específico, portanto, a cidade é também uma forma de apropriação do espaço urbano produzido. Enquanto materialização do trabalho social, é instrumento da criação de mais-valia, é condição e meio para que se instituem relações sociais diversas. Nessa condição apresenta um modo determinado de apropriação que se expressa através do uso do solo. O modo pelo qual esse uso se dará dependerá, evidentemente, dos condicionantes do seu processo de produção. No caso da sociedade capitalista estará determinado pelo processo de troca que se efetua no mercado, visto que o produto capitalista só pode ser realizado a partir do processo de apropriação, no caso específico, via propriedade privada.

Lugar de encontro, de aglomerações, de embate entre diferentes interesses de uso e apropriação a cidade é, conforme aponta Rolnik (1995, p. 13) “[...] antes de mais nada um ímã”. A fixação da sociedade em um determinado espaço geográfico remete a complexificação das técnicas que permeiam a relação sociedade e natureza, na busca pela sobrevivência, e na construção racional que os sujeitos, ao se organizarem, exprimiram nesse espaço. Esse urbano trata-se, conforme explicita Lefebvre (2008, p. 85):

[...] de uma forma, a do encontro e da reunião de todos os elementos da vida social, desde os frutos da terra (trivialmente: os produtos agrícolas) até os símbolos e as obras ditas culturais. No próprio seio do processo negativo da dispersão, da segregação, o urbano se manifesta como exigência de encontro, de reunião, de informação. Enquanto forma o urbano tem um nome: é a simultaneidade.

Essa simultaneidade é a chamada “sociedade urbana” (Lefebvre, 2002), que surge do processo de industrialização que, por sua vez, marca o predomínio da cidade – da morfologia social – sobre o campo. Para esse autor, a *cidade política* marcou o surgimento de uma vida social organizada, possibilitando as trocas e o domínio político sobre aldeias e territórios vastos, cuja propriedade pertencia aos monarcas. Em seguida, as trocas comerciais tornaram-se uma função urbana – século XIV, na Europa Ocidental – e, durante esse processo, surge a *cidade mercantil*, com as suas formas e estruturas vinculadas à construção de um espaço urbano cuja relação sociedade e natureza distancia-se, objetifica-se. Com o surgimento do capital industrial ergue-se a *cidade industrial*, impiedosa e concentradora de bens, serviços e pessoas.

A cidade, nesse sentido, possui uma dimensão coletiva, uma vez que as suas formas expressam, historicamente, os ideais e as contradições sociais de um determinado tempo, estas, intrínsecas a uma organização do território e as relações políticas que nele se estabelecem. A “cidade do capital”, todavia, possui a característica de ser marcada pela mercantilização do espaço que, por sua vez, expressa a distinção existente entre as classes sociais, dentre outras maneiras, no acesso ao espaço urbano (Rolnik, 1995).

Essa mercantilização é efeito da expansão do modo de produção capitalista que atua sobre e no espaço geográfico e se manifesta, sobretudo, através das ações de parte dos seus agentes produtores que comercializam a terra com o objetivo da acumulação de capital. É nesse sentido que Lefebvre (1976), aponta que o espaço não é passivo porque é utilizado como meio (instrumento) por uma classe hegemônica – a burguesia – esta, possuidora de poder sobre o espaço, capaz de modelá-lo e organizá-lo sob as diretrizes impostas pelo mundo da mercadoria.

Entre os agentes produtores do espaço urbano, os grupos sociais excluídos (Corrêa, 1989) ao passo que se apropriam desse espaço enquanto valor de uso, também o produzem em um contexto de segregação. Esses espaços desiguais se efetivam porque, segundo Rodrigues, (2016), a aplicação de capitais privados e ação do Estado atuam promovendo infraestrutura desigual na produção do espaço.

Um exemplo da aplicação desses capitais privados pode ser observado na lógica do capital envolvido no setor imobiliário que, conforme indica Botelho (2005, p. 10), são: “[...] a construção de *shopping centers*, empreendimentos de turismo e lazer, centros empresariais,

grandes condomínios verticais e horizontais, hotéis e *flats*.”, o setor imobiliário, nesse sentido, torna-se fundamental para o capitalismo.

Portanto, compreende-se que o setor imobiliário, embora apresente uma lentidão no que concerne a rotatividade dos seus produtos, é um importante elemento econômico e pode alterar o espaço quantas vezes forem necessárias para conseguir a produção de mais-valia. Todavia, esse espaço ao ser alterado, também é capaz de reinventar e produzir o novo, esse novo “seria a urbanização do planeta. E essa urbanização, comandada pelos princípios da geração de mais-valia, estaria marcada pela crescente segregação socioeconômica e cultural.” (Botelho, 2005, p. 14).

Trata-se, então, das contradições expressas no espaço, estas, oriundas da complexidade social e de um modo de produção em que os seus signos e significados estão imersos na lógica de produção e consumo. Nesse sentido, a cidade contemporânea pode ser entendida a partir de marcos espaço-temporais que, por sua vez, auxilia no seu entendimento quando assimila o seu espaço enquanto: *espaço absoluto*, que pode ser entendido a partir da sua materialidade fixa (lugar e região). Segundo Harvey (2013a, p. 10) esse é o espaço passível de mapeamento e, no campo social “[...] é o espaço da propriedade privada e de outras entidades territoriais delimitadas (como Estados, unidades administrativas, planos urbanos e grades urbanas)”.

Essa cidade também pode ser apreendida enquanto: *espaço relativo*, porque não pode ser entendida à revelia do ponto de vista do observador e do seu tempo (relação espaço-tempo). Diferente do espaço absoluto, o espaço relativo amplia as possibilidades de análise de um determinado fenômeno, todavia, ainda imerso em regras e formas de análises convencionais (Harvey, 2013a). E, por fim: *espaço relacional*, porque interage e internaliza diferentes objetos e suas particularidades (Harvey, 2013a), isso significa que um determinado acontecimento não pode ser entendido enquanto elemento isolado e que não possui relação com outras circunstâncias através do tempo.

Entende-se, portanto, que a produção do espaço urbano, sob o modo de produção capitalista pode ser absoluto, relativo ou relacional, depende da forma como os fenômenos serão considerados. Ao tomarmos como pressuposto que o processo de urbanização, na atualidade, está sendo efetivado em escala mundial, se faz necessário encarar as desigualdades compreendendo-as como sendo uma das condições de sustentação e consequência de um modo de produção antagônico. Portanto, a relação que se estabelece entre o espaço geográfico (a morfologia do espaço, com suas formas e restrições quanto ao acesso e ao valor de uso) e o social (a constante luta de classes sociais), expressam toda a diferenciação que forma o espaço urbano como constructo dialético (Soja, 1991).

Essa desigualdade, compreendida por Carlos (2007) como sendo condição-meio e produto da relação de produção e reprodução com a sociedade, pode ser apreendida a partir de três etapas analíticas: a primeira refere-se ao nível econômico, em que o espaço geográfico é condição e meio para a elaboração da materialidade, uma vez que proporciona as circunstâncias necessárias para que ocorra a produção, o consumo e a distribuição das mais diversas mercadorias. A cidade, nessa etapa, é produzida para fazer com que o capital, que é fundamentalmente circulante, passe por diferentes fases de produção para completar seu ciclo produtivo. O objetivo final desse processo é o consumo que, por sua vez, resulta na realização do lucro. Para que isso aconteça, é importante que haja rapidez e fluidez nessa execução, tanto em termos de tempo quanto de espaço.

A segunda etapa, de acordo com a autora supracitada, corresponde ao nível político, este, capaz de gerir, hierarquizar e definir os diferentes territórios, bem como as áreas importantes no tocante à contradição centro-periferia e na construção de novas centralidades no contexto da cidade. Aqui, é importante destacar a atuação do Estado no que se refere ao seu poder coercitivo, todavia, a atuação desse agente será melhor detalhada mais adiante, nessa pesquisa.

Por fim, o terceiro ponto a ser mencionado reporta-se ao nível social que, segundo Carlos (2007, p. 53) é o mais importante pois “[...] é nele que os dois outros ganham visibilidade, realizando-se”. No nível social, a dialética entre o valor de uso e o valor de troca defronta-se, o espaço que é apropriado em prol da propriedade privada é reivindicado pela classe trabalhadora a partir da sua necessidade de gerenciamento da vida, de sobrevivência. Esse espaço, estilhaçado, ainda segundo Carlos (2007, p. 54):

[...] assume a característica de fragmentado como decorrência da generalização do processo de mercantilização do espaço (fundada na existência da propriedade privada do solo urbano e da ação dos empreendedores imobiliários), revelando que as estratégias que percorrem o processo de reprodução espacial são estratégias de classe. Isto é, grupos sociais diferenciados, com objetivos, desejos e necessidades diferenciadas, o que torna as estratégias conflitantes.

Essas estratégias são a concretização das relações sociais, são dinâmicas que revelam embates e interesses que ora estão calcados na lógica do mercado, ora são representações da vida cotidiana, todavia, estão imersas nas contradições que formam o modo de produção capitalista, na apropriação da riqueza e naquilo que é inerente à sua existência: a desigualdade. Destarte, partimos, nessa pesquisa, para analisar o espaço geográfico, das formas socioespaciais

que permeiam e condicionam o tempo vigente, para a compreensão dos interesses e dinâmicas daqueles que as produzem. Portanto, trata-se de ter como foco de análise a morfologia urbana.

Destarte, a cidade contemporânea pode ser compreendida a partir da sua capacidade de atrair pessoas, de concentrar uma série de serviços, de ser uma grande vitrine propiciadora do funcionamento e expositora de tudo o que é produzido sob modo de produção capitalista. Se ater a sua espacialidade é fundamental para apreender o seu funcionamento social, bem como as suas contradições.

Nesse sentido, o movimento exploratório que dá início a essa análise remonta às produções realizadas pela Escola de Chicago e, no Brasil, ao geógrafo francês Pierre Monbeig (1957). Aqui, elucidaremos a sua forma mediante o seu conteúdo, a saber, as características calcadas nas relações sociais de produção e na divisão socioespacial do trabalho na dimensão espaço-tempo.

Todavia, para compreender como a produção do espaço desde o século XX ganhou proporções alarmantes – em comparação àquilo que foi construído no passado –, é importante se ater, ainda que brevemente, ao desenvolvimento histórico dos estudos sobre a morfologia urbana no âmbito geográfico.

Segundo Capel (2002) até a década de 1960, os estudos morfológicos eram produzidos a partir da tradição regional historicista⁴. Desse momento em diante, abordagens limitadas como as quantitativas e neopositivistas⁵ ganharam espaço sendo suprimidas, posteriormente, pela análise que comporta a produção social do espaço.

Johann Wolfgang von Goethe (1749-1832), foi o pioneiro no uso do termo morfologia, conceituando-a, entre os séculos XVIII e XIX enquanto uma ciência que lida com as formas, conforme explicita Miyazaki (2013) e Oliveira (2014). No tocante ao seu significado, este esteve, inicialmente, vinculado as áreas de estudo da Biologia e da Linguística, restringido a concepção da forma e a sua análise aos estudos biológicos. Um século depois os geógrafos alemães seriam os responsáveis por desenvolver os primeiros estudos acerca da morfologia urbana.

Ao traçar uma cronologia que corresponde ao avanço dos estudos e pesquisas na área de morfologia urbana, Capel (2002), indica que na tradição alemã, o avanço dos estudos voltados a morfologia urbana remonta ao século XX, a partir dos trabalhos desenvolvidos,

⁴ Essa tradição possui forte influência geografia regional desenvolvida por Paul Vidal de La Blache (1845-1918), que ainda mantinha fortes traços descritivos em sua forma de conceber o espaço geográfico (Cirqueira, 2020).

⁵ A abordagem quantitativa surge da corrente de pensamento intitulada Nova Geografia, que aparece durante o século XX, no contexto da Guerra Fria, em países como a Inglaterra, os Estados Unidos e a Suécia (Moura et al, 2008).

dentre outros autores, por Otto Schüller (1872 – 1959), com um viés geomorfológico e Siegfried Passargue (1866 – 1958) a partir da observação das paisagens nas cidades de diferentes regiões.

Na tradição francesa, Jean Brunhes (1869 – 1930) merece destaque por relacionar a produção material e a interação humana, bem como Max Sorre (1880 - 1962), Jean Tricart (1920 - 2003) e Pierre George (1909 - 2006). No que concerne a tradição britânica, o estudo sobre a expansão suburbana ganha escopo a partir do século XIX, limitando-se, contudo, a análise das diferentes formas de planos a partir de Dickinson (1939). Nesse momento, por conseguinte, a estrutura física era um parâmetro fundamental para apreensão das cidades (Capel, 2002).

No contexto espanhol, Leoncio Urabayen, dedicou a sua atenção as paisagens urbanas e as construções habitacionais, produzindo uma obra que, embora publicada tardiamente, foi segundo Capel (2002), impressionante pela sua abrangência. Já na tradição norte-americana, os estudos desenvolvidos por Carl Sauer (1925), apontaram que a paisagem se relaciona e constitui a realidade, como um todo (Capel, 2002).

Embora todos os estudos previamente mencionados tenham sido de suma importância, em alguns países ocorreu um declínio no avanço da pesquisa morfológica, isso se deve ao fato de que as produções já realizadas partilhavam de uma característica em comum que permeava as análises alicerçadas na geografia quantitativa, dentre elas, a sua tendência a ser altamente descritiva, calcada em percepções isoladas e, de certa maneira, distante do conteúdo social (Capel, 2002).

Após 1970, uma nova vertente surge na geografia – a geografia radical⁶ – capaz de colocar no centro da questão os aspectos sociais, estes, fundamentais para a compreensão da produção do espaço urbano (Capel, 2002). É nesse momento em que os seres humanos deixaram de ser sujeitos passivos, em meio as produções intelectuais e passaram a ser encarados como indivíduos ativos na construção de uma morfologia em que a forma urbana não está restrita a aparência dos objetos.

A transformação da natureza pela sociedade faz surgir espaços que apresentam em suas formas os valores, interesses e ideologias do momento histórico em que se concretizam, em conjunto com os elementos naturais que compõem a geomorfologia do território, trata-se da relação forma-conteúdo discutida na obra de Santos (2002), que aponta que as formas não podem ser interpretadas por si mesmas porque não se constituem sem uma relação com o meio

⁶ A geografia radical nasce na França, passando pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha e, posteriormente, se expandindo para os demais países. A sua característica central consiste na leitura do espaço geográfico a partir do real, ou seja, levando em consideração as contradições e embates sociais que o formam (Moura et al, 2008).

e suas lógicas de tempo e espaço. Todavia, conforme salienta Sposito (2017b), esse movimento de destruição e reconstrução constante, não aniquila o passado, ele permanece presente, de alguma maneira na forma que o sucede. A cidade enquanto forma e a urbanização enquanto processo se articulam e expressam aquilo que os constitui, a saber, o espaço social, este que, por sua vez, é condicionado pelas práticas sociais de uso, ao mesmo tempo que as condiciona. Em outro texto (Sposito, 1999, p. 95), a mesma autora aponta que na contemporaneidade, essa nova morfologia caracteriza-se:

[...] pela expansão do tecido urbano, de forma intensa, mas descontínua. Os espaços urbanos se redefinem. Ao invés de aglomerações urbanas que designam continuidade e adensamento populacional, de infraestrutura e equipamentos, produzem-se largas tramas urbanas que se definem por uma distribuição polinucleada, interna e externamente articulada por amplos sistemas de transportes e comunicação [...] Essa nova morfologia está marcada por um padrão de desconcentração territorial que não pode ser compreendido como negação da aglomeração, mas como condição e expressão de novas lógicas de localização que engendram novas práticas sociais e que se realizam redesenhando essa nova morfologia.

Contudo, é importante salientar que esse redesenho é um padrão da produção do espaço que se origina na lógica industrial, sobretudo após a sua Segunda Revolução Industrial, e que adquire novas nuances na contemporaneidade. Por conseguinte, essa lógica manifesta-se enquanto redefinidora dos papéis sociais e propulsora de uma nova divisão territorial do trabalho e que, portanto, faz-se presente em diferentes locais, em menor ou maior escala.

À primeira vista conforme esclarece Whitacker (2007, p. 141), o espaço urbano, na sua aparência, apresenta-se como homogêneo, todavia, é importante salientar que esse espaço urbano, revela “[...] uma cidade cingida em sua forma, mas não em sua essência e em seu processo”.

É nesse sentido que a cidade que se apresenta na passagem do sistema fordista de produção para a acumulação flexível do capital (Harvey, 1992) manifesta, em suas formas, a produção de espaços profundamente desiguais. Essa cidade, conseqüentemente, possui um conteúdo que ultrapassa os seus limites territoriais este, por sua vez, capaz de ser redefinido constantemente e que apresenta a crescente apropriação do solo pela iniciativa privada. Destarte, as novas funções desempenhadas pela cidade, bem como os seus fluxos, conferem a esse espaço novas singularidades. De acordo com Whitacker (2007), uma dessas características, por exemplo, é a desconcentração industrial, uma vez que mediante aos avanços tecnológicos que possibilitaram uma gama de possibilidades de trocas e fluxos constantes, entre territórios distintos, já não é necessário se manter em determinados espaços da cidade – ou na cidade – para garantir a lucratividade.

Para a morfologia, a compreensão desses sistemas de relações entre diferentes cidades pode ser capitada a partir do conceito de situação urbana (Beaujeu-Garnier, 1997), que leva em consideração as nuances que permeiam o meio em que uma cidade se insere. Para Miyazaki (2013, p. 34) esse conceito é importante porque ajuda a elucidar:

A situação, vinculada aos sistemas de circulação (fluxos que irão, obviamente, ligar nós), pode ajudar a compreender a configuração de muitas morfologias urbanas, a partir das técnicas vigentes, do tipo de atividade econômica em destaque, ou ainda, o padrão de meio de transporte adotado. Cidades portuárias ou ribeirinhas, por exemplo, podem passar por reconfigurações em suas morfologias a partir da implantação de outros meios de transporte que venham superar o sistema hidroviário, redefinindo a situação e posição a partir das novas possibilidades de circulação. Além disso, a maior ou menor vinculação dos eixos de circulação a determinados casos em que se insere o núcleo urbano, pode impactar na maior ou menor expansão territorial da cidade ao longo de eixos.

A análise das cidades e a formação das suas redes explica como essa redefinição constante é fruto de uma aceleração do tempo provocada pela “[...] técnica como condição da reprodução capitalista. Esse fato impõe a passagem da qualidade pela quantidade”, conforme aponta Carlos (2007, p. 52) quando salienta a rápida mutabilidade do espaço urbano contemporâneo que altera os espaços das vivências em benefício daqueles que servem a esfera produtiva. Na esfera subjetiva, essa é apenas uma das contradições intrínsecas a nova morfologia do espaço e caracteriza-se pela ruptura crescente entre a identidade dos sujeitos permeada por suas memórias e a inexistência dos espaços, na cidade, que foram outrora habitados.

É possível, então, compreender a cidade como um ambiente dialeticamente construído a partir da acumulação de capital e da luta de classes (Harvey, 1980). As suas formas são produzidas para viabilizar a concentração e a circulação das mercadorias, destarte, torna-se um elemento fundamental para a manutenção do modo de produção capitalista.

Entretanto, no que concerne as suas contradições sociais, a morfologia dessa cidade apresenta os seus espaços de resistência, nas autoconstruções, nas periferias, nas reivindicações por moradias que são, portanto, disputas pelo direito à cidade. Nesse sentido, faz-se necessário abordar como a propriedade do solo torna-se um recurso importante e entra no circuito da circulação de capital, salientando, contudo, os seus agentes que produzem e reproduzem o espaço urbano e que tem, portanto, papel fundamental na produção da cidade.

Nesse sentido, é crucial abordar a importância do conceito de renda fundiária, especialmente ao se considerar fenômenos como a hierarquização dos usos do solo e o papel essencial do setor imobiliário na acumulação de capital e na manutenção das relações de

produção capitalistas, como destacado por Botelho (2008). A terra, enquanto valor de uso dentro do contexto do modo de produção capitalista, desempenha diversas funções vitais para a humanidade, tais como suportar a produção agrícola e fornecer energia, elementos fundamentais para o processo produtivo, como observado por Harvey (2013b). Portanto, é evidente que os processos que moldam o espaço urbano têm como ponto de partida os agentes envolvidos na produção, destacando a intrínseca relação entre a organização do espaço e as dinâmicas produtivas.

Diferente da indústria, em que o melhoramento tecnológico implica o descarte daquilo que foi produzido anteriormente, quando se trata do solo, da terra, o capital ali investido não está menos sujeito a desvalorização do que o investido em outras mercadorias. Dessa forma, o capital é capaz de produzir determinadas condições de uso e de melhorias, no contexto da expansão do espaço que fazem com que o lucro, vinculado a comercialização da terra, aumente constantemente (Singer, 1978).

Assim sendo, os diferentes usos do solo e a forma como esse espaço é apropriado, conforme aponta Sposito (2004), interfere na maneira como o processo de reestruturação, que constrói e destrói diferentes partes da cidade, pode ser analisado a partir de diferentes contextos e tipologias que se formam ao longo da cidade (Miyazaki, 2013). Ademais, faz-se necessário apontar o fator terra-localização, uma vez que ele entra nesse processo que conduz a produção do espaço, enquanto valor de troca, conforme explica Villaça (1985), porque é, através do trabalho exercido ou mesmo mediante a inexistência dessas interferências, proporciona ao seu dono renda.

Essa renda ocorre pelo movimento especulativo que culmina na valorização de lotes e terrenos, todavia, a renda da terra também se encontra nos aluguéis cobrados aos inquilinos pelo uso de diversos empreendimentos (tais como casas, prédios e demais edificações) e no preço da terra em si, que recebe o nome de renda capitalizada. Dessa forma, a apropriação de um determinado espaço na cidade, está diretamente relacionado a sua localização e pode ser mais ou menos valorizado a depender do capital fixo de longa duração incorporado àquele espaço (pavimentação, energia, esgotamento, a proximidade com serviços básicos essenciais à vida humana etc.) e pelo próprio crescimento da cidade (Villaça, 1985).

No que concerne aos agentes promotores do espaço urbano, evidencia-se, tomando como pressuposto as análises desenvolvidas por Capel (2013) e Corrêa (1989), os proprietários dos meios de produção (com as suas grandes empresas industriais), os agentes públicos (os poderes municipais e a sua instância maior, o Estado), os proprietários fundiários – agentes urbanizadores (exímios convertedores de terras rurais em urbanas, objetivando a extração de

renda da terra em suas diversas possibilidades), os promotores imobiliários (responsáveis pela construção e financiamento dos seus produtos, a comercialização e o estudo técnico das áreas) e os grupos sociais excluídos (transformadores do espaço urbano a partir de construções e ocupações calcadas no valor de uso). Todos esses agentes disputam o espaço na cidade segundo interesses e necessidades específicas, todavia, nem todos possuem o poder de intervir em sua construção e no seu desenvolvimento.

Para Capel (2013), os agentes que atuam na produção do espaço urbano foram se modificando ao longo do tempo, sendo possível determinar essas modificações dividindo essa análise histórica em fases. A primeira delas corresponde a fase pré-industrial (pré-capitalista, no começo do século XIX), a segunda fase é a capitalista (século XIX e maior parte do século XX) e, o tempo vigente comporta a terceira fase do desenvolvimento capitalista em que o conglomerado financeiro possui um papel decisivo na produção do espaço urbano.

Nos capítulos seguintes, ao tratarmos da produção do espaço urbano do nosso objeto de estudo e suas formas, daremos exemplos da atuação desses agentes no contexto contemporâneo a sua definição será feita associando-os a função que esses agentes exercem sobre o espaço urbano. Assim sendo, Serra (1987) aponta que as formas urbanas podem ser entendidas a partir de quatro categorias: produção, consumo, troca e gestão (Serra, 1993), portanto, as elucidaremos a partir das concepções elaboradas por Corrêa (1989) e Capel (2013). A intenção é evidenciar como os espaços da cidade são acessados e apropriados de maneira seletiva.

Em suma, entende-se que as variáveis socioeconômicas dos diferentes sujeitos e classes sociais interfere na maneira como o acesso à terra ocorre no espaço geográfico. As formas que se constituem possuem conteúdos distintos no que corresponde a sua densidade e distribuição, estes, por sua vez, expõem as modificações que ocorreram no decorrer do tempo. Conforme explica Corrêa (1989), Santos (2002; 2023a) e Harvey (2005), forma e processo acompanham a construção da cidade desde a sua gênese, esta, calcada na centralidade até o processo de descentralização e espraiamento que redesenham as novas formas urbanas.

Resta-nos, apontar as particularidades que envolvem esses movimentos, considerando a produção do espaço urbano na cidade de Petrolina/PE. Por isso, partimos do pressuposto de que as práticas sociais estão inteiramente imbricadas, em suas contradições simultâneas e em suas mediações que se interconectam e modificam-se. Nesta pesquisa a neutralidade não é indicativa de objetividade nem, tampouco, de veracidade. Interessa, portanto, a apreensão do real encontrado nas tendências da prática social e histórica, na análise da materialidade apresentada no espaço urbano sendo, dessa forma, como esclarece Netto (2011), o sujeito ativo e fundamental na investigação crítica e criativa.

2. A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO NA CIDADE DE PETROLINA/PE: DESIGUALDADES E MORFOLOGIA

Todos seguimos siendo actores en la escena urbana, en la ciudad; pero unos pueden actuar más que otros, y poseer mayor visibilidad. Lo que tiene que ver, como es lógico, con la posición en la estructura social.
- Capel (2013, p. 29).

Nas últimas décadas, Petrolina (PE) tem se destacado como um dos principais polos de acumulação do capital e reprodução econômica relacionados ao agronegócio, conforme observado por Aranha (2021). O município registrou uma significativa taxa de crescimento de 2,31% no ano de 2023, evidenciando a sua particularidade frente às crises financeiras que afetaram diversas localidades no Brasil (Costa, 2023). Apesar desses desafios econômicos generalizados, Petrolina mantém uma trajetória de crescimento consistente. No entanto, é fundamental considerar que o desenvolvimento econômico da cidade, marcado por uma abordagem voltada para a expansão da agricultura técnico-científica, contribuiu para a formação de um cenário urbano profundamente desigual, conforme destacado por Muniz (2021) ao analisar as dinâmicas econômicas ao longo do tempo.

De acordo com o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), Petrolina apresentava 72.7% de domicílios com esgotamento sanitário adequado (uso de fossa séptica ou tratamento de esgoto), 91.9% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização e 8.7% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada (presença de bueiro, iluminação, calçada, pavimentação e meio-fio).

Em 2010, Petrolina apresentava apenas 19,9% da sua população ocupada, isto é, trabalhando de maneira formal (IBGE, 2020), percentagem essa que cresceu para 23,35% no ano de 2021 (IBGE, 2021). No ano de 2019, ainda segundo o IBGE, a área urbanizada da cidade correspondia a 89,39 km². A grosso modo, pode-se dizer que esses dados configuram uma espécie de retrato da estrutura urbana e material da cidade.

Todavia, tais informações não conseguem, sozinhas, apresentar a essência dos processos socioespaciais que compõem a produção do espaço urbano da cidade de Petrolina. À vista disso, torna-se importante contextualizar, nesse trabalho, a cidade escolhida enquanto recorte analítico salientando alguns aspectos do seu desenvolvimento histórico e apontando como as diferentes fases de desenvolvimento no âmbito nacional e regional, bem como os investimentos privados, públicos e as políticas públicas contribuíram e/ou restringiram a expansão urbana dessa cidade.

Adiante, ao tratarmos da atuação dos agentes produtores do espaço urbano, no que concerne a organização e a orientação das formas que compõe a cidade de Petrolina, destacaremos a relação dialética, a partir da concepção de Sposito (2004), existente nos interesses daqueles que produzem a cidade contemporânea e que a faz repleta de continuidades e descontinuidades.

2.1 – A urbanização estratégica voltada para o agronegócio da cidade de Petrolina

A partir do século XX, a cidade de Petrolina inicia o seu processo de industrialização. A indústria algodoeira, do sabão, do vinagre e do fumo são responsáveis pela gênese do dinamismo que fariam com que, ao longo do tempo, as elites locais vislumbrassem essa cidade como a “Califórnia Brasileira” e a Manchester Sertaneja (Britto, 1995; Coelho, 2007; Muniz, 2021). É necessário pontuar que o processo de concentração de bens, serviços e pessoas também aconteceu devido à proximidade com a cidade de Juazeiro/BA que, na época, possuía um grau de desenvolvimento mais avançado e ocupava uma posição de centralidade diante de outras cidades da região. Assim, a expansão urbana em Petrolina ganha impulso significativo a partir de 1920, influenciada por uma série de eventos que alteraram tanto a dinâmica urbana quanto a morfologia desta cidade.

Os acontecimentos que permeiam a primeira etapa de desenvolvimento da cidade de Petrolina são: a implementação da energia na cidade em 1925 gerada, a princípio, pela utilização de motor à carvão – a energia elétrica só foi estabelecida em 1964, através da Companhia Hidrelétrica de Paulo Afonso; a criação, em 1931, do Hospital Nossa Senhora da Piedade que, posteriormente, passou a denominação de Dom Malam, em homenagem ao seu precursor – esse nomenclatura persiste até os dias atuais; a primeira agência dos Correios, em 1933, um campo de aviação neste mesmo ano e, em 1954, a ponte Presidente Dutra. Em 1958, a cidade recebeu a primeira agência bancária do Banco do Nordeste (Muniz, 2021).

Na imagem apresentada abaixo (figura 02), é possível observar a estrutura urbana da área central da Petrolina, no período que corresponde a primeira metade do século XX, mais precisamente no ano de 1937. Nela, fica evidente grandes vazios urbanos, seguidos do que é possível identificar como sendo algumas construções habitacionais e a igreja central.

Figura 2 – Imagem da cidade de Petrolina (PE) no ano de 1937.



Fonte: Museu aeroespacial (2012)

A irrigação marca a história de Petrolina. Segundo Alcântara (1989), o período da molhação remete à sua primeira experiência de irrigação, advinda da necessidade de produção, após a seca de 1930/1931. O segundo período corresponde ao da roda d'água em 1942, essa política de desenvolvimento foi ampliada em 1948/1951 sob o governo de Getúlio Vargas, com o objetivo de expandir a irrigação no vale do São Francisco. Em 1960 a SUDENE⁷ proporciona o primeiro projeto piloto de irrigação pública (o projeto Bebedouro – 1967- localizado a 36km de Petrolina), substituindo as bombas de água por motores a diesel.

Esses acontecimentos são próprios das dinâmicas do capitalismo que, de acordo com Harvey (2019, p. 103) “se movimenta em busca de lucro por meio de diferentes esferas de atividades”, essas esferas são divididas pelo autor em sete⁸, aqui faremos menção a primeira que corresponde as tecnologias e formas de organização. Na escala nacional, o século XX, sobretudo após a Segunda Guerra Mundial, representa esse momento em que a ciência e a

⁷ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

⁸ As esferas de atividades que correspondem a trajetória evolutiva do capitalismo, elaboradas por Harvey (2019, p. 104), conectam-se e são divididas em: tecnologias e formas de organização; relações sociais; arranjos institucionais e administrativos; processos de produção e de trabalho; relações com a natureza; reprodução da vida cotidiana e da espécie e “concepções mentais de mundo”.

técnica forçam a mecanização do território brasileiro, em um contexto em que era necessário estabelecer conexões entre diferentes partes do território nacional. As políticas econômicas estabelecidas após 1960, buscavam atender ao mercado exterior que vinha se expandindo e requeriam que o país se tornasse um grande exportador de produtos agrícolas (Santos, 2023).

As melhorias realizadas na cidade de Petrolina, que possuem ligação com a produção agrícola, relacionam-se com três fatores que são reflexos das mudanças que estavam ocorrendo no âmbito nacional e que, segundo Santos (2023, p. 41), são: 1. O desenvolvimento da configuração territorial (a expansão dos sistemas de transportes e de comunicação); 2. O desenvolvimento da produção material (nesse ponto o autor menciona a mudança de estrutura na produção agrícola e industrial no que concerne a circulação, distribuição e consumo de mercadorias); 3. O desenvolvimento de novas formas econômicas (a produção material e a produção imaterial “da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças”).

O desenvolvimento da configuração territorial, que entendia o Brasil como um espaço com grande potencial para a instalação de fábricas voltadas à produção de transportes e o seu consumo, começam a se expandir para áreas distantes do litoral. Essas atividades ligadas a expansão do capital internacional, a saber: a abertura de estradas e a produção de automóveis, segundo Muniz (2021, p. 72) “passaram a dinamizar o fluxo de mercadorias, pessoas e serviços”, sendo “indubitavelmente mais um evento que influenciou para a ampliação da rede de cidades na região, beneficiando principalmente Juazeiro e Petrolina que já apresentavam certa centralidade interurbana”.

Assim sendo, com a dinamização dos fixos e fluxos na região, a partir da década de 1960, os projetos políticos voltados para essa região tornaram-se uma estratégia de intervenção governamental e contribuíram diretamente para a consolidação de Petrolina como uma cidade que possui uma abrangência que vai da escala local a internacional visando à expansão dos cultivos já consolidados na região (feijão, tomate, cebola e melancia).

O desenvolvimento de novas formas econômicas, na região do São Francisco, está intrinsecamente relacionado a iniciativas voltadas para a promoção da irrigação, a exemplo, destaca-se a atuação da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF). Esta comissão não apenas se dedicou à irrigação, mas também desempenhou funções na construção de postos de saúde e na área educacional, conforme destacado por Oliveira (2011, p. 57). Contudo, a autora ressalta que, apesar de ter recebido subsídios do Estado, a CVSF não conseguiu cumprir efetivamente suas responsabilidades, sendo caracterizada pela "falta de atuação nos lugares onde a situação era mais precária e por despertar dúvidas e incertezas nos moradores da região". Em 1967, a

CVSF foi renomeada para SUVALE (Superintendência do Vale do São Francisco), com limitações mais claras em sua atuação, visando evitar conflitos com a SUDENE (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste).

Tais mudanças contaram com grandes investimentos financeiros para a implantação do polo agrícola Juazeiro/Petrolina. No cenário nacional, o Brasil encontrava-se sob a ditadura militar, no governo Médici, que pautava uma política econômica alinhada com um modelo agrícola-exportador, em busca de um crescimento acelerado (Macarini, 2005). Após uma reforma administrativa, em 1974, a SUVALE que atuava na região do São Francisco passou a se chamar CODEVASF (Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco). Atualmente, ela concentra as suas ações nos estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no Distrito Federal e o seu Planejamento Estratégico Institucional (PEI: 2017 – 2021), subdivide-se em:

I – Segurança Hídrica: cujo o objetivo é promover a gestão e a recuperação de infraestruturas hídricas; II – Agricultura irrigada: que busca implementar gestão autossustentável nos projetos públicos de irrigação, bem como expandir a agricultura irrigada e aprimorar a eficiência da irrigação e III – Economia sustentável, que visa apoiar projetos de desenvolvimento local integrado e sustentável, estruturar e dinamizar atividades produtivas e contribuir para a formação e atualização do capital humano (CODEVASF, 2023).

Contudo, o estabelecimento da agricultura irrigada sob essa agência, alterou os usos e as funções que a cidade passou a apresentar desse momento em diante. Ao tratar da concessão de terras para o estabelecimento desses projetos de irrigação, Coelho (2007, p. 36), explica que:

Os projetos de irrigação de Petrolina foram localizados em terras do patrimônio público, reservadas e adquiridas para esse fim, divididas em lotes de dimensões variadas [...] os lotes poderiam ser alienados ou cedidos a irrigantes ou cooperativas ou, ainda, a incorporadores e ao capital social de empresas ou sociedades civis cujo objetivo fosse a agricultura irrigada.

Nesse processo, de acordo com a autora, famílias com experiência agrícola foram marginalizadas, e o crédito rural destinado ao auxílio produtivo não contemplava a agricultura camponesa. O desdobramento dessa estratégia torna-se evidente na expropriação de terras pertencentes a indivíduos e famílias que, embora residissem em Petrolina por décadas, não dispunham de documentos que atestassem a posse de suas propriedades, sendo assim compelidos a migrar para áreas urbanas. O desfecho dessa política manifestou-se no fortalecimento e expansão de grandes empresas agrícolas por todo o território municipal,

acompanhado pelo crescimento urbano, à medida que milhares de pessoas se estabeleciam na cidade. Segundo Oliveira (2011, p. 60):

A ação da CODEVASF, na implantação dos perímetros, caracterizou-se [...] pelo caráter desterritorializador e excludente. Para colocar em prática os planos do governo, era necessário retirar os moradores das áreas e realocá-los e para que essa atitude fosse respaldada legalmente usaram-se argumentos que iam de falta de documentos que legitimassem a posse da terra até a não condição desse pequeno agricultor de lidar com essas novas formas de produzir nos novos sistemas, que estavam sendo implantados. As áreas onde hoje estão assentados os perímetros eram habitadas por pessoas, que conheciam cada palmo de terra daquela região, pessoas que nasceram e criaram seus filhos e tinham sua vida moldada pelo comportamento da natureza, pela época de seca, de chuva e pelas cheias do rio.

Durante esse processo, em meados de 1970, Petrolina passou a receber um grande contingente populacional, como já destacado anteriormente, devido à sua área ser um polo de atração para migrantes, conforme indicado por Alcântara (1989, p. 46), em função de ações econômico-políticas contemporâneas à modernização da região. Essas mudanças evidenciam as especializações do território, as quais complexificam a divisão territorial do trabalho, uma vez que impõem a este, as transformações necessárias para o progresso do capitalismo, conforme apontado por Santos (2023).

Assim, as pessoas que chegavam se fixavam na cidade em busca de trabalho, de refúgio para sobreviver às secas que, durante o século XIX, assolavam o nordeste. Nesse cenário árido, onde o Estado negligenciava alternativas e políticas públicas para que a população pudesse manter-se com dignidade em seus domínios urbanos, a migração em busca de subsistência tornou-se uma necessidade premente. Com as políticas estatais visando o desenvolvimento regional, a construção da barragem de Sobradinho e a implementação de indústrias voltadas à agricultura, a crescente demanda de bens e serviços contribuíram diretamente para o crescimento do seu perímetro urbano.

É possível observar, na tabela abaixo, o contingente populacional residente na cidade de Petrolina durante os anos de 1960 a 2023, os espaços com asteriscos, por sua vez, correspondem a ausência de informações encontradas:

Tabela 1 - Evolução da população urbana e rural no município de Petrolina entre os anos de 1960 e 2023:

CIDADE	POPULAÇÃO RESIDENTE						
	1960	1970	1980	1996	2000	2010	2022
POPULAÇÃO URBANA	13.646	38.165	74.671	142.432	166.279	219.215	*

POPULAÇÃO RURAL	19.864	23.067	29.423	48.806	52.259	74.747	*
POPULAÇÃO TOTAL	33.517	61.252	104.096	191.238	218.538	293.962	386.786
TAXA DE URBANIZAÇÃO (%)	40,71	62,3	71,76	74,47	76,08	74,57	*

Fonte: IBGE – Censo Demográfico (2010; 2022)

Observando a tabela acima, fica evidente que, até a década de 60, a população rural era maior do que a que residia no perímetro urbano, todavia, a partir da década de 70, verifica-se um crescimento exponencial da população urbana. Tal fenômeno está inteiramente relacionado as políticas de desenvolvimento regional que foram mencionadas acima. Contudo, ressalta-se, ainda, o aumento significativo da população total durante o período que compreende o último censo do IBGE 2010 até o ano de 2022, que pode ser explicado por Muniz (2021), quando o autor aponta que o forte poder atrativo que o município de Petrolina vem apresentando nas últimas décadas se deve a implementação da agricultura técnico-científica.

O momento em que o espaço geográfico se abre para as transformações “com um crescente conteúdo das ciências, das técnicas e da informação” (Santos, 2023, p. 37) propicia o surgimento de produções hegemônicas que, sob o prisma do capitalismo monopolista, amplifica uma série de contradições que marcam as cidades brasileiras. Interessa-nos, no entanto, abordar as especificidades da cidade de Petrolina à luz dos seus processos econômicos, apresentando, a morfologia da cidade que é pensada para dar lugar aos processos produtivos em toda a sua amplitude.

2.2. Aproximações entre a cidade de Petrolina e o conceito de cidades do agronegócio

Dessa maneira, torna-se imprescindível mobilizar o conceito de *cidades do agronegócio* para ressaltar aspectos particulares da cidade de Petrolina. Elaborado por Denise Elias (2006), essa concepção tem a sua origem a partir do conceito de *cidade do campo*, concebido por Milton Santos (1988, 1992, 1993, 1994). As concepções que daí advêm referem-se ao processo que estrutura as cidades a partir do agronegócio, este, compreendido como uma *agricultura científica globalizada*. Dentre o conjunto de aspectos fundamentais e suas funções estabelecidas por Elias (2006), para que uma cidade possa ser inserida como uma cidade do agronegócio, a cidade de Petrolina, apresenta:

Quadro 1 - Variáveis do agronegócio e a cidade de Petrolina (PE)

(continua)

I – Circuitos espaciais e círculos de cooperação especializados em <i>commodities</i> , com a produção da fruticultura irrigada;	Nesse quesito tem-se a materialização da cadeia produtiva na produção de uva e manga para o mercado internacional, nacional e regional de cana-de-açúcar, coco-da-baía, acerola, goiaba, cebola etc. (Muniz, 2021).
II – Oferta de insumos e maquinários;	Na cidade de Petrolina/PE existe uma enorme diversidade de lojas e estabelecimentos especializados no fornecimento de insumos e maquinários voltados a produção agrícola ⁹ . Aqui, serão destacados apenas alguns, tais como: - Seiva do Vale (Vila Débora, 215, Petrolina-PE, 56300-000); - AGROBRAS; - Frutec: produtos agrícolas (Av. Monsenhor Ângelo Sampaio, 840 - Vila Eduardo);
III – forte dependência de bens científicos (sementes inseticidas, fertilizantes, corretivos) e, também, de assistência técnica;	Existência de <i>panking houses</i> ¹⁰ , certificações e técnicas, a exemplo da análise de elementos ligados (G1 Petrolina, 2022), cursos universitários, voltados para a produção agrícola, tecnologia de produção de sementes de hortaliças, viticultura tropical, fertirrigação (EMBRAPA ¹¹ , 2002, 2009, 2023). Essas atividades devem-se ao fato de Petrolina ser uma área de grande consumo de insumos importados com um mercado dependente desses produtos.
IV- Crédito agrícola (bancos públicos ou privados e cooperativas de crédito);	- Na cidade de Petrolina existem 6 bancos e 13 agências bancárias (Bradesco S/A, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Itaú Unibanco S.A, Banco Santander Brasil S.A; Caixa Econômica Federal (Bancos Brasil, 2022). - As parcerias entre SINTRAF ¹² Petrolina e a Caixa Econômica Federal para a liberação, em grande escala do PRONAF (Banana, 2021); - AGE: Agência Municipal do Empreendedor.
V – Facilidade na comercialização da produção agrícola;	Valexport ¹³ , associação responsável pelo maior volume de exportações da produção do Sertão do São Francisco (Muniz, 2021).
VI – Facilidade no escoamento da produção agrícola;	Produção de mais de 1 bilhão de frutas, com destaque para a uva e a manga em 2021, com previsão comercial de U\$ 8,5 milhões para 2023, dentre os países compradores estão: França, Espanha, Inglaterra, Emirados Árabes, Arábia Saudita e Estados Unidos, Lituânia, Polônia e Suécia. (CBN – Recife, 2022).
	Com base no Plano Plurianual do Município de Petrolina para o quadriênio de 2022/2025, ressalta-se:

⁹ Observar a figura 03: “frentes de expansão urbana ligadas à produção do agronegócio na cidade de Petrolina (PE).

¹⁰ Instalações destinadas à realização das etapas de recepção, armazenamento, classificação e embalagem de frutas.

¹¹ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

¹² Sindicato da agricultura familiar.

¹³ Associação dos Produtores e Exportadores de Hortigranjeiros e Derivados do Vale do São Francisco.

VII – Possibilidade de atração de mão de obra, sobretudo qualificada;	o Programa de Melhoramento Genético dos rebanhos, construção de barragens subterrâneas (sec. de agricultura); modernização do sistema de iluminação pública, construção de terminais de transporte (sec. de infraestrutura e mobilidade); Implantação de um novo distrito industrial (sec. de desenvolvimento econômico e turismo); Modernização do sistema de trânsito e transporte do município: projeto de engenharia e mobilidade urbana (Autarquia Municipal de Mobilidade de Petrolina); Revitalização da Orla (AMMA);
---	--

Fonte: a autora (2023)

As atividades e empresas comerciais exemplificadas no quadro acima não abrangem a variedade de serviços ligados ao agronegócio na cidade de Petrolina, todavia, consegue demonstrar o vínculo econômico que a cidade possui com as atividades agrícolas, fazendo com que se torne importante pensar essa cidade como uma das regiões produtivas do agronegócio. Para tanto, faz-se importante salientar, conforme explica Elias (2017, p. 21) que, ao definir o que são as regiões produtivas do agronegócio (RPA), explicita que as mesmas podem ser compreendidas como espaços agrícolas e não metropolitanos que “[...] são perpassados pelos circuitos espaciais de produção [...] e pelos círculos de cooperação de importantes *commodities* ou produções agropecuárias”, algo que, como será observado a frente, também se liga ao enquadramento da cidade nas tipologias de análise de cidades médias evidenciadas por Oliveira e Soares (2014).

Outro fator, salientado por Pequeno e Elias (2020, p. 112), que demonstra as modificações que caracterizam um espaço urbano ligado à produção do agronegócio são a presença de “estabelecimentos comerciais e de serviços inerentes ao consumo produtivo do agronegócio com abrangência regional nas franjas periféricas, ao longo das rodovias” e a modificação da infraestrutura viária, visando a ampliação do acesso a essas cidades e do transporte de mercadorias. Conforme será demonstrado nas imagens abaixo, que correspondem as figuras 3 e 4, a cidade de Petrolina apresenta, na sua forma urbana, tais características.

Figura 3 – Frentes de expansão urbana ligadas à produção do agronegócio na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Figura 4 – Viaduto da avenida 7 de Setembro em Petrolina (PE).



Fonte: DNIT (2021)

Figura 5 – Viaduto localizado entre a Avenida das Nações e a estrada das Pedrinhas



Fonte: Alves (2021)

A construção dos dois viadutos, um localizado na Avenida Sete de Setembro e o outro entre a Avenida das Nações e a Estrada das Pedrinhas, teve como principal objetivo, conforme uma reportagem do portal de notícias G1 Petrolina e Região (2021), aprimorar a mobilidade urbana e facilitar o escoamento de produtos. Estes viadutos, integrantes do projeto de expansão da BR-428, foram desenvolvidos com um orçamento que ultrapassa os 18 milhões de reais. Nesse ponto, destaca-se a atuação do Estado, conforme explica Corrêa (2011, p. 28) em relação a produção do espaço, através das “condições de produção para outros agentes sociais como vias de tráfego”.

Paralelamente, encontra-se em progresso a duplicação da BR-407, destacada como a maior obra de mobilidade urbana na história de Petrolina, segundo Galvão (2023). Esta extensa obra abrangerá uma extensão de 11 km e foi viabilizada por um investimento significativo de aproximadamente R\$ 122 milhões, resultante da colaboração entre o Governo Federal e a Prefeitura de Petrolina. Tais modificações infraestruturais, marcadas por seu impacto considerável e um orçamento expressivo, evidenciam a acelerada expansão que Petrolina tem experimentado nas últimas décadas.

Dessa forma, ao analisar a cidade de Petrolina, entende-se que o fato de ela estar inserida na Região Administrativa Integrada de Desenvolvimento (RIDE), a sua ligação com projetos, empresas, bem como o seu poder de atração de mão de obra e investimentos ligados ao

agronegócio, ocorrem de maneira diferenciada. Esse polo de desenvolvimento é formado por oito municípios, sendo quatro do estado de Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista; e, quatro do estado da Bahia: Juazeiro, Curaçá, Casa Nova e Sobradinho, conferindo “influência em uma vasta área territorial que compreende parte dos estados do Piauí, Paraíba, Ceará e parte do sudoeste do Maranhão (Cruz, 2013, p. 51).

Essa diferença, por sua vez, quando analisadas no âmbito das cidades médias e pequenas, segundo Elias (2017, p. 22 - 177) evidenciam que tais processos econômicos acabam reforçando as contradições socioespaciais, ou seja: “[...] as RPAs – Regiões Produtivas do Agronegócio - são os novos espaços de exclusão e de toda sorte de desigualdades socioespaciais”. Quando uma cidade está amplamente interligada com processos de centralização e concentração da riqueza, cabe investigar como as dinâmicas do agronegócio interferem nas formas e nas localizações das moradias. De acordo com a autora:

No que se refere aos operadores que compõem o setor imobiliário, as formas de moradia nas cidades do agronegócio revelam a presença espacialmente concentrada da produção conduzida pelo setor privado, reunindo incorporadores imobiliários e a construção civil em duas localizações: no Centro e nos bairros pericentrais e ao longo de eixo de segregação, corroborando o papel estruturante do sistema viário no processo de segregação socioespacial (Pequeno e Elias, 2020, p. 117).

Não se trata de qualquer cidade que está ligada ao agronegócio, uma vez que existem diversos municípios brasileiros que possuem o seu PIB definido pela produção de *commodities* agrícolas. Trata-se, portanto, de centros urbanos funcionais que, durante o processo de construção do seu espaço urbano, estabelece características que ligam essa cidade ao mercado internacional. No contexto da globalização e da financeirização, essas ligações se ampliam. Logo, a análise dos elementos físicos expressos na morfologia da cidade é fundamental para demonstrar como ocorre a expansão e a modernização, quando a cidade é planejada e adquire funções que servirão para contribuir com as etapas de comercialização do que está sendo produzido. Ou seja, quando o seu espaço está sendo construído na perspectiva de produção de um “meio técnico-científico e informacional” (Santos, 2002).

2.3. Contextualizando a cidade de Petrolina enquanto cidade média

Nessa pesquisa, tomamos como orientação a compreensão da cidade de Petrolina enquanto cidade média, uma vez que se entende que no contexto do “meio técnico-científico e informacional” (Santos, 2002), as cidades médias estabelecem relações de confluência com a

rede urbana internacional (Sposito, 2007), que altera suas relações intraurbana e interurbana, fazendo com que a mesma se reestruture constantemente. Cada cidade média possui características particulares e quanto mais inseridas nas dinâmicas econômicas elas estiverem, maior será a sua importância enquanto núcleo estratégico regional.

Nesse sentido, trata-se de espaços que desempenham papéis intermediários em redes urbanas e podem ser mais bem compreendidos a partir da confluência entre o seu tamanho demográfico (que influencia diretamente nas atividades que são desenvolvidas na própria cidade e as atividades que não fazem parte das funções urbanas), as funções urbanas que apresenta e a organização do seu espaço intraurbano. Conforme aponta Corrêa (2007), tais pontos não podem ser analisados separadamente, uma vez que evidenciam a importância dessas cidades sobre as áreas que elas exercem influência.

Destarte, é importante mencionar outros aspectos que auxiliam no entendimento do que são as cidades médias. Segundo Sposito (2017), a situação geográfica, no que concerne à proximidade com as cidades de maior, menor e mesmo tamanho desempenha um fator relevante, quando se leva em consideração a influência e a hierarquia que a mesma desempenha – ou pode vir a desempenhar, diante dos interesses mercadológicos. Esse fator impacta diretamente na utilização do seu território, mediante as atividades que elas podem vir a exercer ou já exercem.

Conforme aponta Cruz (2013), desde 1970 a cidade de Petrolina se destaca como um polo de atração regional, pela capacidade de atrair um grande fluxo migratório dos estados da Bahia (sobretudo devido a inundação ocasionada pela construção da barragem de Sobradinho), do Ceará e do Piauí. Atrelado a sua posição geográfica, as estratégias políticas “com governos estaduais e federais, mantiveram uma posição hegemônica de poder na cidade e na região” (Cruz, 2013, p. 50), essa posição se mantém pela importância econômica que a fruticultura irrigada desempenha nas cidades que compõem a RIDE, onde ela confere as essas cidades um papel importante nos índices de exportação nacional.

Tais dinâmicas referem-se ao desenvolvimento regional que ganha escopo a partir do crescimento das cidades médias. Estas, como é o caso da cidade aqui estudada, ultrapassam a concepção de cidade intermediária, apontando para a importância que elas vêm adquirindo no cenário nacional.

Estudadas a partir dos anos de 1950 e 1960, as cidades médias remetem à fase industrial do capitalismo, momento este em que as redes de cidades europeias e estadunidenses se integraram e se diferenciaram a partir do crescimento econômico e demográfico. No Brasil, Amorim Filho e o francês Yves Leloup realizaram as primeiras pesquisas sobre as então

chamadas cidades de porte médio, tomando como base o estado de Minas Gerais (Amorim Filho, 2007). Após a década de 90, os estudos sobre as cidades médias cresceram exponencialmente. No âmbito da geografia urbana mundial, Rochefort (1973), Andrade e Lodder (1979) e Pierre George (1983) merecem especial destaque, conforme explicita Guimarães *et al.* (2005).

Algumas pesquisas, de acordo com Castello Branco (2006), levam em consideração, na busca pelo entendimento do que são as cidades médias, aspectos como: o tamanho populacional, o econômico, a centralidade, a qualidade de vida e o grau de urbanização. Contudo, Corrêa (2007), acrescenta a essas formas analíticas um quadro teórico que comporta: a) uma elite empreendedora; b) uma localização relativa e c) interações espaciais intensas, tais características possibilitam uma apreensão do espaço urbano que abrange tanto os seus papéis quanto os seus agentes produtores.

No que concerne a uma proposta metodológica para a conceituação das cidades médias, a análise econômica desses espaços urbanos torna-se imprescindível, uma vez que ela evidencia as dinâmicas e contradições sociais expostas no espaço urbano. Na contemporaneidade, apreendendo a partir do princípio da proximidade (a localização geográfica que interfere nos fluxos de pessoas e mercadorias) e da contiguidade (o espaço enquanto área ou região), um novo fator precisa ser evidenciado, este, conforme aponta Sposito (2007, p. 36), trata-se da: “[...] crescente importância das telecomunicações, relativizando o peso ou a necessidade de deslocamentos materiais para realizar uma parte das funções necessárias à vida de uma sociedade [...]”.

Se antes, esses deslocamentos eram extremamente necessários, a virtualidade e a expansão tecnológica demonstram que é possível ter acesso a uma série de serviços “no conforto da sua casa” sem, no entanto, precisar se deslocar geograficamente. Essas transformações, atuando em conformidade com a atratividade econômica desempenhada pelas cidades médias, aceleram a produção de um espaço urbano profundamente desigual. Ainda segundo Sposito (2017a), esse avanço tecnológico propiciou uma outra característica fundamental para o entendimento das cidades médias: a transitoriedade. Isso significa que essas cidades podem mudar de condição e passar a ser uma cidade grande ou perder o seu grau hierárquico em pouco tempo, dependendo dos seus papéis na rede intermediária, graças a concretização de diferentes interações em escala mundial.

Ao pensar as cidades médias Sposito (2009), expõe articulações que se apresentam entre pares e contribuem para a elucidação das mesmas, sendo essas:

- *O urbano e o rural* – é uma forte característica dos papéis que essas cidades

desempenham no contexto socioeconômico brasileiro;

- A relação entre *cidade e natureza* – uma vez que ainda é possível visualizar nas cidades médias a natureza enquanto parte da cidade e não um elemento exterior a ela;
- A relação entre *cidade e região* – que ultrapassa o fator tamanho, direcionando a análise para os papéis que essas cidades desempenham no seu entorno e na escala da própria região em que estão inseridas;
- A articulação entre *continuidade e descontinuidade* – o avanço tecnológico possibilitou a circulação material sem que pessoas e bens tenham de ser transportados (ir de um lugar para outro);
- O fator *concentração e dispersão* – as dinâmicas que permeiam e fazem com que existam áreas com baixa densidade e áreas com alta densidade;
- O par *polarização/difusão* – leva em consideração o “poder” que uma cidade média poder ter a partir da concentração de serviços, da difusão política em relação às cidades pequenas.

No quadro abaixo são apresentadas as tipologias para as cidades médias, descritas por Oliveira e Soares (2014). Fazendo uma relação com a cidade de Petrolina, compreendemos que a mesma se enquadra nessa classificação porque apresenta:

Quadro 2 - Tipologias para cidades médias e os serviços oferecidos por Petrolina/PE

(Continua)

I – Oferta de serviços públicos e privados para a sua população;	Universidades estaduais, federais e privadas: FACAPE ¹⁴ , UNIVASF ¹⁵ , UNIFTC ¹⁶ , UNINASSAU ¹⁷ , Soberana e a UPE. ¹⁸ No tocante ao lazer, destaca-se o <i>shopping</i> da cidade, o <i>River Shopping</i> .
II – Centro administrativo com instituições dos níveis estadual e federal;	CODEVASF ¹⁹ , Previdência Social, Receita Federal, órgãos da justiça, BNB.
III – Contém um polo econômico de produção industrial e comercialização em grande escala;	A comercialização de uvas e mangas em Petrolina merece destaque, pois coloca essa cidade, conforme dito anteriormente, como um dos maiores polos da fruticultura irrigada do Brasil.
	O centro de artes Ana das Carrancas e o Museu do Sertão; os roteiros turísticos ligados ao enoturismo que

¹⁴ Faculdade de Petrolina.

¹⁵ Universidade Federal do Vale do São Francisco.

¹⁶ Centro Universitário UniFTC.

¹⁷ Centro Universitário Maurício de Nassau.

¹⁸ Universidade Estadual de Pernambuco.

¹⁹ Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba.

IV – Promove atividades ligadas ao turismo;	acompanham a degustação de vinhos, bem como a visitação as principais vinícolas da região;
V - Efetiva-se enquanto canal de comunicação, proporcionando o fluxo de pessoas, bens e informações;	Petrolina localiza-se em um eixo rodoviário nacional fundamental a BR-122, BR-235 e a BR407, sobressaindo, de acordo com Muniz (2020, p. 12): “[...] na organização da rede urbana nordestina”). O aeroporto Senador Nilo Coelho corrobora diretamente com o fluxo de pessoas, bens e informações.
VI – Consolida-se enquanto centro regional, apresentando grandes empresas do comércio varejista de capital internacional;	O Carrefour, o Grupo Pão de Açúcar, Cencosud e Walmart são exemplos de empresas do comércio varejista alimentar que estão inseridas na cidade de Petrolina.
VII – Apresenta um complexo agroindustrial;	Projeto Pontal - comporta uma área irrigável estimada de cerca de 7,7 mil ha, e possui “administração fundiária, organização de produtores, apoio em administração, operação, manutenção, assistência técnica e capacitação de técnicos e agricultores na fase de operação inicial” (CODEVASF, 2018).
VIII - Possui um centro especializado que estabelece relações que vão da escala local à regional.	A produção voltada para a fruticultura irrigada deve ser mencionada nesse ponto e no anterior.

Fonte: a autora (2023)

Tais características apontadas acima demonstram uma economia diversificada e uma centralidade da cidade, no contexto da sua região, sobretudo no que condiz com o seu complexo agroindustrial, este, ligado a fruticultura irrigada e que se caracteriza como sendo um dos maiores polos do Brasil (Cruz, 2013). A gama de serviços públicos e privados, conforme destacado no quadro anterior, é ampla e abrange diversas áreas, como saúde, educação, entretenimento e alimentação, entre outras. Essa diversidade de serviços atua como um atrativo, levando pessoas de municípios vizinhos a se deslocarem para Petrolina em busca dessas facilidades, seja de forma temporária ou contínua.

Devido às políticas estatais de incentivo a agricultura na região, Petrolina recebeu um contingente significativo de pessoas dispostas a trabalhar no campo e nos demais serviços oferecidos na cidade, dessa forma, como ressalta Cruz (2013, p. 62), tal fator acabou alterando “[...] significativamente os usos e ocupação do solo no núcleo urbano, acelerando o crescimento desordenado da cidade [...]”. A construção de uma economia baseada no agronegócio produziu um espaço urbano voltado para atender os interesses de grupos específicos. A seguir, daremos uma atenção especial a análise morfológica da cidade de Petrolina, visando destacar o seu processo de expansão.

2.4 – O desenvolvimento socioeconômico e a expansão contraditória urbana da cidade de Petrolina (PE)

Conforme mencionado anteriormente, a cidade de Petrolina surgiu as margens do Rio São Francisco, as primeiras ocupações habitacionais, a construção da Igreja Matriz, a Catedral, os empreendimentos públicos foram estabelecidos seguindo o sentido da orla para o que corresponde, hoje, as demais áreas da cidade. A ocupação desse território, conforme aponta Coelho (2007), foi marcada por uma política de doação de terras e de loteamento registrados irregularmente, visando sanar o déficit habitacional fortemente ampliado a partir de 1970.

Entre os anos de 1970 e 1980, como mencionado anteriormente, a cidade de Petrolina experimentou um significativo crescimento, impulsionado por investimentos e empreendimentos destinados ao desenvolvimento agrícola. Nesse contexto, de acordo com Cruz (2013), a implementação do perímetro irrigado Massangano – hoje conhecido como Nilo Coelho – em 1980, resultou em um aumento expressivo na população urbana. Essa expansão brusca suscitou a necessidade urgente de planejamento urbano, como observado por Coelho (2007, p. 36): "[...] na área irrigável, foram assentadas 1.427 famílias e 29 pequenas empresas".

Todavia, esse planejamento urbano tardio trouxe consigo as facetas que estavam se desenvolvendo no cenário global, uma vez que os anos de 1970, representaram a consolidação das ideias liberais que colocavam em destaque a atuação do mercado imobiliário e do capital financeiro na construção das cidades (Capel, 2013). No âmbito nacional, havia o interesse de implementar uma política urbana de desenvolvimento nacional, embora sem sistematização o Plano Decenal (1967-1976), ainda que sucintamente, começa a explorar as metodologias que vinham sendo estabelecidas no contexto urbano em países como França, Inglaterra e Estados Unidos. A necessidade de integração e desconcentração territorial centrou-se nas áreas de dinamização que incluíam as cidades de porte médio (Steinberger e Gilda, 2001).

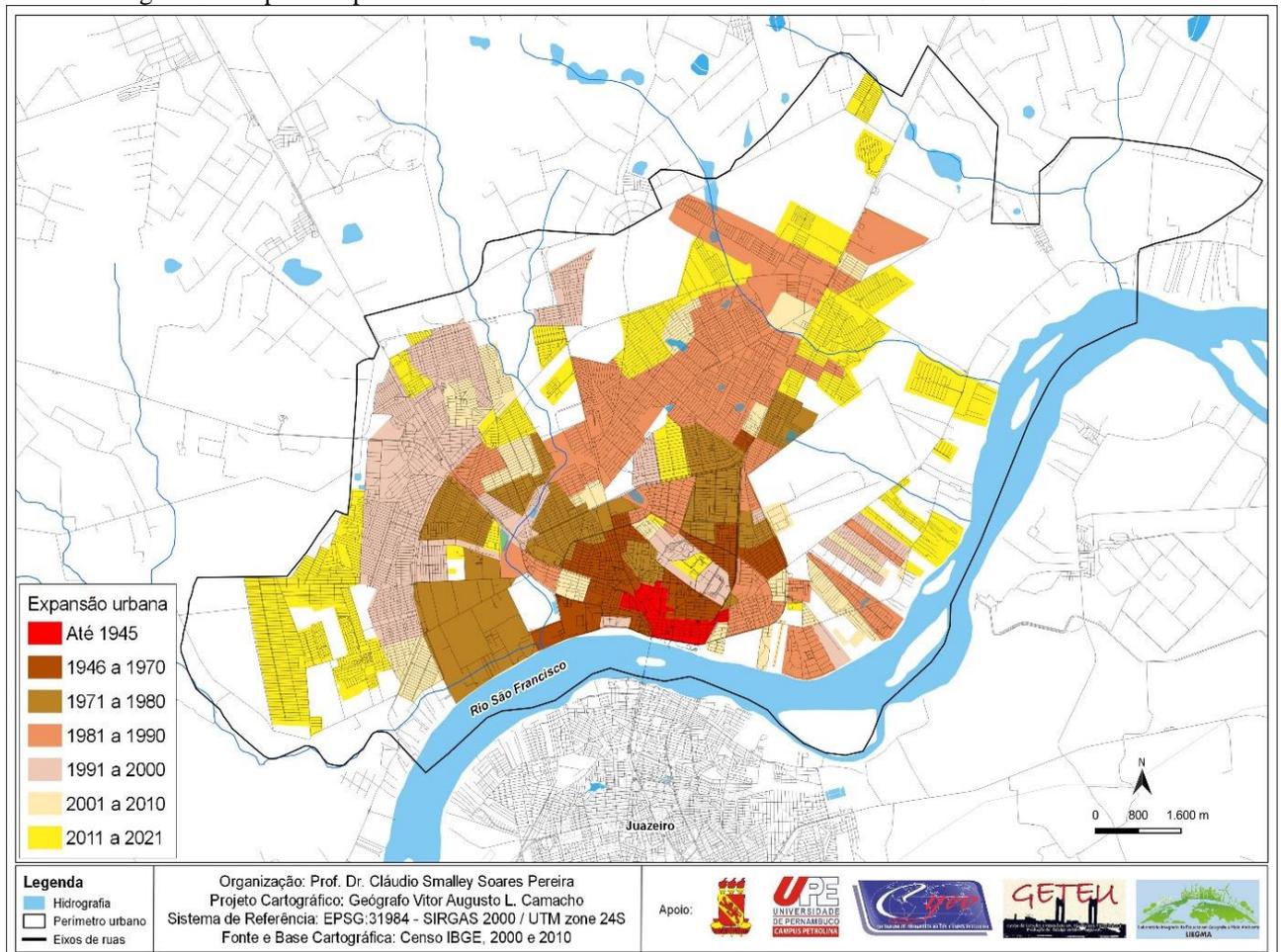
A necessidade de proporcionar mobilidade, em meio a divisão espacial do trabalho, faz com que no contexto nacional, o Estado atue para “manter as condições gerais e sociais de reprodução das empresas” (Seabra, 2000). A dinamização que se estabelece nessas cidades de porte médio, em que muitas foram pensadas para garantir da expansão de uma agricultura científica e globalizada, expõe a expansão das riquezas (de poucos) por meio do planejamento do espaço urbano.

É nesse contexto que surgem os primeiros projetos de planejamento do espaço urbano com destaque para o primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Petrolina (PDDU) que foi elaborado em 1977, durante o período da ditadura militar sob o financiamento

da SUDENE e que continha diretrizes acerca do estabelecimento do Programa Cidade de Porte Médio²⁰ na região, durante a década de 1980. Esse plano foi complementado, posteriormente, pelo PDDU de 1982 e pela Legislação Urbanística de 1983, ficou em vigência até o ano de 2006. Esses Planos propunham o primeiro zoneamento da cidade de Petrolina e sua divisão em duas macrozonas (área rural e urbana), de acordo com Cruz (2013) e Coelho (2007).

O mapa a seguir demonstra como ocorreu o processo de expansão territorial da cidade de Petrolina, entre o período que vai de 1945 a 2021.

Figura 6 - Mapa de expansão urbana da cidade de Petrolina/PE entre os anos de 1945 e 2021



Fonte: Pereira (2023)

²⁰ O Programa Cidade de Porte Médio foi proposto pelo Governo Federal durante as décadas de 1970 e 1980, sob o financiamento do Banco Mundial visando à reconstrução e o desenvolvimento de cidades de porte médio brasileiras, sobretudo aquelas com potencial de desenvolvimento econômico, para que elas pudessem receber imigrantes descentralizando, assim, as capitais e colocando em vigor as elaborações do II PNAD – Plano Nacional de Desenvolvimento - e a resolução da CNDU, segundo Steinberger e Gilda (2001).

Na imagem é possível observar que até 1945 a cidade estava concentrada no que hoje corresponde a sua área central, próxima ao rio São Francisco. Nessa pesquisa, entende-se que o centro de uma cidade, conforme explica Sposito (1991, p. 6):

[...] é antes de tudo um ponto de convergência/divergência, é o nó do sistema de circulação, é o lugar para onde todos se dirigem para algumas atividades e, em contrapartida, é o ponto onde todos se deslocam para a interação destas atividades aí localizadas com as outras que se realizam no interior da cidade ou fora dela. Assim o centro pode ser qualificado como integrador e dispersor ao mesmo tempo.

Até a década de 1970, o espaço urbano da cidade de Petrolina crescendo-se expandiu na direção nordeste, segundo Cruz (2013, p. 62), essa produção “é interrompida pela área que correspondia ao antigo aeroporto, e seguida, em direção aos bairros de Maria Auxiliadora e Vila Eduardo”, área essa que, atualmente, encontra-se localizado o *River Shopping*.

Entre os anos de 1977 e 1982 diversos loteamentos privados e públicos foram abertos na cidade de Petrolina. Nessa época, a gestão municipal estava sob a gestão Diniz de Sá Cavalcanti e a cidade se expandiu nas áreas periféricas no sentido noroeste (os loteamentos privados correspondem a: Ouro preto, Jardim Amazonas e Parque São Paulo; os públicos: Pedro Raimundo e Cohab IV, através da relação entre o poder público municipal, o estadual e o BNH)²¹ e no sentido norte (o bairro José e Maria). Conforme esclarece Coelho (2007, p. 56):

Todas as áreas loteadas pelo poder público municipal, pelo Estado ou por particulares, nessa época, eram sítios, área rural, que foram, posteriormente, anexadas ao perímetro urbano, continuando o pensamento das áreas não contíguas, distantes do centro, mais baratas e passíveis de servir de habitação para pessoas com baixa renda e da urbanização paulatina, seguindo etapas de regularização.

Segundo Cruz (2013), entre os anos de 1980 e 1990, “a mancha urbana continuou se expandindo, ocupando espaços até então vazios na malha urbana, especialmente em direção ao setor norte da cidade, caracterizado pelo padrão de loteamentos e habitação popular”.

Entre os anos de 2011 e 2021, a expansão urbana se concentra nas áreas que, atualmente, correspondem as bordas da cidade, contudo, para melhor visualizar as contradições expressas na produção desse espaço urbano, faz-se necessário analisar essas áreas a partir da sua classificação enquanto bairros e em conjunto com os dados de renda dos seus moradores. Essa análise conjunta permite-nos avançar na investigação, saindo do plano das diferenciações e indo para a apreensão de um desenvolvimento geograficamente desigual.

²¹ Banco Nacional de Habitação.

À vista disso, a tabela a seguir apresenta uma série de bairros catalogados na cidade de Petrolina. A elaboração da mesma teve como base o levantamento desses bairros realizado pelo IBGE, no último censo, as informações fornecidas pela Prefeitura Municipal do município, durante as pesquisas de campo e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS – divulgado no ano de 2019.

Tabela 2 - Distribuição por bairros e renda mediana mensal da população de Petrolina no ano de 2010

Bairro	População por habitantes.	Renda mediana mensal (R\$)	Bairro	População por habitantes	Renda mediana mensal (R\$)
Centro	6.943	2.399,00	Jardim Amazonas	8.959	1.010,00
Atrás da Banca	3.663	2.000,00	Ouro Preto	3.284	1.148,50
Gercino Coelho	7.958	1.310,00	Pedro Raimundo	5.272	679,00
Vila Mocó	5.220	2.000,00	Antônio Cassimiro	10.760	750,00
Maria Auxiliadora	3.946	1.500,00	José e Maria	16.530	1.020,00
São José	3.826	2.748,00	Dom Avelar	13.000	800,00
Pedra do Bode	833	8.000,00	Loteamento Recife	5.976	1.380,00
Distrito Industrial	576	1.750,00	Zona Militar	-	_22
Palhinhas	1.386	1.200,00	Jatobá	5.224	860,00
Jardim Maravilha	2.665	1.400,00	São Gonçalo	11.310	910,00
Km 2	1.114	2.550,00	Cosme e Damião	5.335	800,00
Dom Malan	3.867	2.500,00	Jardim São Paulo	6.138	1.115,00
Areia Branca	8.968	2.000,00	João de Deus	14.512	675,00
Vila Eduardo	7.133	1.170,00	Topázio	972	700,00
Cidade Universitária	1.937	2.500,00	Boa esperança	597	605,00
Cohab – São Francisco	10.653	1.200,00	Serrote do Urubu	202	961,00
Cohab – Massangano	10.269	1.606,00	Carneiro	115	785,00

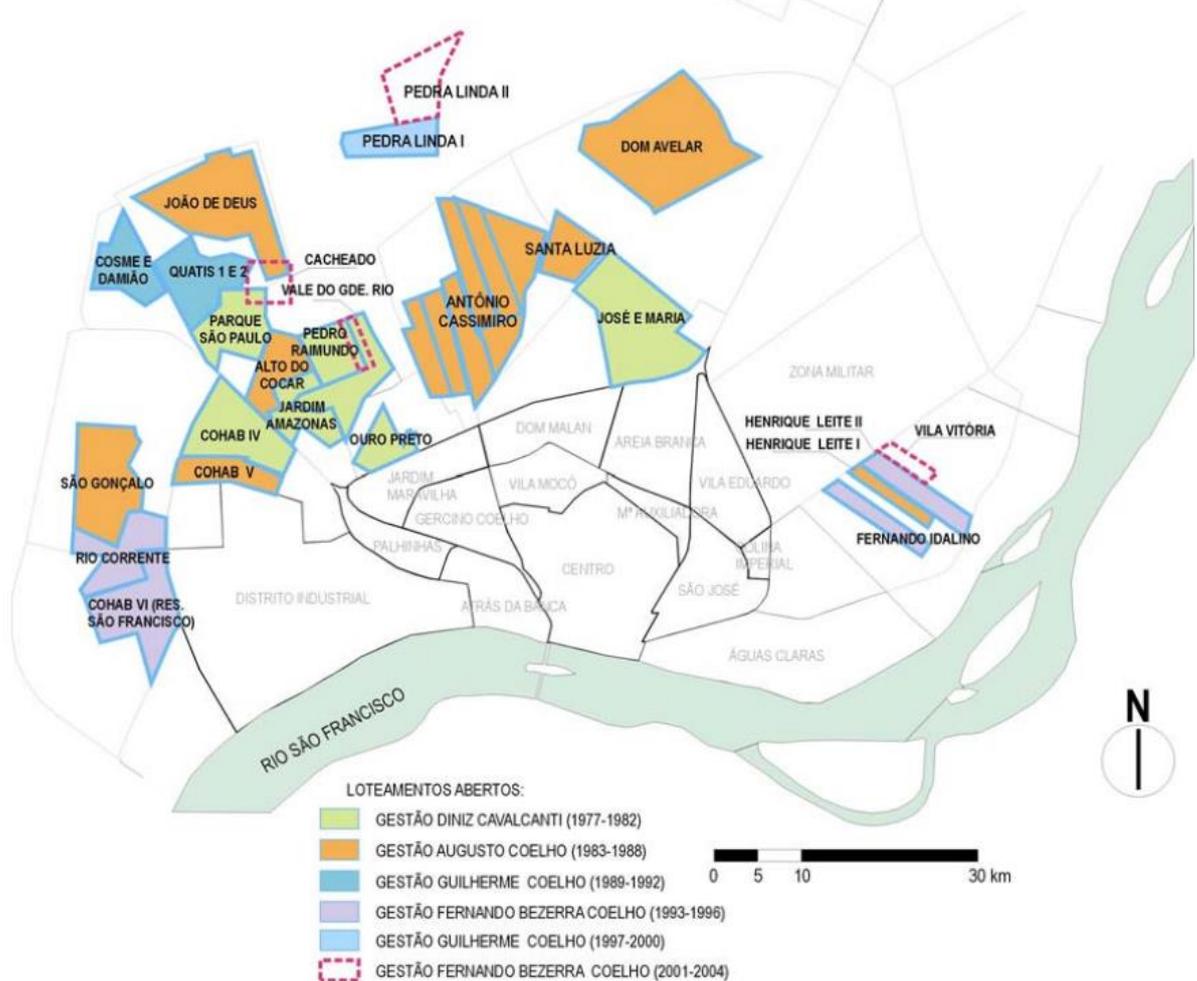
Fonte: Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS – Petrolina/PE (2019).

As informações apresentadas na tabela acima não comportam todos os bairros da cidade de Petrolina, tampouco abarcam as alterações urbanas realizadas nos últimos treze anos, desde o último Censo. Essa ausência de atualizações reflete a escassez de informações sobre a

²² Não foram encontradas informações sobre o bairro em questão.

quantidade de bairros, os nomes e os seus limites, oferecidos pelos órgãos públicos da cidade de Petrolina. Contudo, é possível, a partir da associação entre os dados de renda dos moradores expostos na tabela acima, com a localização de alguns bairros, demonstrada na imagem abaixo que corresponde a figura 7, estabelecer conexões que apontam para as desigualdades que permeiam o padrão de ocupação das áreas da cidade.

Figura 7 – Localização dos loteamentos na cidade de Petrolina (PE)

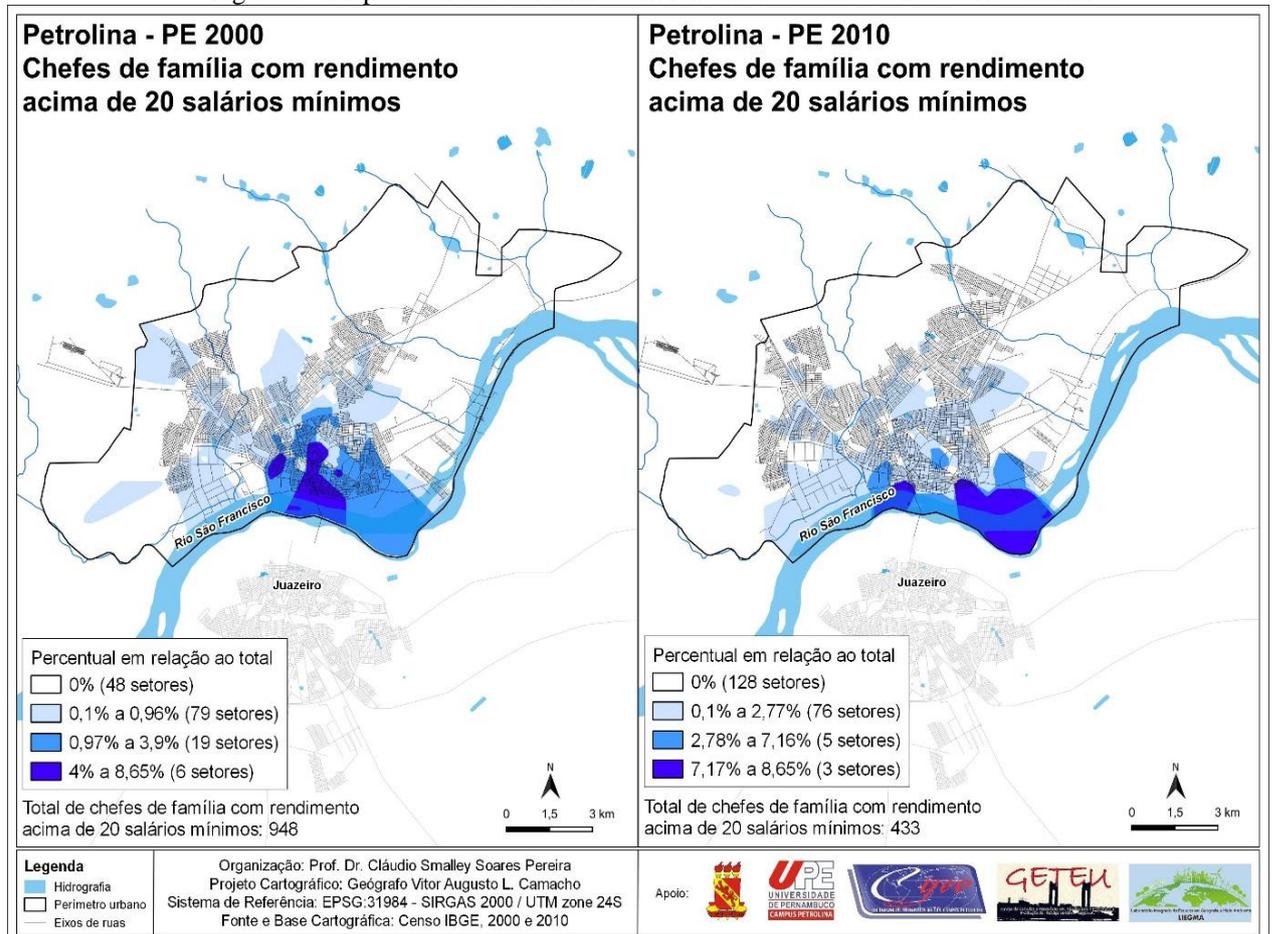


Fonte: Coelho (2007)

A figura acima, apresenta a localização, conforme salientado anteriormente, de alguns dos bairros apresentados na tabela 2, intitulada: “Distribuição por bairros e renda mediana mensal da população de Petrolina no ano de 2010”. É interessante salientar, que na parte inferior da imagem, Coelho (2007), demonstra quais eram os gestores públicos do município de Petrolina, quando a expansão dessas áreas ocorreu.

Abaixo, será apresentada a figura 8 “Mapa de chefes de família com rendimento acima de 20 salários-mínimos”, que contribuirá com a contextualização que está sendo realizada acerca dos bairros da cidade de Petrolina e o rendimento dos seus moradores.

Figura 8 – Mapa de chefes de família com rendimento acima de 20 salários mínimos



Fonte: Pereira (2023)

Relacionado o mapa acima com a figura 6 – mapa de expansão urbana na cidade de Petrolina de 1945 a 2022 – e a figura 7 – localização dos loteamentos na cidade de Petrolina (PE) – percebe-se que a área do espaço urbano que, nos anos 2000, concentrava o maior contingente de pessoas com alto poder aquisitivo foi reestruturada no que concerne a distribuição socioeconômica residencial. Em 2010, o setor leste da cidade, com bairros como a Pedra do Bode e Jatobá, devido ao processo de expansão urbana e a construção de empreendimentos residenciais fechados de alto padrão, tornaram-se pontos importantes da cidade para a concentração dos indivíduos com as rendas mais altas.

Observa-se, então, um movimento de expulsão residencial que, conforme aponta Sposito (1991), embora ocorra de maneira mais lenta no âmbito das cidades médias, representa

a descentralização das atividades comerciais que, ao inserir na dinâmica central atividades econômicas voltadas a um consumidor mais amplo, marginaliza as áreas do entorno central, afastando, assim, os moradores que, no caso de Petrolina, representavam a classe média/alta da cidade. Logo, faz-se importante acrescentar que, ainda segundo a autora, a partir da década de 1980, as cidades médias passaram por um amplo processo de verticalização dessas áreas centrais. Conforme apresentado nas imagens abaixo, representa o cenário urbano do centro da cidade de Petrolina.

Figura 9 – Hotéis e prédios verticais na orla fluvial de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Figura 10 – Prédios dispostos na orla fluvial da cidade de Petrolina (PE)

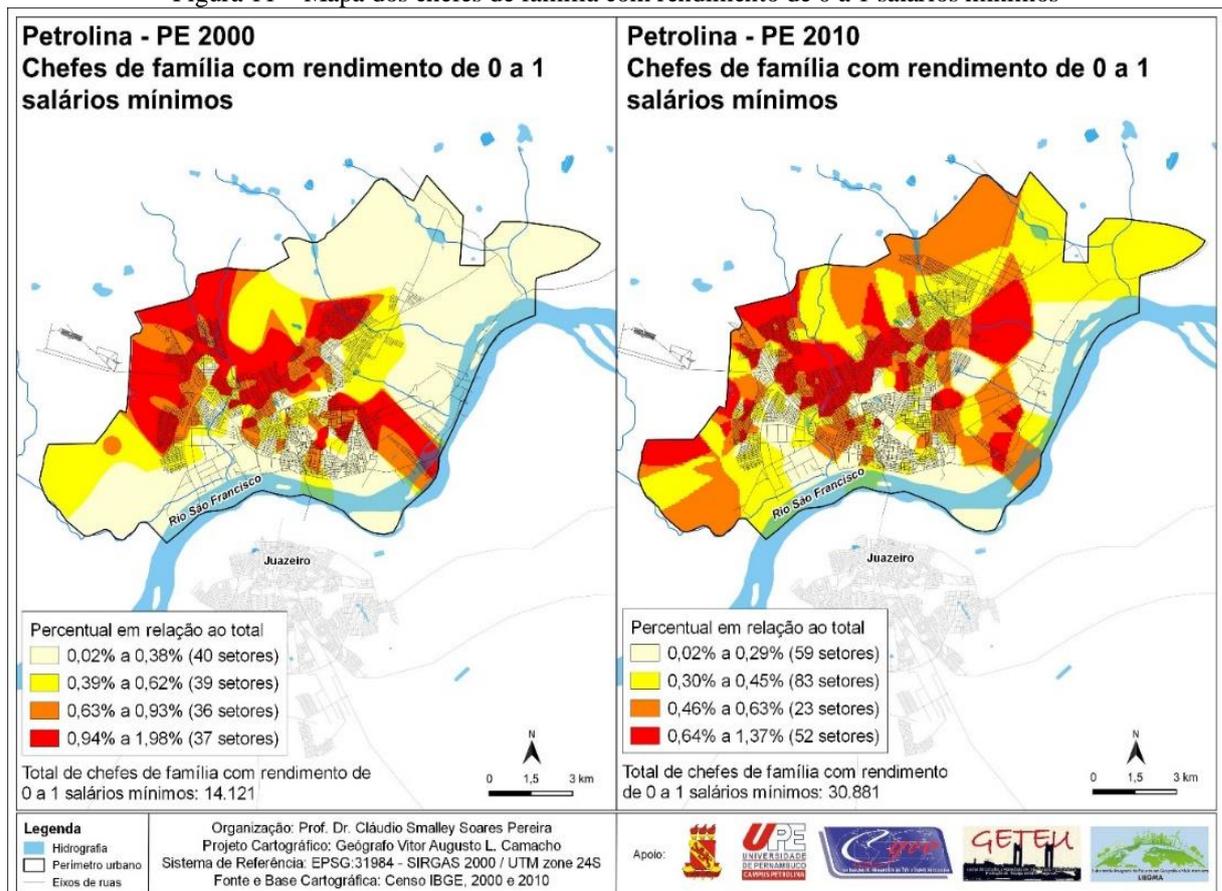


Fonte: a autora (2024)

Todavia, como é possível observar nas figuras 9 e 10, a parte que contempla a orla fluvial da cidade de Petrolina, ainda apresenta ocupações habitacionais. Todavia, essas residências caracterizam-se por serem empreendimentos residenciais fechados verticais, voltados para a classe média e alta da cidade. Hotéis, restaurantes e demais estabelecimentos que oferecem serviços gastronômicos também são predominantes nessa parte da cidade.

No tocante as áreas de ocupação dos habitantes com baixo poder aquisitivo Cruz (2013, p. 70), as separou em: Periferia 1 que, segundo a autora “abrange os tradicionais bairros populares do município, aqueles que surgiram na década de 1970 para abrigar uma população migrante que chegava na cidade”. E Periferia 2 que “apresentam ocupações rarefeitas, dispersas e fragmentadas do tecido urbano da cidade”. A figura 11, apresentada logo abaixo, explicita a localização desses moradores com base em suas rendas:

Figura 11 – Mapa dos chefes de família com rendimento de 0 a 1 salários mínimos



Fonte: Pereira (2023)

Ao analisar o mapa acima – chefes de famílias com rendimento de 0 a 1 salários mínimos – relacionando-o com a figura 7 - localização dos bairros – e a figura 6 – mapa de expansão

urbana de Petrolina entre os anos de 1945 e 2022 -, observa-se que as pessoas com menor poder aquisitivo durante os anos 2000, residiam nas áreas da cidade que foram produzidas no final da década de 1980.

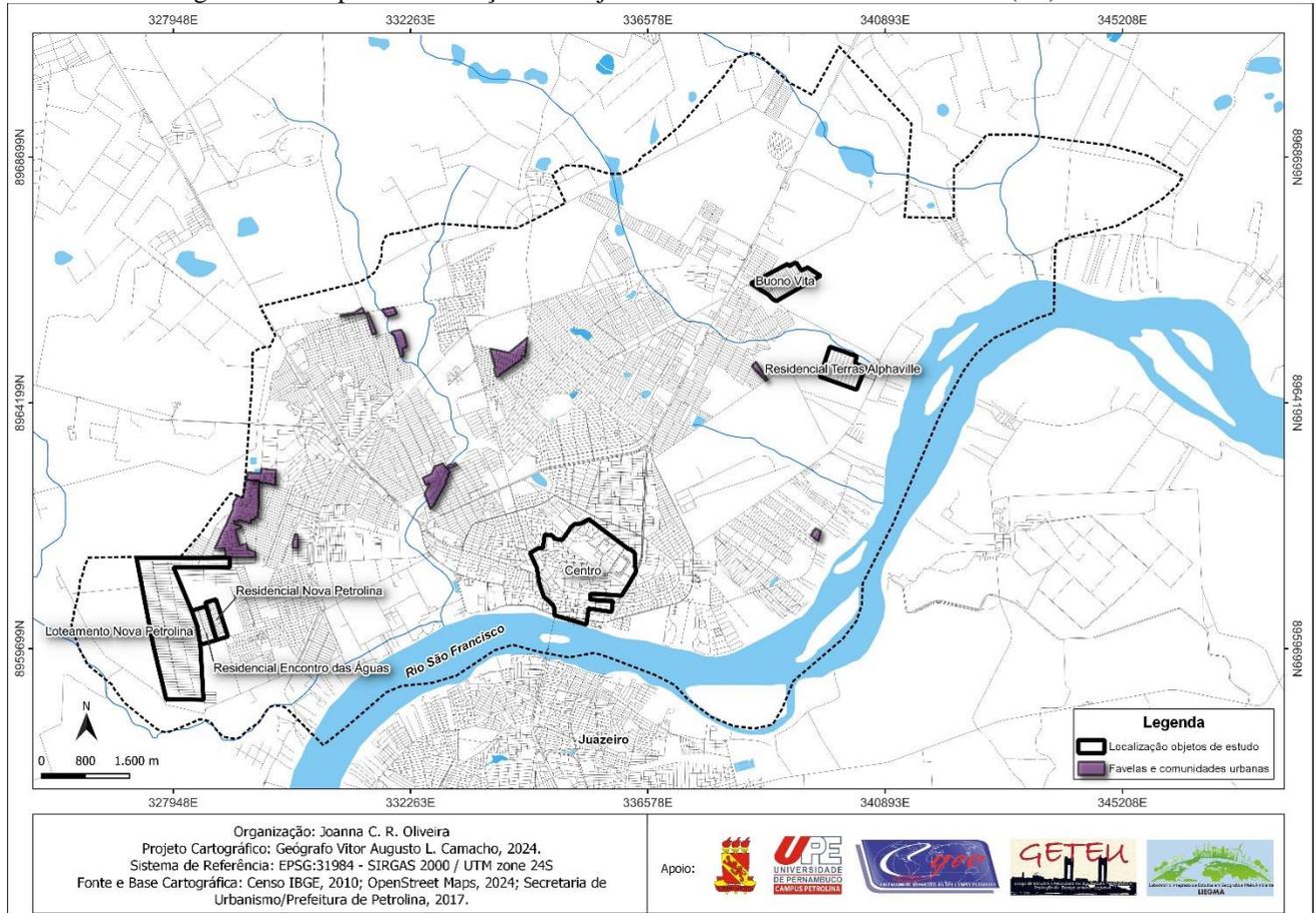
De 1993 aos anos 2000, o poder público municipal da cidade de Petrolina foi conduzido por Fernando Bezerra (1993 – 1996) e Guilherme Coelho (1997 – 2000). Fernando Bezerra, a partir da doação de lotes da prefeitura, implementou o Bairro Henrique Leite I, ao seu lado, instalou-se o bairro Henrique Leite II, onde foram assentadas famílias em condição de vulnerabilidade social oriundas do bairro Josefa Coelho. A gestão Guilherme Coelho deu ênfase na construção de áreas turísticas da cidade e no bairro Pedra Linda (1997) e Pedra Linda II, que surgiram de ocupações e da doação de lotes, respectivamente (Coelho, 2007). A partir dos anos 2000, as dinâmicas imobiliárias voltadas para a construção dos empreendimentos residenciais fechados começam a aparecer na cidade, contudo, Cruz (2013, p. 93), aponta que:

A implantação desses empreendimentos se deu segundo a legislação urbanística em dois momentos. De 1984 até 2006, o uso e ocupação do solo foram orientados pelo Plano Diretor de 1982, especificamente pela Lei nº 03/84 de Zoneamento do município. A partir de 2006 [...] a Lei nº 1.875/06 do PDP passa a regulamentar o ordenamento do solo em Petrolina, redefinindo, portanto, o seu zoneamento. Sendo assim, os primeiros empreendimentos fechados da cidade concentrados na orla foram concebidos segundo os parâmetros da primeira lei, estando situados, em sua maioria, na ZE-4.

Esse período compreende o segundo mandato de Fernando Bezerra (2001 – 2004) em que se destaca a parceria entre a prefeitura, a CAIXA e o BNDES, a partir do Projeto Multisetorial Integrado (PMI) que dá origem ao projeto intitulado “Bairro Legal”, visando oferecer infraestrutura adequada para quatorze bairros da cidade e o diálogo com os seus moradores. Todavia, esse programa não chegou a ser efetivado, devido a transferência de orçamentos para sanar os estragos ocasionados pelo período chuvoso que ocorreu no ano de 2004. Contudo, a construção da Política de Habitação na Lei Orgânica do município, no ano de 2002, fez com que a prefeitura buscasse lotes cedidos, que já faziam parte de loteamentos antigos, para a construção de moradias populares. Os bairros selecionados foram: João de Deus, Henrique Leite, Cosme Damião e o São Gonçalo e, esse projeto federal, fazia parte do PSH - Programa Morar Melhor (Coelho, 2007).

Nesse sentido, o próximo capítulo busca apresentar uma discussão voltada para a apreensão das desigualdades socioespaciais, na cidade de Petrolina, atendo as observações aos seguimentos da cidade que correspondem aos novos vetores de expansão urbana, conforme apresentado abaixo, na figura 12 “mapa de localização dos objetos de estudo na cidade de Petrolina (PE)”.

Figura 12 – Mapa de localização dos objetos de estudo na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

A intenção é apresentar o debate a partir das contradições socioespaciais visualizadas nos bairros que contêm comunidades periféricas, conforme apresentado na figura 12 “mapa de localização dos objetos de estudo na cidade de Petrolina (PE)”. Essa apresentação se dará a partir do setor oeste da cidade em que estão inseridas as habitações produzidas pelo programa Minha Casa, Minha Vida, a exemplo do Residencial Nova Petrolina.

Por fim, para evidenciar a dialética que é inerente ao espaço urbano faremos, ainda, uma análise do setor Leste da cidade de Petrolina, explicitando a atuação dos agentes imobiliários na construção dos empreendimentos residenciais fechados, em confluência com o Estado, que atuam produzindo a cidade para uma parcela específica da população: as pessoas com alto poder aquisitivo, a saber o Encontro das Águas, Terra's Alphaville e o Buono Vita.

3 – AS DESIGUALDADES CONTEMPORÂNEAS NO ESPAÇO URBANO DE PETROLINA/PE

O vigia na guarita fortificada é novo no serviço, e tem a obrigação de me barrar no condomínio. Pergunta o meu nome e destino, observando os meus sapatos. Interfona para a casa 16 e diz que há um cidadão dizendo que é irmão da dona da casa. A casa 16 responde alguma coisa que o vigia não gosta e faz “hum”. O portão de grades de ferro verde e argolões dourados abre-se aos pequenos trancos, como que relutando em me dar passagem. O vigia me vê subindo a ladeira, repara nas minhas solas e acredita que eu seja o primeiro pedestre autorizado a transpor aquele portão. A casa 16, no final do condomínio, tem outro interfone, outro portão eletrônico e dois seguranças armados. Os cães ladram em coro e param de ladrar de estalo. Um rapaz de flanela na mão abre a portinhola lateral e me faz entrar no jardim com o gesto da flanela.

- Chico Buarque, *Estorvo* (1991, p. 14).

Ao mobilizar uma análise das desigualdades urbanas, a partir da morfologia urbana, é necessário ter cuidado para entender que a cidade e a sua “[...] forma deve contemplar aspectos para além da simples delimitação dos objetos, uma vez que é necessário compreender também para quê, por quê, por quem e quando em relação às formas resultantes no contexto do processo de produção do espaço” (Miyazaki, 2013, p. 30). Por conseguinte, conforme apresentado no capítulo II, a cidade de Petrolina apresenta, na história que concerne ao seu desenvolvimento, uma produção do espaço urbano que intensificou as desigualdades sociais, estas, ressalvadas as suas particularidades, inerentes as cidades do capital.

Segundo Rodrigues (2007), as desigualdades podem ser entendidas como um fator resultante da divisão da sociedade em diferentes classes sociais. Essas classes, por sua vez, também, segundo a autora, acessariam o espaço geográfico de maneira desigual, exprimindo, assim, a fragmentação do espaço que é condição e produto do desenvolvimento desigual e combinado do capital.

Partindo desse entendimento é que, no presente capítulo, torna-se imprescindível apresentar a complexificação das formas e os conteúdos que abarcam as dinâmicas contemporâneas de produção do espaço urbano na cidade de estudo, que caminham em direção a um aprofundamento das diversas formas segregativas. Partimos do pressuposto que a cidade é, também, condicionante social e, dessa forma, a sua espacialidade reverbera, gerando novas práticas socioespaciais (Sposito; Góes, 2013; Lefebvre, 1976).

3.1 – As periferias na cidade de Petrolina (PE)

Nesse subtópico, apresentaremos algumas das periferias que compõem o espaço urbano da cidade de Petrolina (PE). Muitas delas surgiram em um contexto espontâneo, em que os seus moradores ergueram as suas casas, em situações degradantes, para conduzir a vida na forma que é possível, mediante o contexto das desigualdades socioespaciais. Outras tantas, como será exposto no decorrer do capítulo, surgiram de maneira planejada, enquanto tendência contemporânea de afastamento das populações carentes.

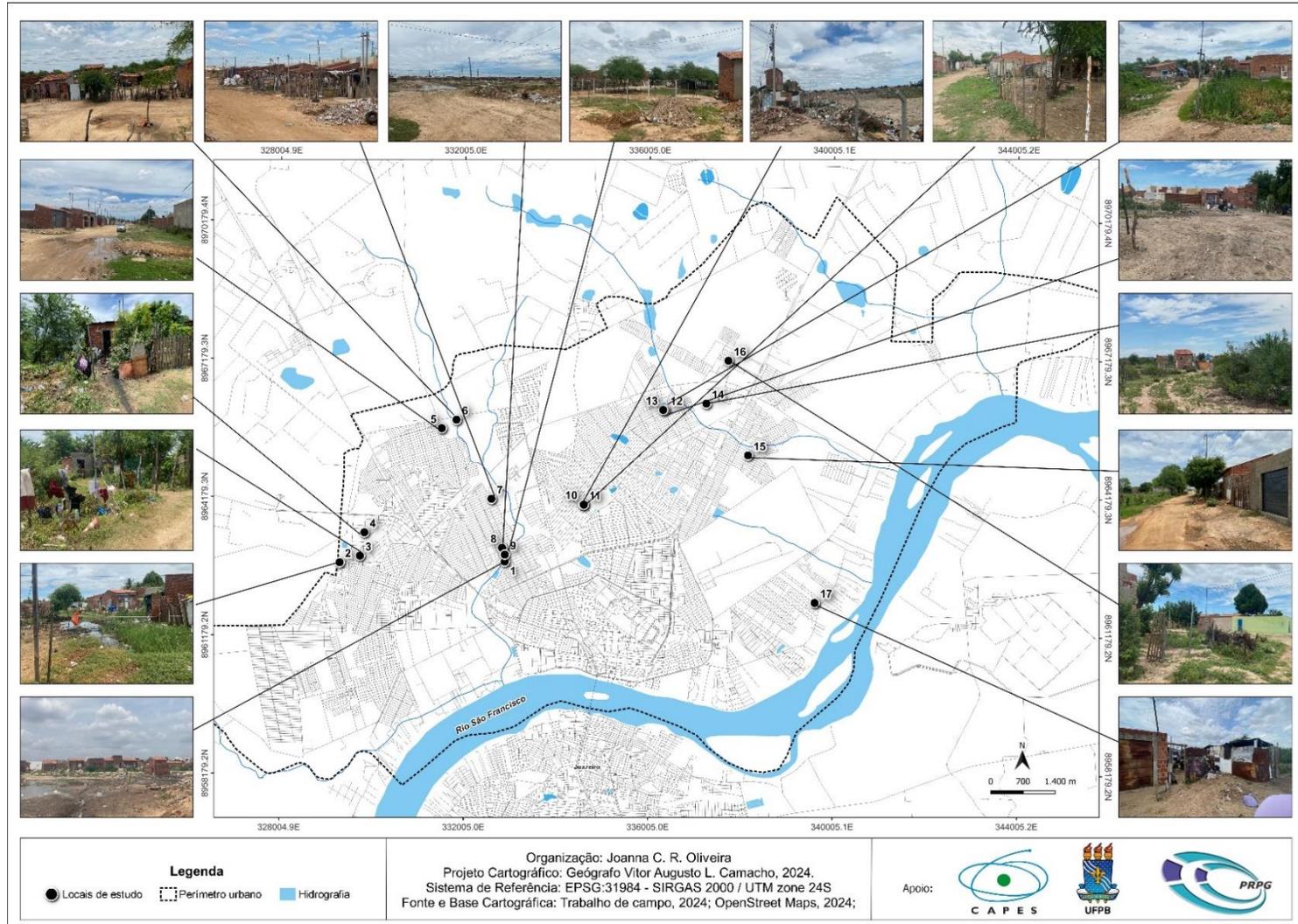
A figura 12 – mapa de localização dos objetos de estudo na cidade de Petrolina (PE), apresentou uma delimitação das áreas periféricas na cidade de Petrolina, com base nos dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Periferias – SNP – (2023), cujo objetivo central é possibilitar a formulação de políticas públicas voltadas para esses espaços repletos de exclusão. Aqui, interessa-nos apresentar o conteúdo espacial dessas periferias, ultrapassando a delimitação desses espaços, expressando como as pessoas que, neles vivem, sobrevivem.

Para tanto, apresentaremos a figura 13 – mapa de localização das comunidades periféricas da cidade de Petrolina (PE), que contêm informações acerca dos seguintes bairros e suas comunidades: Jardim Petrópolis, Vila Chocolate e Vila Dilma (bairro São Gonçalo); Santa Terezinha e Vila da Paz (bairro João de Deus); Invasão 1 e 2 do Pedro Raimundo (bairro Pedro Raimundo); Invasão 1 do Vale do Grande Rio (bairro Vale do Grande Rio); Invasão do Ouro Preto (bairro Ouro Preto); bairro Mandacaru; Vila Vitória (bairro Henrique Leite III).

As imagens apresentadas foram realizadas a partir dos trabalhos de campo, efetuados em dias alternados nessas comunidades. As nomenclaturas que designam tais comunidades advêm das conversas informais com os seus moradores, uma vez que muitos desses não constam na planta mais atual da cidade, feita em 2017, e disponibilizada a esta pesquisa pela secretaria de habitação da cidade de Petrolina. Evidencia-se, contudo, que nesse capítulo a ênfase da análise desenvolvida recai sobre o fator residencial. É com base no aprofundamento da diferenciação das moradias, esmiuçando as particularidades que esses espaços possuem e que os fazem repletos de justaposições, que podem ser verificadas na proximidade que a localização de diferentes padrões residências possuem e na distância social abissal que concerne ao seu conteúdo urbano.

As periferias, aqui analisadas, segundo Chilcote (1990), são formadas por pequenos produtores rurais que, diante do processo de modernização agrícola da cidade de Petrolina - após a década de 1980 -, deixaram de residir no espaço rural do município, seja pelo contexto da expropriação ou pela dificuldade em competir com as grandes empresas e passaram a ocupar, juntamente com os trabalhadores pobres advindos de outras regiões do país, e a residir nesses bairros periféricos.

Figura 13 - Mapa de localização das comunidades periféricas em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

A primeira periferia examinada é o Jardim Petrópolis (localização 2 na figura 13), situado no Bairro São Gonçalo, terreno cedido pela CODEVASF em 1988. De acordo com Coelho (2007), o local abrange “2.175 lotes habitacionais, 95 lotes comerciais e 97.180 m² de áreas verdes e equipamentos comunitários”, contudo, quando foi cedido para a habitação, essa área carecia de infraestrutura básica, como fornecimento de água e eletricidade. Além disso, duas outras vilas na área, a “vila chocolate” e a “Vila Dilma”, apresentam condições similares de infraestrutura precária, como evidenciado nas imagens subsequentes.

Figura 14 – Comunidade periférica Jardim Petrópolis, localizada no bairro São Gonçalo em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Nas imagens apresentadas ressalta-se que a vila “Dilma” (ponto 4 na figura 13) e a comunidade periférica Jardim Petrópolis estão, ainda mais, alinhadas no que diz respeito a organização espacial. Durante as observações realizadas nos trabalhos de campo notou-se que, essas duas comunidades eram formadas, majoritariamente, por casas de barro, compostas de papelão, pedaços de lataria, de plástico e madeira, que configura um tipo de construção denominado “pau a pique²³”. Os formatos demasiado irregulares, davam a entender que foram construídas às pressas, talvez pela necessidade latente do morar e pela reivindicação de alguma espacialidade que pudesse ser considerada como “própria”.

²³ Segundo o dicionário *online* de língua portuguesa ([s.d]), as casas de pau a pique podem ser entendidas como sendo composta por “Parede feita de ripas ou varas entrelaçadas e revestidas por barro; taipa, taipa de mão, taipa de sopapo, taipa de sebe”.

Figura 15 – Comunidade periférica “vila chocolate”, localizada no bairro São Gonçalo em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Figura 16 – Comunidade periférica “vila Dilma”, localizada no bairro São Gonçalo em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

As três localidades, apresentadas acima, são relativamente próximas e embora apresentem paisagens similares, possuem, sutis diferenças na sua essência. No caso do Jardim Petrópolis, constatou-se a absoluta ausência de qualquer tipo de saneamento básico. Os lixos acumulam-se nas ruas e nos esgotos, estes que, por sua vez, adentram o jardim das casas. Identificou-se, também, que o terreno compõe um pequeno vale, com declividade que, durante

um período intenso de chuva, produz alagamentos (JB Notícias, 2024). No tocante à Vila Dilma, observou-se que esse padrão se repete, todavia, as casas são levemente mais afastadas, uma das outras, do que no Jardim Petrópolis, bem como possuem mais árvores próximas às residências, ruas não asfaltadas, iluminação irregular somada a resquícios de energia de outras ruas já assessoradas com luz.

A Vila Chocolate (localização 3 na figura 13) por sua vez, aparenta ser um pouco mais organizada do que as duas comunidades anteriormente citadas, por situar-se mais próxima às áreas do bairro São Gonçalo que possuem pavimentação. Nessa periferia são encontradas casas de alvenaria inacabadas, ruas com rede de energia em que os próprios moradores, pela ausência de infraestrutura, retiram fios elétricos de postes e os colocam, informalmente, nas suas residências; a ausência de saneamento também é um dos aspectos que compõem essa vila. Em comparação com a vila Dilma e o Jardim Petrópolis, a vila Chocolate pode aparentar, de certa maneira, ter uma organização espacial maior, contudo, salienta-se que as casas construídas com tijolos, os postes elétricos, alternam-se com residências de pau a pique, e formam um mosaico em que não é possível comparar qual grau de pobreza aparenta ser menor, em meio a desigualdade avassaladora.

Durante as nossas observações de campo, emergiu como um ponto crucial de reflexão a forma como a presença humana se insere nesses espaços marginalizados. As crianças, muitas vezes, encontravam sua distração brincando no meio do lamaçal, nos esgotos, frequentemente próximos às portas de suas próprias casas. As roupas expostas, suspensas em varais improvisados de madeira e arames de ferro enferrujado, sugeriam a exígua dimensão dessas moradias. As numerosas portas das casas escancaradas, com pessoas encostadas em suas entradas, como se contemplassem o passar do tempo através das limitações materiais que as circundam. Tal cenário não apenas evoca uma sensação de perplexidade diante da desigualdade flagrante, mas também instiga uma profunda indignação perante a injustiça social que se revela tão cruamente nesses contextos urbanos desfavorecidos. Segundo Rodrigues (2007, p. 74), esses cenários expressam a periferia porque:

Fora do circuito da riqueza, é visível a outra face do urbano, em geral nas periferias distantes e nas áreas centrais “degradadas”. São nelas que trabalham, moram e circulam os trabalhadores, nelas se encontram favelas, ocupações coletivas de terra, cortiços, casas precárias, conjuntos habitacionais de casas/apartamentos com dimensões mínimas, edifícios precários utilizados para escolas, creches, postos de saúde, hospitais. As ruas são estreitas, sujas, esburacadas, com pouca ou nenhuma iluminação pública por onde circulam ônibus, vans, caminhões, carros velhos que colocam em risco a vida dos que neles são transportados. Nessas áreas, os trabalhadores não desaparecem após a jornada de trabalho e sua presença torna visível a desigualdade socioespacial. Expressam problemas que no ideário do

desenvolvimento serão solucionados com o planejamento e presença estatal na implementação de infra-estrutura e equipamentos e meios de consumo coletivo.

O segundo bairro em análise é o João de Deus, estabelecido em 1987, a partir da realocação de pessoas anteriormente residentes em áreas ocupadas. Inicialmente, os habitantes do local improvisaram suas moradias com materiais como taipa e papelão (Coelho, 2007). Após quase três décadas, algumas das habitações ainda conservam suas características periféricas, como observado nas imagens da comunidade "Santa Terezinha" e da "Vila da Paz". É válido ressaltar que o termo "invasão", utilizado pelos próprios moradores, é recorrente ao longo do texto para designar a autodenominação realizada pelos seus ocupantes.

Figura 17 – Comunidade periférica “Santa Terezinha”, localizada no bairro João de Deus em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

A comunidade Vila Santa Teresinha (localização 5 na figura 13), apesar de localizar-se no bairro João de Deus, parece-nos, em vários pontos, dele marginalizada. Encontramos uma primeira grande rua, não asfaltada, funcionando como uma espécie de “avenida alternativa” onde as ruas menos asseguradas pelo poder público dão passagem para esse pequeno recorte do espaço urbano dentro do bairro. Por detrás das casas de alvenaria inacabadas, todas alinhadas à direita da rua, estão outras ainda mais prejudicadas do ponto de vista de sua construção, uma vez que são feitas de taipa, com espaços minúsculos e incompletos. Essas últimas casas situavam-se à frente de um terreno sem construção, com vegetação mais aberta, onde observou-se

pequenos cercos, improvisados com arames e tábuas, que serviam delimitar propriedades também improvisadas.

A cadeira disposta na frente da casa remonta à discussão desenvolvida por Lefebvre (2002. p. 30), ao tratar dos espaços para o lazer e a função da rua, enquanto elemento de encontros e trocas. Nos espaços em que não são oferecidas, pelo poder público, tais alternativas, o que resta para esses moradores? Qual é o tipo de diversão que as populações periféricas, possuem na cidade do capital? Nessas ruas marrons, evidencia-se a “ausência de vida, a redução da ‘cidade’ a dormitório, a aberrante funcionalização da existência” porque se faz sem lugares que oferecem “a função informativa, a função simbólica e a função lúdica”, elementos fundamentais capazes de remover a fixidez dos espaços segregados.

Figura 18- Comunidade periférica “vila da paz”, localizada no bairro João de Deus, em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Nota-se, portanto, uma correspondência à análise de Lefebvre a respeito da urbanização e da produção das periferias, guardadas as devidas proporções e particularidades entre os países e regiões. Para ele:

No curso do processo acelerado de urbanização [...] uma grande parte dos trabalhadores e das classes médias foi, portanto, alojada de uma maneira relativamente aceitável, mas sem invenção arquitetônica ou urbanística. Ao contrário, essa expansão das cidades é acompanhada de uma degradação da arquitetura e do quadro urbanístico. As pessoas, sobretudo os trabalhadores, são dispersadas, distanciadas dos centros urbanos. O que dominou essa extensão das cidades é a segregação econômica, social,

cultural. O crescimento quantitativo da economia e das forças produtivas não provocou um desenvolvimento social, mas, ao contrário, uma deterioração da vida social (Lefebvre, 2008, p. 149).

Voltando a Petrolina. Ainda no João de Deus, nos defrontamos com a Vila da Paz (localização 6 na figura 13). Esta vila, especificamente, está entre as que mais nos chocaram, primeiro porque sua distribuição espacial remete a um modelo clássico que permeia o senso comum, quando se trata da pobreza. Segundo, pelo fato de que, nesse espaço, constatou-se que havia casas de pau a pique coladas umas às outras de tal modo que, nessa configuração, serviam para oferecer sustentação a ambas. Terceiro, porque as pessoas transeuntes do lugar, estavam demasiado maltrapilhas e nos olhavam com uma desconfiança e estranheza voraz.

A Vila da Paz possui um espaço que, à primeira vista, parece ser uma praça central, embora sem pavimentação, bancos ou qualquer artefato para o lazer que não fosse o espaço e as crianças que lá brincavam. Nessa vila também se encontram terrenos que mimetizavam um lugar para criação de animais, embora poucos animais tenham sido vislumbrados durante os trabalhos de campo. Também foi constatado que a vila em questão está situada logo abaixo de uma estrada de terra alta que, durante a chuva, contribui para o rápido escoamento das águas em direção às casas localizadas abaixo.

Ao sair dessas vilas, é inegável a impressão de que tanto a disposição interna quanto as características externas das casas só adquirem algum sentido comunitário quando consideramos as interações sociais e atividades de lazer presentes no espaço urbano ao se levar em consideração às trocas humanas nas relações interpessoais ali presentes. Essa percepção reforça a ideia de que o lazer público não é apenas um fim em si mesmo, mas também um meio privilegiado de socialização e bem-estar. Portanto, quando negligenciado, a ausência de lazer dentro desses espaços não apenas prejudica a qualidade de vida, mas também contribui para tornar a vivência, nesses ambientes, ainda mais insalubre.

Ao analisarmos a produção da cidade, considerando aquilo que Sposito (1996) elucida acerca da sua construção com base nos padrões culturais, de consumo e de informação que os diferentes seguimentos sociais têm acesso, defrontamo-nos, aqui, com a inviabilização do direito à cidade de Petrolina. A desigualdade social que “salta” à primeira vista explicita a segregação que contribui para a inviabilização do entendimento e da concretização uma cidade para todos.

A terceira comunidade periférica analisada fica no bairro Pedro Raimundo que, embora não seja uma área distante do centro, por muito tempo serviu de lixão sanitário na cidade de Petrolina. Esse bairro foi loteado entre os anos de 1981 e 1982, momento em que a cidade

passou por intenso processo de expansão e reestruturação urbana. Os seus lotes foram doados para as pessoas que já ocupavam o espaço. Abaixo são apresentadas fotos da “invasão 1” (localização 7 na figura 13) e “invasão 2” (localização 8 na figura 13) do Pedro Raimundo”, respectivamente.

Figura 19 – Comunidade periférica “Invasão 1 do Pedro Raimundo”, localizada no bairro Pedro Raimundo na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Figura 20 – Comunidade periférica “Invasão 2 do Pedro Raimundo”, localizada no bairro Pedro Raimundo na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024).

As casas da Invasão 1, presentes no bairro Pedro Raimundo, apresentam-se atadas ao muro do empreendimento residencial fechado “*Sunville* Mais viver”, apresentando um contraste visual, para quem observa essas habitações de frente. Nessa comunidade foram observadas muitas residências feitas de taipa, com vários restos de alvenaria, indicando a intenção que os moradores possuem de utilizados esses materiais no futuro, talvez para o fortalecimento estrutural dos lares. Também observamos, na comunidade periférica “Invasão 2”, casas de alvenaria, brevemente organizadas em ruas sem pavimentação.

É relevante ressaltar que o contraste visual entre as habitações precárias das comunidades periféricas e as luxuosas residências dos empreendimentos residenciais fechados evidencia um padrão espacial característico das áreas segregadas. Segundo Corrêa (2013), esse padrão indica a expulsão dos residentes de baixa renda dos espaços urbanos anteriormente acessíveis, à medida que novos empreendimentos surgem, acompanhados de novas políticas tributárias.

Ainda foi possível identificar que essa comunidade possui grandes espaços vazios, estes, que serviam como receptores de lixo dos moradores, bem como sustentavam a fiação amadora levantada por postes também amadores. Embora as residências pudessem, ora ou outra, apresentar melhorias no sentido dos materiais utilizados para a sua construção, o parâmetro geral apresentado evidencia, na comunidade como um todo, uma aparência média precarizada e sucateada, compondo uma paisagem periférica de descaso e abandono.

Continuando a análise aqui apresentada focalizamos, nesse momento, o bairro Vale do Grande Rio (localização 9 na figura 13), situado nas proximidades do bairro Pedro Raimundo. Este bairro teve sua origem como um empreendimento de loteamento privado em 1978, contudo, enfrentou consideráveis atrasos na construção das residências devido à falta prolongada de serviços básicos, como fornecimento de água e eletricidade. Conforme foi salientado por Coelho (2007), e observado durante as nossas pesquisas de campo, a região é propensa a alagamentos, pois funciona como uma área de drenagem interna para o Rio São Francisco.

Figura 21 – Comunidade periférica “Invasão 1 do bairro Vale do Grande Rio”, situada no bairro Vale do Grande Rio na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

No caso do bairro Vale do Grande rio, este, localizado próximo aos bairros Pedro Raimundo e Ouro Preto, observa-se, na imagem acima, a outra parte do que é conhecido, informalmente, como “invasão salinas”. Essa comunidade periférica possui uma distribuição espacial relativamente próxima àquela apresentada acerca das comunidades inseridas no bairro Pedro Raimundo. Possui, ainda, como diferença mais acentuada a presença de algumas casas de alvenaria com quintais maiores, usados para a criação de alguns animais como, por exemplo, galinhas, pequenos pássaros e alguns burros de carga. Vale destacar que é um espaço também mais arborizado do que os anteriores, com muitas árvores próximas às casas oferecendo sombra e algum anteparo para o desafio das chuvas.

Prosseguindo a discussão, o enfoque recai sobre o bairro Ouro Preto que se origina em 1977, cujo qual foi possível visualizar a comunidade periférica intitulada: “invasão Ouro Preto”. Segundo Coelho (2007), esse teria sido o primeiro loteamento de Petrolina estudado e que, embora tenha sido entregue com água encanada, o fez sem infraestrutura adequada e sem energia elétrica. A autora complementa que, por muito tempo os moradores do Ouro Preto tiveram que reivindicar melhores condições de vida.

A imagem a seguir demonstra que, até o momento em que realizávamos essa pesquisa, as condições das habitações nesse bairro continuavam a apresentar as carências básicas, perpetuando a luta diária dos residentes por dignidade e qualidade de vida. Ouro Preto, marcado pela sua origem humilde e pela persistência de seus habitantes, é um retrato vívido das disparidades sociais e das injustiças urbanas que permeiam nossa sociedade. Entre becos e

vielas e córregos, a comunidade tece sua história de resistência, onde cada casa é um capítulo de esperança e cada rua, um verso de superação. Nas sombras das torres luxuosas dos empreendimentos fechados, a “invasão Ouro Preto” permanece como um lembrete gritante de que, enquanto alguns desfrutam do conforto, outros lutam pela mera subsistência.

Figura 22 – Comunidade periférica “Invasão do Ouro Preto”, localizada no bairro Ouro Preto em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

A comunidade periférica Invasão do Ouro Preto (localização 1 na figura 13) faz-se com um córrego, composto por esgoto cortando-a ao meio. Algumas das casas, inclusive, situam-se, preocupantemente, em áreas sujeitas a deslizamentos, devido a erosão que as chuvas fortes ocasionam. A maior parte das casas são de alvenaria, as outras foram erguidas com material sucateado, contudo, no que concerne ao tamanho das moradias, essa comunidade apresenta casas maiores do que as das comunidades expostas anteriormente.

Contudo, nessa comunidade destaca-se distribuição irregular da energia elétrica, os lixos que se amontoam às margens do córrego e formam, em alguns espaços, chorumes. Essa área, também, possui muitos terrenos irregulares e construções rudimentares, que evidenciam o poder socioeconômico dos seus moradores. Todavia, essa comunidade está mais próxima das áreas mais bem organizadas e pavimentadas do bairro Ouro Preto e permite, assim, uma mobilidade mais fluida para o ir e vir do trânsito urbano que leva a outras partes da cidade. Assim, quem adentra ao bairro e não se atem às suas nuances, pode ter a impressão de que ali é apenas um

local menos estruturado, conquanto essa pessoa se aprofunde na observação, verá que se trata de uma comunidade periférica tal qual outras de Petrolina.

O Bairro Mandacaru, por sua vez, surge enquanto vila de um loteamento aprovado e não implantado que compunha uma área do bairro Dom Avelar, este que será explorado nos parágrafos adiante. Segundo Coelho (2007), esse bairro foi formado próximo ao lixão da cidade – o raso da Catarina que, atualmente é um aterro controlado. Há 17 anos, quando a autora mencionada realizou a sua pesquisa, ela observou a ausência de pavimentação nas ruas, ligações clandestinas de água e luz e a carência que permeavam esse bairro periférico. A imagem abaixo demonstra a atualidade de uma parte do bairro Mandacaru.

Figura 23 – Bairro Mandacaru, localizado na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

A comunidade periférica do bairro Mandacaru (localização 10 na figura 13) possui uma diferença alarmante, em relação aos demais bairros já descritos, porque desenvolve-se ao lado de um lixão, a céu aberto, em que se acumulam os descartes dos resíduos de vários outros bairros próximos. A comunidade periférica ali presente, se aproveita do lixo para sobreviver – venda de latinhas e demais objetos reaproveitáveis - e morar – tábuas, ferros, dentre outros objetos, servem para a construção das moradias. Conforme explicitado, encontramos muitas casas com lixo recolhido e organizado para uma futura venda de plásticos e metais, por exemplo. No mesmo sentido, notamos casas feitas com partes advindas do lixão onde famílias inteiras moram.

No caso da figura 23, as crianças capturadas pela fotografia brincavam com objetos adaptados selecionados no próprio lixão, pois as peças não aparentavam ser brinquedos

convencionais, mas sim restos ou pedaços de objetos que estavam sendo tratados pela imaginação infantil como peças úteis ao brincar. As ruas mais próximas da cerca do lixão possuíam casas mais simples e rudimentares e as mais afastadas mesclavam-se com outras casas inacabadas de alvenaria. Essa alternância também foi verificada quanto à pavimentação das ruas e o saneamento básico.

Ao tratar dos espaços de interação entre as crianças e o meio em que estão inseridas, Pinto e Bichara (2017), apontam as brincadeiras realizadas mediante a espacialidade (o bairro que ganha significado e torna-se lugar) enquanto fator fundamental para o desenvolvimento físico, emocional, cognitivo e social desses sujeitos. Quando se depara com crianças, em condições precárias de sobrevivência, é quase impossível não levar em consideração o impacto - para o posterior desenvolvimento das habilidades, dos significados e das subjetividades das crianças - que é viver tendo como espaço público aberto mais próximo das suas residências, um lixão.

As próximas comunidades periféricas apresentadas fazem parte do Bairro Dom Avelar, que surgiu em 1987, a partir da iniciativa privada e contou com a organização e reivindicação dos seus moradores para que fossem implementadas infraestrutura básica para a moradia. As fotos abaixo apresentam a comunidade periférica São Joaquim, a Invasão I e II do Dom Avelar e o Vale das Esmeraldas (localização 14 na figura 13).

Figura 24 – Comunidade periférica São Joaquim, localizada no bairro Dom Avelar em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Com base na foto, deve-se mencionar que a comunidade periférica São Joaquim (localização 11 na figura 13), diferentemente das outras duas invasões que compõem o bairro Dom Avelar, tem casas de alvenaria em maior quantidade, bem como postes com iluminação pública, que caracterizam uma atuação maior do poder público nessa área, quando comparado a algumas das comunidades anteriormente discutidas. Destaca-se, também, que algumas casas apresentam muros no seu entorno feitos de tijolos outras, são cercadas por madeira e arames. No caso das invasões 1 e 2 do Dom Avelar, as casas de alvenaria são em menor quantidade, possuem tamanho mais reduzido e algumas vezes, conforme apresentado, ficam bastante próximas ao esgoto.

Essas modificações, demonstram as diferenças no que concernem a homogeneidade e extensão das periferias uma vez que, mesmo mediante as modificações na forma das moradias, as comunidades periféricas em que o seu conteúdo urbano é formado, majoritariamente, pela população pobre, continuam a ser “espaços invisíveis”, dentro de uma cidade (Santos, 1981). A esse respeito, Sposito (2004, p. 123), aponta que:

A forma como a cidade é geograficamente organizada faz com que ela não apenas atraia gente pobre, mas que ela própria crie ainda mais gente pobre. O espaço é, desse modo, instrumental à produção de pobre e de pobreza: um argumento a mais para considerarmos o espaço geográfico não apenas como um dado ou como um reflexo, mas como um fator ativo, uma instância da sociedade, como a economia, a cultura e as instituições

Figura 25 – Comunidade periférica “Invasão 1 do bairro Dom Avelar”, localizada no bairro Dom Avelar na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Figura 26 – Comunidade periférica “Invasão 2 do bairro Dom Avelar”, localizada no bairro Dom Avelar na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

A invasão 1 do bairro Dom Avelar (localização 12 na figura 13) está localizada em volta de um antigo lago que, com o tempo, foi completamente poluído. Muitas das casas, inclusive, ficam parcialmente submersas dada a sua proximidade com o lago que aumenta de nível com as chuvas (Rocha, 2022). Já na invasão 2 do bairro Dom Avelar (localização 13 na figura 13), as casas de alvenaria alternam-se com as de pau a pique, mas em todas as ruas encontramos ausência de saneamento básico e a vegetação rasteira predomina pelas ruas. Observou-se, também, que a estrutura das casas seguia formas muito similares umas às outras, como se fossem quadrados constituídos de um vão ou dois, no máximo. Tivemos a impressão de que nestes espaços, havia poucas trocas comunitárias e interpessoais entre os residentes pois, durante as visitas, quase não foi possível encontrar pessoas nas portas das casas ou com as portas abertas, bem como poucos indícios de partilha de estrutura de casas entre si mesmas.

A presente apresentação segue com o bairro Vila Marcela, cujo qual não foi possível encontrar informações acerca do seu ano de formação e a situação dos seus moradores durante a efetivação. Contudo, a sua localização apresentada no mapa de localização (figura 13) e contrastada com o mapa de expansão urbana da cidade de Petrolina/PE (figura 5) entre os anos de 1945 e 2021, observa-se que esse bairro surgiu em meados de 2011 a 2021 e está localizado na zona oeste da cidade que, segundo o mais recente plano diretor da cidade de Petrolina (2022),

corresponde a uma macroárea de adensamento. A seguir, será apresentada a imagem da comunidade periférica “invasão do Vila Marcela”,

Figura 27 – Comunidade periférica “invasão do Vila Marcela”, localizada no bairro Vila Marcela na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

A comunidade periférica invasão vila Marcela (localização 15 na figura 13) possui mais residências feitas de alvenaria, as casas são pequenas, mas apresentam um padrão de segurança maior do que as anteriores, porque possuem garagens com portões que confere, na medida do possível, a essas residenciais, algum grau de privacidade. A rede elétrica está distribuída com postes adequados, os seus moradores possuem, dentro das garagens, transportes motorizados individuais, as ruas não são pavimentadas e há a ausência de saneamento.

Ao analisar essas vilas, torna-se evidente aquilo que Rodrigues (2007, p. 78), elucida, quando escreve que “a desigualdade socioespacial e a precariedade para a reprodução da vida são produtos do modo de produção e, ao mesmo tempo, são condição de permanência nas mesmas condições precárias”. De permanência porque, sair desses espaços requer dos seus moradores um maior poder aquisitivo, que eles já não possuem e recebem poucas condições, no que corresponde ao acesso as políticas sociais, empregos e educação, quando comparado as pessoas que residem próximas

A ausência de informações oficiais, buscadas na prefeitura do município de Petrolina e na literatura disponível em meios digitais, também acometem o bairro Topázio (localização 16 na figura 13). Seguindo a análise comparativa com base nos mapas de localização das

comunidades periféricas (figura 13) e o mapa de expansão urbana de Petrolina entre os anos de 1945 e 2021 (figura 5), entende-se que ele surgiu em meados de 1990, localizado na zona oeste da cidade de Petrolina. Abaixo, será apresentada a imagem da comunidade periférica intitulada “invasão do bairro Topázio”.

Figura 28 – Comunidade periférica “invasão do bairro Topázio”, localizada no bairro topázio em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

A imagem acima demonstra semelhanças entre a vila Marcela e o Topázio, na forma das habitações, na ausência de pavimentação, e difere-se na quantidade de terrenos vazios, esse bairro, como é possível constatar, não possui tantas áreas sem construções.

Por fim, a última comunidade periférica encontra-se no Bairro Henrique Leite III, em uma área implementada entre os anos de 2003 e 2004, na cidade de Petrolina (Coelho, 2007). A história desse bairro não difere dos demais no que diz respeito a completa ausência de infraestrutura, ao realojamento de pessoas que residiam em ocupações, ao protesto massivo desses moradores por habitação e o descaso pela vida daqueles que possuem pouco ou nada por parte do poder público municipal, infelizmente, algumas dessas contradições, permanecem até hoje (Galvão, 2023), como é possível observar na imagem a seguir que apresenta a comunidade periférica denominada “vila Vitória”.

Figura 29 – Comunidade periférica “vila Vitória”, localizada no bairro Henrique Leite III em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Na vila Vitória (localização 17 na figura 13) as casas de alvenaria intercalam-se com habitações como as da foto, pelo que foi observado nos trabalhos de campo, essas residências mais precarizadas estão localizadas ao final das ruas. Pode-se, com isso, constatar que mesmo os bairros periféricos, possuem diferenças entre si, as casas podem alternar em tamanho e formato, todavia, esse fator não muda a precariedade com que essas pessoas se confrontam, diariamente.

Conforme salienta Maia (2010), é importante frisar que as periferias aqui apresentadas, destinadas à classe trabalhadora, não se configuram enquanto modelo homogêneo e que, nesses casos, o principal agente produtor das desigualdades é o Estado. Primeiro porque, no caso de Petrolina, a maioria dos bairros mencionados surgiram como medidas do poder público municipal²⁴ e, segundo, porque as ausências que fazem com que essas comunidades pudessem ter acesso a infraestrutura e, conseqüentemente, à qualidade de vida, são inexistentes pela completa omissão que é, mais do que nunca, uma maneira de planejar, propositalmente, a desigualdade.

Ainda é importante destacar que, embora a figura 13 – mapa de localização das comunidades periféricas na cidade de Petrolina – tenha sido elaborado com base nos dados fornecidos pela Secretaria Nacional de Periferias – SNP – (2023), as comunidades periféricas que correspondem a localização, 12,13, 14 e 16, não constam no referido mapeamento.

²⁴ Para mais informações sobre esses processos, bem como a influência dos diferentes prefeitos da cidade de Petrolina e os programas e parcerias implementadas na produção do espaço urbano da cidade, indicamos a leitura da dissertação de mestrado de Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti Coelho (2007), intitulada: “Política, gestão e cidade: política habitacional e voto em Petrolina”.

Apresentando, assim, uma lacuna no que corresponde a apreensão do espaço urbano da cidade de Petrolina.

3.2 – As desigualdades nas periferias não homogêneas

No decurso do processo de urbanização, o território, considerando tanto suas dimensões utilitárias como as relacionadas ao comércio (valor de uso e de troca), revela as discrepâncias inerentes ao modo de produção capitalista. Fragmentado em unidades discretas e protegido a apropriações díspares por diversos agentes, o acesso ao ambiente edificado por parte dos atores que atendem às demandas do capital (sobre o espaço) protegem às diretrizes condescendentes, estabelecendo um contraste notável com aqueles que utilizam o espaço como meio de subsistência.

Essa contradição ilustra a disparidade entre a construção abstrata do espaço, segundo as prerrogativas do capital, e o ambiente social construído para a habitação das pessoas, conforme apontado por Lefebvre (1976). Emerge, então, uma clara bifurcação entre aqueles que se beneficiam com base em recursos financeiros e aqueles que o fazem por necessidade imperiosa. Sob essa ótica, a paisagem urbana contemporânea torna evidente as discrepâncias e conflitos sociais característicos da era presente.

A periferia, embora inicialmente pareça ser uma paisagem estranha, no contexto da cidade, representa uma morfologia intrínseca ao modo de produção capitalista, como dito anteriormente, porque revela a crueza das disparidades de uma sociedade dividida em classes. Essa periferia, também é alvo de uma série de simbologias que permeiam o imaginário social. Dessa maneira, a periferia é compreendida, nessa pesquisa como sendo, segundo Marcuende e Legroux (2021):

[...] aquela que se baseia em critérios espaciais – ou urbanos – sociais e políticos. O primeiro critério é a distância, quando entendida a periferia como contorno, as proximidades ou ainda o ponto distante em relação a um centro. O segundo critério, de caráter político e urbano é a dependência. A imagem mais comum dessa dependência é aquela contida nos “bairros dormitórios”, nos quais moram mais pessoas do que trabalham, obrigando deslocamentos até o centro para realizar muitas das atividades cotidianas. Por fim, o critério social da deficiência, que apresenta a periferia como desordenada, degradada, com espaços públicos, moradias e transportes de baixa qualidade e com altos índices de pobreza e de marginalização social.

Esse é o espaço onde a classe trabalhadora enfrenta, diariamente, os desafios impostos pela desigualdade social e econômica. É onde a solidariedade e o senso de comunidade são mais fortes, pois é necessário se unir para enfrentar as adversidades. É onde a cultura popular floresce

e se reinventa, onde surgem novas formas de expressão e resistência. Mas a periferia também é um espaço de contradições entre espaços privilegiados e espaços não privilegiados. É onde o Estado falha em prover serviços básicos, como saúde, educação e segurança. É onde a violência policial é mais presente e brutal. É onde a especulação imobiliária avança sem limites, expulsando famílias de suas casas e comunidades. É um espaço em constante transformação, onde a luta pela dignidade e justiça social nunca acaba. A cidade e a urbanização capitalista são, portanto, fenômenos de classe (Lefebvre, 1976; Harvey, 2005)

Cada vez mais as cidades têm se transformado em espaços para a circulação de bens, de veículos e de mercadorias e essas desigualdades previamente mencionadas acima, estão presentes em diferentes países e suas cidades – em diferentes escalas. À medida que as cidades são produzidas para a circulação de capital, reproduzem-se dinâmicas que atuam à revelia da questão humana, que impedem que os sujeitos com baixo poder aquisitivo possa desfrutar, em sua totalidade, do mosaico que é a cidade.

Torna-se, portanto, inevitável questionar: qual classe possui direito à cidade? Residir em um espaço urbano não significa ter acesso aos serviços básicos de sobrevivência, pelo contrário, às vezes significa enfrentar jornadas de trabalho extenuantes, ver-se envolto em uma nova dinâmica espaço-tempo (Harvey, 1992) que consome a vida, afinal “[...] O ‘tempo perdido’ não o é para todo mundo, pois é preciso pagar caro por ele” (Lefebvre, 2008, p. 50).

Pagamento, ainda mais caro quando se trata do habitar que, nessa pesquisa é entendido enquanto “[...] necessidade de se apropriar de um espaço para organizar a vida [...]” (Marcuende; Legroux, 2022, p. 4), e que, distingue-se quando se trata dos espaços periféricos. A necessidade do habitar ultrapassa o palpável, adentrando nas subjetividades dos moradores, afinal, “o sonho da casa própria” ainda é muito vivo aqui no Brasil. Enquanto algumas pessoas podem escolher em quais bairros residir, a partir da expansão dos empreendimentos residenciais fechados, que produz uma homogeneização perversa e restrita do espaço, outras anseiam por programas políticos habitacionais, como o Minha Casa, Minha Vida (MCMV).

Fazendo uma breve contextualização, o Programa Minha Casa, Minha Vida foi lançado em 2009, por meio da lei nº 11.977/ 2009, pelo Governo Federal e é, de acordo com Amore (2015, p. 15) “[...] antes de tudo, uma ‘marca’, sob a qual se organiza uma série de subprogramas, modalidades, fundos, linhas de financiamento, tipologias habitacionais, agentes operadores, formas de acesso ao produto” e pode ser encontrado em todos os estados no Brasil.

Na sua primeira fase, que abrange os anos de 2009 a 2014, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) concentrou seus esforços na construção de moradias de baixa renda. Posteriormente, sua abrangência foi ampliada para incluir duas modalidades de financiamento

habitacional. A primeira delas destinava-se à habitação de interesse social, enquanto a segunda visava atender à demanda do mercado habitacional, em resposta à crise econômica global iniciada em 2008 nos Estados Unidos. Atualmente, o PMCMV opera em sinergia com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado pelo Governo Federal em 11 de agosto de 2023.

A respeito da primeira forma de financiamento, mencionada acima Maia e Marafon (2020), explicam que a premissa inicial, ligada ao PMCMV, que era a de sanar o déficit habitacional brasileiro já continha, em sua gênese, o interesse capitalista do mercado imobiliário. Ao longo do tempo as faixas de renda do PMCMV foram modificadas, devido a alteração do salário-mínimo e a conjuntura política em vigência no Brasil.

Um exemplo dessa modificação foi a alteração do MCMV para o *Casa Verde e Amarela*, durante o governo de Jair Bolsonaro, que apresentava condições de acesso diferentes, a depender da renda familiar. O programa de habitação *Casa Verde e Amarela* abrangia três grupos: o primeiro com renda até R\$2.000, o segundo entre R\$ 2.000 e R\$ 4.000 e o grupo três entre R\$ 4.000 e R\$ 7.000 reais. Todas essas subdivisões possuíam condições específicas e acessos pré-determinados (Uribe; Caram, 2020), contudo, essa alteração no marketing, na verdade escondia a “institucionalização de mecanismos de espoliação e expropriação urbana.” (Balbim, 2020).

Atualmente, de acordo com o Ministério das Cidades (2023), o programa integra o eixo Cidades Sustentáveis e Resilientes, com investimentos totais estimados em R\$ 345,4 bilhões, sendo R\$ 316,7 bilhões até 2026 e R\$ 28,7 bilhões a partir desse ano. A proposta agora é retomar a conclusão de 182.960 moradias e viabilizar mais de 1 milhão de unidades habitacionais, distribuídas entre as Faixas 1, 2 e 3 do programa. A Faixa 1 é destinada a indivíduos com renda de até R\$ 2.640,00, a Faixa 2 abrange aqueles com renda mensal entre R\$ 2.640,01 e R\$ 4.400,00, enquanto a Faixa 3, atende pessoas com renda mensal entre R\$ 4.400,01 e R\$ 8.000,00.

Em 2009, os empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) chegaram à cidade de Petrolina, marcando o início de um importante desenvolvimento habitacional na região. De acordo com os dados fornecidos pelo Sistema de Habitação da Caixa Econômica Federal (SISSHAB, [s.d]), dentre os empreendimentos direcionados para a faixa 1, destaca-se o residencial Nova Esperança, concebido sob o formato de casa/condomínio e executado pela empresa Jota Nunes. No entanto, nesta análise, concentraremos nossa atenção no Residencial Nova Petrolina, cuja inauguração ocorreu em 2014. Este empreendimento, conforme informações divulgadas pela Secretaria Executiva de Habitação do município de

Petrolina, disponibiliza 1.200 unidades habitacionais. A seguir, serão apresentadas fotografias que ilustram as características desse residencial.

Figura 30 – Apartamentos do Residencial Nova Petrolina localizado em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Situado no setor oeste de Petrolina, conforme indicado no mapa de localização dos objetos de estudo (figura 06), o bairro residencial Nova Petrolina está integrado a essa região devido à conformidade com os critérios que atendem às necessidades e interesses dos participantes envolvidos na busca pelo acúmulo de capital, em conformidade com os vetores de expansão da cidade. Nesse contexto, é importante entender que a localização dos empreendimentos ligados à habitação popular não deve ser considerada como um fenômeno isolado, pois está intrinsecamente relacionada às ações complexas dos agentes econômicos, que podem ser empresas, o poder público ou os habitantes/consumidores da cidade. Esses agentes operam de maneira multifacetada, envolvendo ponderações, avaliações e decisões baseadas em critérios, muitas vezes, pré-estabelecidos (Santos e Sposito, 2020).

Figura 31 – Forma das habitações do Residencial Nova Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Os apartamentos do Residencial Nova Petrolina foram distribuídos em forma de blocos de dois pavimentos em uma área da cidade, anteriormente, designada exclusivamente para uso residencial. Para uma compreensão mais aprofundada das características que compõem essa região urbana, serão empregados seis termos, com os seus respectivos significados, conforme estabelecidos por Pedro (2013), em conjunto com as observações realizadas durante os trabalhos de campo. Essa confrontação entre a teoria e a materialidade tem como objetivo traçar reflexões para evidenciar, dentre outros fatores, se as habitações possuem ou não qualidade.

O primeiro termo refere-se ao caráter habitável da moradia, a saber, quando essa moradia consegue proporcionar “condições de segurança, higiene, saúde, conforto, espaço, privacidade flexibilidade e acessibilidade” (Pedro, 2013, p. 5). Ao tratar do aspecto segurança, é preciso ter cuidado para não imputar aos bairros marginalizados o estigma da violência, logo, o residencial Nova Petrolina, de acordo com as notícias publicadas em blogs locais (Maranhão, 2023; G1 Petrolina, 2019) apresenta casos de violência, mas não há como correlacionar esses casos como sendo um efeito do aspecto socioeconômico dos moradores dessa região. Todavia, é possível refletir que a ausência de segurança econômica, bem como a promoção de estratégias voltadas para as áreas periféricas, afeta famílias no que concerne ao acesso as políticas públicas de segurança promovidas pelo Estado.

A distância das habitações e a privacidade, no Residencial Nova Petrolina, também são fatores que afetam a qualidade das moradias. Ao tratarmos das desigualdades, conforme

apresentado no capítulo 1, a localização das habitações representa o acesso ou não aos serviços disponibilizados pela cidade e, revela, o movimento de descontinuidade do tecido urbano que, conforme explica Sposito (1996) é um dos fatores que contribuem, de maneira substancial, para processo de segregação das cidades.

Evidencia-se que, nessa parte da pesquisa, em que objeto de análise é o residencial Nova Petrolina, o processo de segregação mobilizado, é aquele inerente a estratificação social com base em fatores econômicos e que separa seguimentos sociais de forma induzida e/ou imposta. A esse respeito, Corrêa (2013, p. 43), explica que:

É possível distinguir a segregação imposta, envolvendo aqueles que residem onde lhes é imposto, sem alternativas de escolha locacional e de tipo de habitação e, a segregação induzida que envolve aqueles que ainda têm algumas escolhas possíveis, situadas, no entanto, dentro dos limites estabelecidos pelo preço da terra e dos imóveis. Ressalta-se, contudo, que o limite entre segregação imposta e induzida é tênue, como que uma se dissolve na outra.

Inserir-se, em meio aos processos segregativos o segundo termo que, por sua vez, discorre sobre a durabilidade dessas habitações, ou seja, se “utiliza materiais resistentes à passagem do tempo e requer pouca manutenção” (Pedro, 2013, p.5). Em 2018, o Conselho de Arquitetura e Urbanismo no Brasil, divulgou que 56% dos imóveis do Minha Casa, Minha Vida, distribuídos pelo Brasil, apresentavam problemas de construção. Segundo reportagem publicada pelo site G1 Petrolina, em 2015, após sete meses da construção do residencial Nova Petrolina, os moradores já estavam relatando defeitos na infraestrutura das casas, bem como o descaso da imobiliária, ao não ter realizado a manutenção das moradias após a entrega.

O terceiro termo, por sua vez, versa sobre a capacidade da habitação ser agradável aos sentidos, ou seja, se ela “tem uma imagem que suscita memórias agradáveis, que é culturalmente enriquecedora e que é apreciada e preservada pelas pessoas” (Pedro, 2013, p. 5). Aqui, faz-se necessário mencionar a característica homogeneizadora que a forma das habitações desenvolvidas pelo programa Minha Casa, Minha Vida possuem, sendo construídas segundo um modelo padrão que se distingue das particularidades apresentadas por outras moradias, no decorrer das cidades.

Logo, se as cidades são repletas de cores, formas e sentidos distintos, um olhar sobre os conjuntos habitacionais, recém-construídos, impressiona pela ausência de vida incorporada na similaridade. Tal concepção pode ser verificada através das modificações realizadas pelos moradores, assim que rebem as suas casas, conforme pode ser observado nas fotos (figura 30 e 31). A busca pela privacidade, a necessidade de segurança para guardar os seus transportes pode

ser visualizada na construção de garagens, nas cortinas floridas que cobrem as janelas, nas flores que enfeitam os jardins e, dentre outros infinitos detalhes, nas cores das paredes.

Figura 32 – Alterações na infraestrutura dos apartamentos do MCMV no Residencial Nova Petrolina



Fonte: a autora (2024)

Assim sendo, é preciso salientar que a uniformidade imposta pelos padrões do programa Minha Casa, Minha Vida não apenas afeta a estética das habitações, mas também a dinâmica social desses moradores. Ao eliminar a diversidade arquitetônica e cultural que caracteriza as cidades, tais projetos podem contribuir para a formação de espaços monótonos e desprovidos de identidade. A falta de espaços públicos apropriados para encontros e interações sociais, somada à padronização das residências, pode resultar em comunidades carentes de vitalidade e coesão, onde a interação entre vizinhos é limitada e as relações interpessoais tornam-se superficiais.

Além disso, a ênfase excessiva na homogeneidade estética pode desconsiderar as necessidades específicas de diferentes grupos sociais. As demandas habitacionais variam significativamente, e a imposição de um modelo único, conforme explicitado anteriormente, pode negligenciar as particularidades culturais, socioeconômicas e regionais. Tornando-se, o contrário do termo cinco, que apresenta, por exemplo a necessidade dessas habitações serem socialmente responsáveis, promovendo a “coesão social, a participação, o empoderamento e a diversidade de escolha” (Pedro, 2013, p. 5).

A diversidade presente nas cidades não se restringe apenas à estética, mas também abrange as formas de convívio e organização comunitária. Portanto, ao pensar em programas habitacionais, é fundamental considerar a flexibilidade e adaptabilidade das construções, de modo a permitir a expressão da diversidade presente na sociedade. O quarto termo refere-se à responsabilidade ambiental, ou seja, quando a habitação “utiliza recursos de forma ponderada, preserva o ambiente da área residencial e da sua envolvente, e promove comportamentos saudáveis e ambientalmente responsáveis” (Pedro, 2013, p. 5). Para discorrer sobre esse ponto, é interessante a observação atenta da imagem abaixo:

Figura 33 - Garagens autoconstruídas pelos moradores do Residencial Nova Petrolina



Fonte: a autora (2024)

Como discutido nos parágrafos anteriores, o fenômeno da autoconstrução de novos espaços nas residências do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conduzido pelos próprios moradores, reflete suas necessidades e interesses. Um exemplo emblemático dessa dinâmica pode ser observado no residencial Nova Petrolina, onde a construção de garagens se destaca como uma resposta direta à necessidade de um local seguro para armazenar automóveis e outros objetos essenciais para a mobilidade dos residentes pela cidade. Essa iniciativa demonstra a importância da autonomia dos moradores, na adaptação de suas moradias às suas demandas cotidianas.

O ponto abordado aqui está intrinsecamente ligado ao conceito de moradias economicamente acessíveis, definidas como aquelas que atendem "os restantes requisitos com um custo global compatível com a capacidade econômica dos futuros moradores" (Pedro, 2013,

p. 5). Essa noção não pode ser dissociada da dinâmica urbana, que inclui a acessibilidade dos diversos grupos sociais aos espaços urbanos centrais. Para indivíduos com maior poder aquisitivo, que vivem em áreas onde a mobilidade urbana não é afetada pelo congestionamento típico das grandes metrópoles brasileiras, o acesso ao centro não representa um desafio significativo.

Entretanto, quando as políticas habitacionais segregam os moradores de baixa renda das áreas urbanas consolidadas, onde se concentram os serviços essenciais para uma boa qualidade de vida, como o acesso a empregos, saúde e educação, a ideia de compatibilidade entre capacidade econômica e moradia torna-se questionável. Nesse cenário, são os próprios moradores, muitas vezes com recursos financeiros limitados, que precisam arcar com os custos dos deslocamentos.

Além disso, a discrepância entre os novos empreendimentos imobiliários fechados, que se proliferam nas áreas periféricas, e o tecido urbano consolidado, revela o aprofundamento das desigualdades sociais. A coexistência dessas duas realidades ressalta a distância entre aqueles que desfrutam de recursos abundantes e aqueles que enfrentam restrições econômicas, destacando as disparidades socioeconômicas presentes na estrutura urbana.

Ademais, é fundamental reconhecer que a diferença residencial não se restringe apenas à questão espacial, mas também engloba aspectos como o acesso à infraestrutura, serviços públicos de qualidade e oportunidades de desenvolvimento pessoal e profissional. Dessa forma, políticas habitacionais devem ser formuladas de modo a promover não apenas o acesso a moradias dignas, mas também a inclusão social e a redução das desigualdades socioeconômicas nas cidades. A imagem a seguir apresenta a perspectiva da desigualdade, observável todos os dias, pelos moradores do Residencial Nova Petrolina.

Figura 34 - Perspectiva Residencial: vista exclusiva das residências do empreendimento residencial fechado Caminho das Águas, ao Lado do Residencial Nova Petrolina



Fonte: a autora (2024)

Adiante, trataremos dessas novas formas de expansão que refletem, segundo Maia (2010, p. 15) “uma periferia construída com condomínios residenciais para a população de alta renda, que normalmente não é conhecida ou denominada de periferia, mas sim pelo nome do bairro que passa a constituir”, mas que contribui para a fragmentação da cidade.

Ao mobilizar tal termo, compreendemos que, enquanto ferramenta teórico-analítica, a fragmentação socioespacial é capaz de abarcar forma e o conteúdo, sobretudo das cidades brasileiras (Vidal, 1995). Destarte, nesta pesquisa, mobilizamos o conceito de fragmentação socioespacial para elucidar as rupturas que o espaço urbano da cidade de Petrolina apresenta, fazendo uso da sua multidimensionalidade e multiescalaridade (Sposito e Sposito, 2020).

Destacamos, também, que se o espaço, segundo Lefebvre (1976), não é passivo porque é utilizado como meio (instrumento) por uma classe hegemônica capaz de modelá-lo e organizá-lo sob as diretrizes impostas pelo mundo da mercadoria, o conceito de fragmentação elucidada as transformações socioespaciais que ocorrem a partir da separação, da homogeneização

e da contradição, possibilitando uma melhor compreensão das cidades que se originam repletas de singularidades.

Dessa forma, o objetivo do próximo subtópico é apresentar como a produção do espaço urbano contemporâneo de Petrolina vêm se complexificando, a partir a atuação dos agentes imobiliários em confluência com a ação do Estado que atua na construção a das formas do morar, a saber, os empreendimentos residenciais fechados, voltados para as pessoas com alto poder aquisitivo. A escolha pela utilização desse termo invés de “condomínios de luxo”, por exemplo, condiz com a dificuldade em encontrar documentos e informações que tratassem da legislação municipal e da conformidade desses empreendimentos com a legislação condominial que rege esses empreendimentos.

3.3 Novas frentes de expansão urbana: a construção contraditória da cidade de Petrolina

O processo de privatização das moradias, em que está incluso os modelos de empreendimentos residenciais fechados representa uma das formas mais brutais de fragmentação social. De acordo com Svampa (2001, p. 12), tais modelos “ilustra el desdibujamiento de los límites entre lo privado y lo público y afirma, en última instancia, un modelo de ciudadanía patrimonialista basado en la ‘autorregulación’, en la autotutela individual”.

No caso do cenário latino-americano, a chegada de um modelo social fortemente alicerçado nas premissas liberais, se confronta com um cenário já posto, o das desigualdades sociais e atua, amplificando-os. O primeiro aparecimento dos *countries* e *bairros cerrados* – denominação utilizada para se referir aos condomínios e bairros privatizados - na América Latina, remonta aos anos de 1920 na Venezuela e 1930, com o surgimento dos primeiros espaços residenciais fechados em Buenos Aires (Svampa, 2001).

No Brasil, vários autores se dedicaram à análise da implementação dos primeiros empreendimentos residenciais fechados. Destacam-se algumas pesquisas que são fundamentais para compreender esse fenômeno. Primeiramente, a pesquisa de Caldeira (2020) oferece uma explicação sobre a origem dos primeiros condomínios verticais fechados no Brasil, utilizando o termo "enclaves fortificados". Esses enclaves surgiram na cidade de São Paulo em 1990. Além disso, Carlos (1994) realizou uma análise sobre a expansão dos empreendimentos residenciais fechados entre 1950 e 1970, especificamente relacionados ao empreendimento "Ganja Vita", localizado na cidade de Cotia/SP. Em cidades médias, a pesquisa de Sposito e Goes (2013) estudou cidades do interior de São Paulo e mostrou como os “espaços fechados” estão

relacionados com a difusão do medo da violência, da insegurança e fomentam a fragmentação socioespacial.

A cidade de Petrolina, por sua vez, de acordo com Cruz (2013), apresenta a primeira tendência que remonta à lógica da privatização das habitações a partir da construção de edifícios ao longo da orla fluvial. Os primeiros loteamentos fechados surgem entre os anos de 1980 e 1990, expandindo-se em maior número após os anos 2000. Na sua pesquisa, a autora volta a sua análise para 16 empreendimentos, apontando que eles tinham a tendência a se localizarem mais distantes dos bairros já consolidados mantendo, contudo, um rápido acesso às áreas centrais.

Outro fator interessante na pesquisa de Cruz (2013, p. 106), são os seus apontamentos sobre a concentração de terras ligadas a um único agente imobiliário na cidade havendo, então, a “existência de um regime de monopolização do território quando do surgimento do padrão de loteamento fechado”. Essa tendência começa a se dissolver após 2010, com a coadjuvação de agentes locais e agentes extra locais interessados em Petrolina.

A inserção desses novos interesses na construção dos espaços fechados promove a tendência que tais empreendimentos possuem de reestruturar os espaços da cidade e suas funções urbanas, sobretudo as funções sociais. Ampliando o olhar para as novas áreas da cidade de Petrolina, que estão sob processo de expansão, a imagem a seguir apresenta um dos empreendimentos residenciais fechados localizado no setor Oeste da cidade de Petrolina, o Encontro das Águas. Localizado na Rua Quinze – COHAB São Francisco, as casas desse empreendimento custam em torno de 740.000,00 mil reais (Gabriel Imóveis, [s.d]).

Figura 35 - Empreendimento residencial fechado Encontro das Águas localizado em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

O empreendimento residencial fechado Encontro das Águas apresenta, em suas instalações, uma série de serviços voltados para os seus moradores, dentre eles: guarita com seguranças, controlando a entrada e saída dos seus moradores. Áreas de lazer que compreendem piscinas, quadra de tênis “com padrão internacional”, quadra poliesportiva, salão de jogos, pista de *cooper*, rampa de skate, playgrounds, academia “com equipamentos importados de alto padrão” vestiários, área administrativa, cinema, salão de festas, área gourmet (Nardini Imóveis, [s.d]).

Figura 36 – Área interna do empreendimento residencial fechado Encontro das Águas



Fonte: Nardini Imóveis ([s.d])

O Encontro das Águas, em destaque inicial, encontra-se em uma área periférica adjacente ao Residencial do Minha Casa, Minha Vida, o Nova Petrolina. Essa localização é resultado da necessidade dos proprietários fundiários e dos incorporadores de identificar vazios urbanos para a implementação desse tipo de empreendimento, conforme apontado por Sposito e Góes (2013). As autoras explicam que essa busca por grandes glebas, não edificadas, é uma exigência para a viabilização desse modelo habitacional. Além disso, destacam que à medida que essas construções se estabelecem nas áreas mais afastadas do centro urbano, ocorre uma reconfiguração do tecido urbano.

Essa reconfiguração transforma o que, antes, era considerado periferia. Esse espaço pouco valorizado passa, então, a atrair uma série de serviços voltados para atender as necessidades das pessoas com alto poder aquisitivo e o investimento público em infraestrutura. No contexto dessa área da cidade, destacamos a construção da maior UBS de Petrolina (Britto, 2021), que custou cerca de 1,7 milhões de reais e, localiza-se, ao lado do empreendimento residencial fechado Encontro das Águas.

Figura 37 – Unidade Básica de Saúde, localizada no bairro Nova Petrolina em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Ainda segundo Britto (2021), essa unidade de saúde visa atender os moradores “Parque das Mangueiras, Parque das Videiras, Residencial Brasil, Loteamento Rafael, Residencial Nova Petrolina, Jardim Guanabara, Condomínio Encontro das Águas, Condomínio Valle Petrolina, Condomínio Valle Dos Coqueiros, Condomínio Valle Das Mangueiras, Condomínio Flor de Algodão e Loteamento Beija Flor”. É possível questionar se a construção dessa Unidade de Saúde, não ocorreu para beneficiar, em primeiro plano, os moradores dessa área, com alto poder aquisitivo, tendo em vista a ausência de outros seguimentos importantes, que poderiam facilitar a vida dos moradores do Residencial Nova Petrolina.

Partindo desse contexto é possível refletir sobre as discontinuidades que os tecidos urbanos das cidades contemporâneas apresentam. As grandes áreas com vazios, intercalam-se com áreas que, muitas vezes, apresentam uma diversidade de comércio e habitações e/ou,

rapidamente sofrem alterações do poder público municipal, quando as mesmas apresentam, em seu conteúdo, sujeitos com alto poder aquisitivo.

Ao analisar o lado oposto da cidade, especificamente o setor leste (PE-626), é possível observar um padrão distinto de ocupação na cidade de Petrolina. Este setor é caracterizado pela presença predominante de empreendimentos residenciais fechados de alto padrão. Conforme observado por Cruz (2013), há cerca de uma década, essa área era caracterizada por um baixo índice de urbanização, com atividades predominantemente rurais, conferindo-lhe um caráter rural. No entanto, durante as observações realizadas em trabalhos de campo, notou-se que, embora ainda haja grandes extensões de áreas sem construções, esse espaço está sendo alvo da atuação frequente dos incorporadores imobiliários.

Figura 38– Empreendimento residencial fechado Buona Vita, localizado na cidade de Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

O empreendimento residencial fechado Buona Vita localiza-se na via de ligação BR 428 a PE 626 - Petrolina - Estrada das Pedrinhas. Com casas que custam em torno de 650,000 mil reais (Docelar Imobiliária, 2021), ele apresenta na sua infraestrutura, guarita com seguranças para o controle da entrada e da saída de pessoas, câmeras de monitoramento, área de lazer com piscina, sala de jogos, duas quadras poliesportivas, sala de tênis e academia.

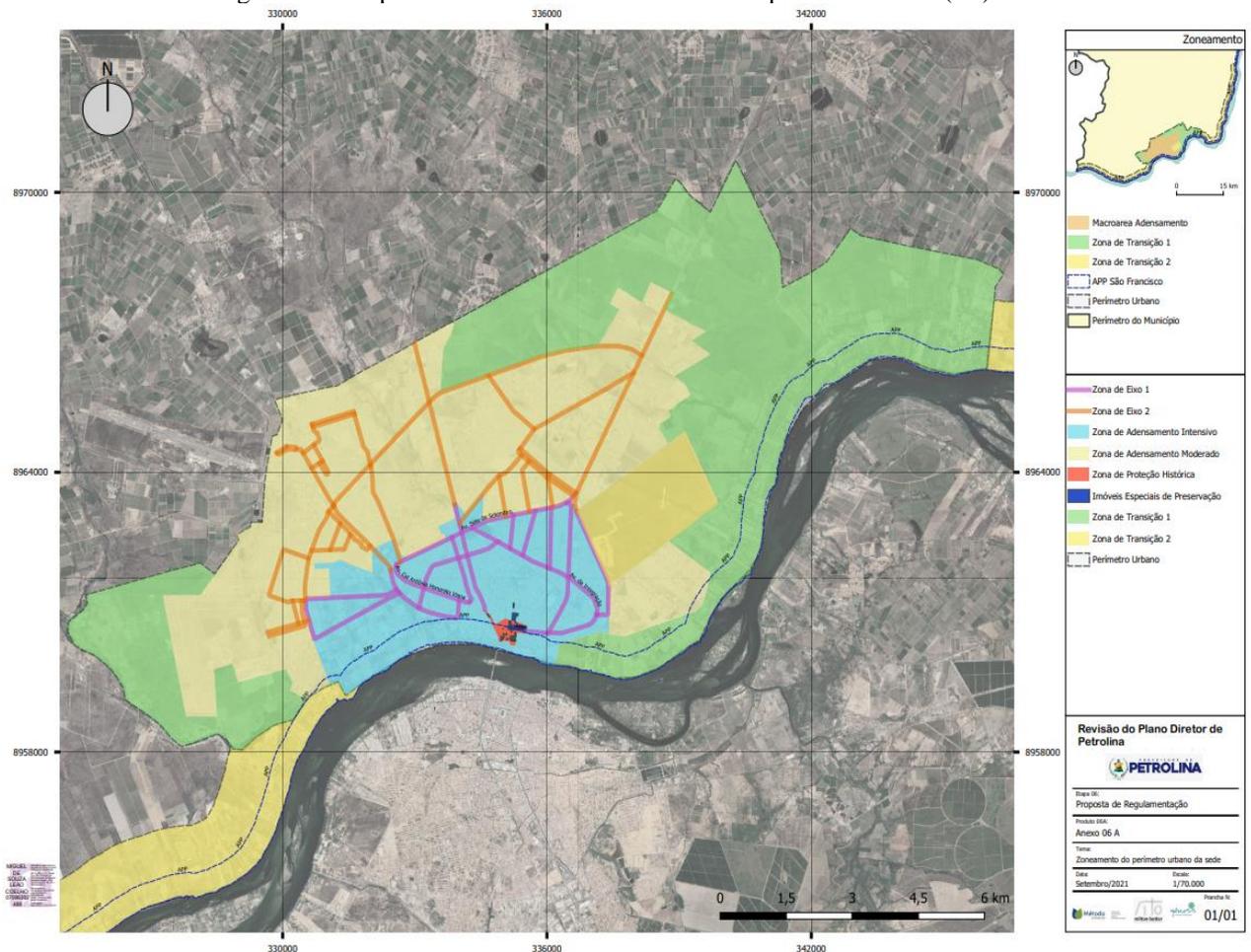
Implementado no ano de 2012, a área selecionada para a sua construção seguiu os parâmetros apresentados pela legislação do município sob a Lei nº 1.875/06, e corresponde a

área denominada ZR-4, ou seja, zonas residenciais, caracterizadas, segundo o art. 83 (Leis Municipais, 2006), pela:

predominância do uso habitacional unifamiliar de padrão construtivo baixo, pela presença de loteamentos de habitação popular ainda não ocupados, assentamentos irregulares e loteamentos clandestinos, dispõe de vazios urbanos entre os loteamentos e em meio às áreas já urbanizadas, pouco servida de infraestrutura, com problemas ambientais, especialmente pela presença do lixão, e propícia a uma ocupação de densidade média.

No Plano Diretor Participativo de Petrolina, implementado no ano de 2022, a área do Buona Vita já é considerada, segundo o art. 56. (2022, p. 14) uma Zona de adensamento moderado que “consiste na região periférica da Macroárea de Adensamento, predominantemente parcelada, dotada de padrões diversificados de infraestrutura, de usos e de ocupação, com um significativo estoque de glebas e lotes não ocupados”, essa distribuição pode ser melhor visualizada na imagem N, apresentada a seguir.

Figura 39 – Mapa de zoneamento da sede do município de Petrolina (PE)



Fonte: Plano Diretor Participativo de Petrolina (2022)

Ao analisarmos outro ponto, o dos recursos disponibilizados, é evidente que tanto o empreendimento residencial fechado Encontro das Águas quanto o Buona Vita compartilham características semelhantes. Destaca-se, portanto, um aspecto fundamental que merece atenção ao considerar a atratividade dessas residências: a questão da segurança. Ambos os empreendimentos se destacam por oferecer propostas robustas e abrangentes voltadas para a proteção dos moradores, consolidando assim a importância desse aspecto como um dos principais incentivos à adesão a essas moradias.

No contexto da produção do espaço contemporâneo no Brasil, conforme destacado por Sposito e Góes (2013), que delineiam uma dinâmica pautada pela lógica do medo, observa-se que este se torna um elemento central. Essa perspectiva, quando amalgamada aos discursos liberais que promovem a individualização, atribui a cada indivíduo a responsabilidade pela busca da segurança. Essa apropriação do medo como instrumento de persuasão encontra sua expressão mais notável nos discursos dos incorporadores imobiliários, onde a insegurança urbana é habilmente utilizada como fator crucial na promoção dos novos empreendimentos residenciais fechados.

Dentro desse cenário, conforme Sposito e Góes ressaltam (2013, p. 62), essas habitações se caracterizam por estar "[...] cercadas por muros, às quais o acesso de moradores é autorizado ou não segundo sistemas de controle e vigilância, bem como sob regras estabelecidas pelos proprietários e/ou locatários dos terrenos ou imóveis edificadas nesses espaços". Essa configuração reforça a ideia de um ambiente segregado, onde o controle do acesso e as regras estabelecidas são parte integrante da proposta residencial fechada, que se caracteriza como uma das estratégias dos promotores imobiliários.

O empreendimento residencial fechado subsequente é o Terras Alphaville, situado na Estrada das Pedrinhas, Km 5 (rodovia PE-626). De acordo com informações disponíveis no site oficial da empresa, possui uma área aproximada de 224.091,40m² (Terras Alphaville, [s.d]). Este empreendimento, conforme detalhado por Cruz (2013), foi erguido em 2010 e compreende 866 lotes residenciais. A obra foi realizada em parceria pelas empresas Sete Imobiliária²⁵ e Alphaville Urbanismo S/A, envolvendo capitais tanto locais quanto do estado de São Paulo.

²⁵ A empresa Sete Negócios Imobiliários S/A, que compõe uma sociedade de empreendimentos, de acordo com Cruz (2013, p. 107) é “[...] de propriedade dos irmãos Rodrigo e Flavio Soares Coelho -, Magus Participações S/A – de Rodrigo Coelho – e pela FCRL Administração e Participação S/A – de Flávio Coelho”. A autora ainda acrescenta que a atuação desse grupo foi responsável pela construção do River Shopping, na cidade de Petrolina.

De acordo com informações divulgadas a partir de sites de agências imobiliárias, as residências neste empreendimento variam em preço, sendo avaliadas entre R\$ 1.950.000,00 e R\$ 5.250.000,00 (Portal 21, [s.d]; Alpha Negócios Imobiliários, [s.d]). O site da empresa destaca que as instalações oferecem um "conceito exclusivo", apresentando uma estrutura composta por Áreas de Preservação Permanente (APPs), espaços verdes, clubes, áreas de recreação e fitness, além de uma infraestrutura qualificada e garantia de segurança total.

A estética do Alphaville se destaca por características singulares. Dotado de lagos artificiais e arborização estratégica, que servem como elementos para garantir a privacidade dos residentes, a contemplação das residências e sua infraestrutura só é possível para aqueles com acesso às instalações, conforme ilustrado na imagem abaixo.

Figura 40 – Empreendimento residencial fechado Terras Alphaville, localizado em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Figura 41 – Entrada do empreendimento residencial Terras Alphaville



Fonte: a autora (2024)

Outro fator que merece destaque é que, de acordo com Cruz (2013), a área que corresponde a esse empreendimento pertencia, anteriormente, à família Coelho, e sediava uma antiga fazenda de uva da região, trata-se da fragmentação do espaço a partir da incorporação. A busca por esses cenários naturais, também compõe um dos artifícios utilizados, enquanto estratégia de vendas, pelos incorporadores imobiliários. No caso do Terras Alphaville, ele está localizado, conforme apresentado no mapa de localização dos objetos de estudo (figura 06), próximo ao Rio São Francisco. A área que o compreende é, segundo o último Plano Diretor da cidade de Petrolina (2022, p. 62), uma macroárea de transição, sendo esta:

Art. 62. A Macroárea de Transição compreende a porção predominantemente não urbanizada do perímetro urbano, conforme o Anexo 05 desta lei e está organizada em:

- I. Zona de Transição 01, que consiste em áreas de expansão situadas nas regiões não urbanizadas do perímetro urbano da sede, na porção central da Macroárea de Transição;
- II. Zona de Transição 02, que consiste em áreas de expansão, situado na Macroárea de Transição, nas regiões não urbanizadas do perímetro urbano da sede municipal que se desenvolvem ao longo do Rio São Francisco, nos sentidos de Pedrinhas e de Tapera.

Ainda segundo o Plano Diretor Participativo (2022, p. 63), no art. 63, os objetivos dessa macroárea de transição são:

- I. Disciplinar as expansões de baixa densidade populacional e construtiva, reduzir os

custos do espraiamento urbano;

II. Estabelecer padrões de ocupação para ambientes de transição entre o urbano e o rural, inclusive chácaras e equipamentos de turismo e lazer, de médio e grande portes;

III. Implantar centros locais de suporte à expansão urbana de transição;

IV. Abrigar equipamentos de maior porte e usos de maior incomodidade e de impacto de vizinhança;

V. Implantar o Sistema de Espaços Livres.

O Sistema de Espaços Livres, um dos objetivos de implantação nesta macroárea, é definido pelo art. 17, inciso V, como áreas destinadas “espaços de amenização, através da implantação de parques lineares ao longo dos cursos d’água, conectados a praças e equipamentos sociais através de logradouros arborizados”. Este espaço é incorporado ao Sistema Municipal de Unidades Protegidas, de acordo com o art. 18, inciso IV. No entanto, surge uma aparente contradição ao propor proteção ambiental enquanto se expande um padrão de ocupação voltado para novos empreendimentos residenciais fechados. Estes empreendimentos, ainda em construção, são direcionados a pessoas de alto poder aquisitivo, como pode ser observado na imagem abaixo:

Figura 42 – Empreendimento residencial em construção, Colinas Bella Vista localizado em Petrolina (PE)



Fonte: a autora (2024)

Aponta-se, então, a pertinência do que Singer (1978) elucidou acerca do mercado imobiliário, que ele é fundamentalmente especulativo e, o fator localização caracteriza-se enquanto elemento crucial pois, interfere diretamente na renda que o seu proprietário irá adquirir. No tocante a relação com a produção do espaço urbano, a sua organização segue a lógica das vantagens locacionais. Para as empresas industriais, localizar-se próximo a espaços que viabilizem o escoamento e a comercialização de sua produção representa um enorme benefício, tal como é para a instalação dos hipermercados próximos às principais vias de tráfego urbano. Isso significa que, com exceção as pessoas com baixo poder aquisitivo, induzidas a

morar em áreas da cidade as quais não são vantajosas, os demais agentes produtores do espaço urbano lucram com a renda diferencial.

É por isso que, a partir da inserção desses novos empreendimentos, ocorre a dinâmica de concentração de novas formas de consumo, conforme dito anteriormente, voltadas para a atração e a assistência das pessoas com alto poder aquisitivo. O espaço urbano, enquanto mercadoria consumível, torna-se um lugar para o investimento produtivo, esse é o movimento que Carlos (2015, p. 17), aponta para as consequências do processo de produção do espaço urbano quando o mesmo está inserido na dinâmica do capital financeiro, segundo a autora:

A produção do espaço urbano revela, do ponto de vista da produção espacial (como movimento da acumulação), dois momentos: a) o espaço *produzido* se torna mercadoria que se assenta na expansão da propriedade privada do solo urbano, no conjunto da riqueza, articulando-se à necessidade da habitação e da construção morfológica da cidade; b) momento da sua *reprodução*: em que, sem desprezar o primeiro momento, o circuito de realização do capital no movimento da passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro redefine o sentido do espaço que assume também a condição de produto imobiliário – matéria-prima da valorização do capital em potencial.

A esse respeito, apresenta-se, logo abaixo, a imagem do empreendimento residencial fechado, ainda em construção que, segundo o site, está sendo “feito para pessoas especiais” (Saint Claire Home Club [s.d]):

Figura 43– Saint Claire Home Club, empreendimento residencial fechado em construção



Fonte: a autora (2024)

No que concerne as melhorias realizadas no espaço urbano, essas, por sua vez, alteram constantemente o preço do solo e são, muitas vezes, proporcionadas e/ou viabilizadas pelo Estado, um agente produtor do espaço urbano que possui um alto poder de interferência. Todavia, a concentração desses equipamentos públicos de consumo coletivo em determinados

lugares, atraem o investimento privado e hierarquizam determinadas áreas, uma vez que as pessoas com baixo poder aquisitivo não possuem condições de ali residir.

Um exemplo de uma manobra realizada pelo poder público municipal de Petrolina, que visa a expansão da hierarquização no acesso a orla fluvial da cidade, foi a aprovação do novo limite de APP – área de proteção permanente - pela câmara municipal. Segundo a Lei 030/23, será possível o estabelecimento de construções imobiliárias bem mais próximas ao Rio São Francisco do que era o permitido, anteriormente (antes, o limite correspondia a 500m e passou, com essa nova medida, a ser de 100m) (Carlos, 2023).

A concentração de empreendimentos residenciais fechados na área que margeia a orla fluvial de Petrolina, conforme apresentado anteriormente, corresponde a uns dos primeiros vetores de expansão dessas novas formas do morar na cidade. A respeito da intensificação das camadas superiores, Botelho (2008, p. 26) assinala que:

A concentração espacial das camadas superiores opera uma transformação qualitativa de conteúdo dos equipamentos públicos e dos equipamentos comerciais privados, tornando-os mais seletivos. A especificidade do espaço das camadas superiores é signo de distinção social, participa do sistema de expressão e de reiteração simbólica da hierarquia das situações de classe. As camadas superiores e as camadas populares passam a ter uma tendência de se excluírem no espaço urbano.

Essa diferenciação pode ser compreendida a partir da atuação do capital incorporador, responsável pela organização dos investimentos privados e o desenvolvimento do espaço geográfico, sobretudo no quesito da habitação. Esse capital está presente em todas as fases da produção imobiliária, desde a escolha do terreno até a comercialização do produto construído e pode ser definido como sendo, segundo Smolka (1979, p. 12), “[...] a fração do capital que se valoriza pela articulação desses diversos serviços contratados”, ou seja, é um capital que retira o seu lucro a partir da valorização de um determinado espaço, ou ainda, de acordo com o autor previamente mencionado: “um capital que investe em rendas” (Smolka, 1979, p. 12).

A expansão dos limites urbanos, com a inclusão de áreas rurais, especialmente no desenvolvimento de empreendimentos residenciais fechados, evidencia uma característica marcante na evolução das formas de habitação contemporâneas. Nesse contexto, surge a necessidade clara de estabelecer diferenciações entre as classes sociais, tanto objetiva quanto subjetivamente, através da percebida segregação espacial. Residir em um condomínio fechado passa a representar não apenas um estilo de vida, mas também uma estratégia para mitigar o receio provocado pela violência urbana. Essa opção implica na restrição do contato com o outro,

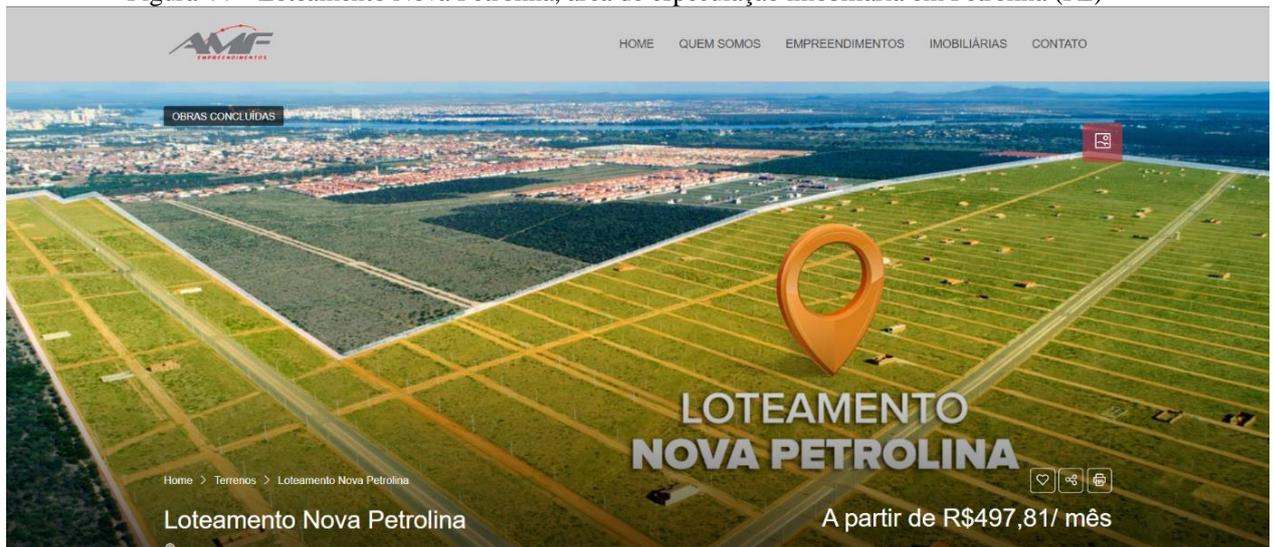
muitas vezes considerado desconhecido e marginalizado, visto socialmente como portador de características distintas que, por sua vez, são associadas ao perigo.

A prática de homogeneização que, supostamente, estaria presente nesses espaços, representa um processo voluntário adotado pelos indivíduos de classe alta. Eles acreditam na possibilidade de viver, consumir e desfrutar de lazer exclusivamente entre os seus pares, dentro dos limites desses recintos murados. Esse fenômeno pode ser explicado a partir do conceito de autosegregação que, conforme elucida Corrêa (2013, p. 19), trata-se de:

Uma política de classes associada à elite e aos estratos superiores da classe média dotados de elevada renda monetária. A autosegregação visa reforçar diferenciais de existência e de reprodução desses grupos, por intermédio da escolha das melhores localizações no espaço urbano, tornando-as exclusivas a partir do elevado preço da terra urbana e de suas amplas e confortáveis habitações. Graças aos cada vez mais eficazes meios de controle do espaço, as áreas segregadas fornecem segurança aos seus habitantes, ampliando o *status* e prestígio que possuem. Essas áreas são consideradas nobres, tendo sido criadas *pele* grupo de alto *status* social e *para* ele. É, assim, uma política de classe que tem no espaço um ingrediente muito importante. (grifos do autor).

Esse ingrediente, conforme exposto anteriormente, é a conversão do espaço em mercadoria. Na cidade de Petrolina, mesmo os espaços de uma periferia contraditória porque, atualmente, ultrapassa, em sua materialidade o conceito pré-estabelecido de ser um espaço para os pobres, é alvo do interesse e da apropriação de grandes áreas por parte dos incorporadores imobiliários. É possível, observar essa disputa pelo uso dos lugares quando, lado a lado, estabelecem-se um residencial construído para a construção de casas ligadas ao programa de habitação Minha Casa, Minha Vida, um condomínio voltado para as classes médias e altas – Encontro das Águas – e áreas reservadas para a produção de loteamentos urbanizados, conforme apresentado na imagem abaixo.

Figura 44 – Loteamento Nova Petrolina, área de especulação imobiliária em Petrolina (PE)



Fonte: AMF empreendimentos ([s.d])

A AMF empreendimentos, é uma empresa fundada em 2003 e que atua na região do Vale do São Francisco (Juazeiro/BA e Petrolina/PE) desde então. Segundo informações encontradas no site da empresa ela “atua no desenvolvimento urbano, realizando empreendimentos de loteamentos urbanizados,” e já entregou “mais de 15 mil lotes urbanizados” durante o seu tempo de atividade (AMF Construções, [s.d]).

Ao tratarmos dos projetos urbanos, como é o caso da habitação, é preciso salientar a influência de agentes que atuam diretamente no processo de planejamento, construção e gestão da cidade, estes são: as empreiteiras, que estão sempre em busca de rentabilidade e novos investimentos; os grandes proprietários de terras, que são capazes de negociar desapropriações e fazer parcerias com diferentes empreendedores; os investidores, que atuam através das empreiteiras visando a financeirização da terra para a obtenção de lucro e, por fim, o poder público, que está inteiramente ligado aos interesses das classes dominantes, dificultando as demandas oriundas do movimento social, oferecendo visibilidade e poder para os agentes políticos que o compõe (Marques, 2016).

O que difere, então, de pessoas que residem afastadas do centro urbano em seus condomínios de luxo e àqueles que forçados a ali residir? Primeiro, a possibilidade de escolha. Segundo Lukács (2013, p. 138), essa escolha significa “uma decisão concreta entre diversas possibilidades concretas” e, a classe trabalhadora não possui tantas alternativas. Trata-se de sobreviver, condição de existência. É por esse fator que a segregação socioespacial é a marca registrada das cidades – analisando a partir da ótica centro-periferia – pois trata-se de uma

fragmentação que reflete o modo como a sociedade é organizada sob o modo de produção capitalista: em classes.

Segundo, pela possibilidade de ir e vir, isto é, a mobilidade. Para as pessoas com alto poder aquisitivo, o acesso ao transporte coletivo – que eles não usam –, a distância entre as suas residências e os serviços básicos não configuram um problema. O lazer é oferecido dentro dos seus muros fechados. Para os outros, a cidade é hostil, cruel, o ir e vir é um problema cotidiano, a saúde e a educação não se torna acessível sem esforço, sem dificuldade. É assim que a cidade capitalista se reproduz, os seus agentes produtores usufruem do espaço de maneiras distintas, uns para a manutenção de um *status quo*, para a acumulação, outros para a resistência na labuta diária que é a luta de classes.

3.4 – Resistências frente à produção contraditória do espaço urbano

Ao analisar o mais recente Plano Diretor da cidade de Petrolina, publicado no ano de 2022, sob a Lei complementar nº 034/2022, as diretrizes estabelecidas no capítulo I, intitulado “*Os princípios fundamentais*” chamam a atenção. O art. 7º, na parte IV, pauta a gestão democrática e participativa; art. 8º as funções sociais da cidade no Município de Petrolina correspondem ao direito à cidade para todos e todas; o art. 9º se propõe a cumprir a função social da cidade, garantindo a população, dentre outras coisas (Prefeitura Municipal de Petrolina, 2022, p. 2): “IV - Condições dignas de moradia, V - Acessibilidade e mobilidade, com transporte coletivo de qualidade, VI - O atendimento à demanda por infraestrutura, serviços públicos e comunitários, contemplando no mínimo, abastecimento d’água, esgotamento sanitário e energia elétrica”.

Se, acaso, esse pequeno fragmento do PPP fosse levado adiante, os moradores de Petrolina (PE) vivenciaríamos um avanço em termos de melhora da qualidade de vida, sobretudo a população mais carente. Contudo, conforme explicado em parágrafos anteriores, e fortificado por Ribeiro (2015, p. 172), uma parcela da população que compõem a cidade “está subordinada a normas de controle de usos do espaço apregoadas por sujeitos que exercem um domínio sobre ele e que, assentados na propriedade privada da riqueza reduzem ou impedem apropriação do espaço à maioria dos cidadãos”.

Retomando a análise proposta por Harvey (2019) sobre as diversas “esferas de atividade” que acompanham a evolução do capitalismo, destacamos, neste contexto, aquela que aborda as “concepções mentais de mundo”. Esse destaque é relevante porque as restrições impostas e o controle do espaço têm um impacto significativo na estruturação da sociedade, ao

ponto de aspectos atualmente questionados, como os empreendimentos residenciais fechados e sua natureza excludente, poderem se tornar normais caso as contestações e demandas sociais cessem.

Essa disputa pelo uso e apropriação do espaço urbano, apresenta desvantagens para a população carente, mas é a única forma que eles possuem de reivindicar o mínimo de qualidade para sobreviver nas cidades. Segundo Pereira (2023), a estrutura urbana de Petrolina é centro-periférica e, devido a essa estrutura urbana há uma particularidade acerca dos grandes residenciais fechados que, só recentemente, foram migrando para as periferias.

Aqui, nos atermos brevemente a alguns movimentos urbanos realizados nos últimos anos, na cidade de Petrolina (PE) que, ao nosso ver, representam um movimento de resistência frente a perversidade das desigualdades que se intensificam sob o modo de produção capitalista.

Segundo Rollemberg (2016), os resistentes frequentemente surgem em diversos contextos como aqueles que se engajam numa luta considerada ilegal, pelas diferentes instâncias de dominação, em busca de objetivos específicos. Logo, entende-se que as desigualdades presentes no ambiente urbano, juntamente com suas diversas manifestações de contestação social, quando lideradas pela parcela trabalhadora que representa a população oprimida, constituem atos coletivos de resistência. Dessa forma, começaremos apontando as ocupações de casas do Programa Minha Casa, Minha Vida, por parte de pessoas que vivem em condição de vulnerabilidade social, na cidade de Petrolina (PE).

No ano de 2017, na cidade de Petrolina (PE), ocorreu a ocupação de algumas residências no Residencial Parque São Gonçalo por pessoas que não foram contempladas no processo de aquisição das habitações do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), conforme reportagem do Preto no Branco (2017). Em 2021, essa ação se repetiu, desta vez no Residencial Novo Tempo V, evidenciando que não se trata de um movimento isolado, mas sim de uma resposta contínua às condições de vida miseráveis impostas, onde a única alternativa aceita, pelo poder público municipal, parece ser o silêncio resignado. Uma moradora, cujo testemunho foi publicado em um veículo regional, expressou: "vem olhar para gente, vem dar a moradia da gente. Ali a gente passa fome, sofre com os mosquitos, não tem nem uma brisa. A gente não tem melhoria em nada" (Alves, 2021), demonstrando o desespero de quem vive na mais extrema precariedade.

Uma possível solução para essas desigualdades encontra a sua base no Movimento pelo Direito à Cidade, elaborado a partir do Estatuto da Cidade instituído pela Lei Federal no 10.257 de 2001 que, por sua vez, fundamenta-se nas reflexões desenvolvidas por Lefebvre (2006), de pensar a vida urbana alinhada à sua morfologia. Essa tarefa consistiria, conforme aponta

Marguti, Costa e Galindo (2006, p. 14), no ofício de delinear “no plano jurídico, teórico-ideológico, prático-sensível ou mesmo, se preferir, utópico (ou seja, dos topos que ainda não se concretizou), as novas formas de relações e morfologias, indutoras ou resultantes, que permitirão estabelecer as novas práticas de se produzir as cidades [...]”.

Essa produção deveria partir, em um primeiro momento, da elaboração dos Planos Diretores que contivessem as diretrizes do Estatuto da Cidade, todavia, o que se verifica é que, embora haja a menção do direito à cidade, conforme apresentado no art. 8º “*Dos princípios fundamentais*” do Plano Diretor Participativo de Petrolina (2022), pouco se adere a realidade do município.

Isso pode ser verificado quando, por exemplo, moradores do Loteamento Santo Expedito precisam sair às ruas, bloqueando a BR-428, quilômetro 185, a partir da queima de pneus, para protestar contra a reintegração de posse dos imóveis que eles usam para viver e trabalhar. Segundo a reportagem publicada pelo G1 Região (2023) “Na ação se fez necessário a atuação do pelotão de choque para a desobstrução da via que dá acesso aos imóveis, sendo usado agentes químicos para lograr êxito na ação”. As violências refletem como a propriedade privada passou a ser um instrumento de dominação sobre o espaço geográfico e, nesse sentido, é possível, então, considerar a recusa que diferentes sujeitos possuem, em entregar as suas moradias, como um ato de resistência.

Ao compreender que o contexto das remoções e dos despejos, no Brasil, possui um recorte muito claro de raça, classe e gênero – afetando especialmente negros, pobres e mulheres – decorrente da lógica mercadológica que permeia as habitações no país, torna-se evidente que as pessoas que passam por esse processo de desposseção estão muitas vezes lutando por uma moradia durante toda a vida (Kern, 2021; Lacerda *et. al*, 2022). No caso das mulheres, os problemas urbanos se amplificam, a violência e a supremacia masculina, no contexto das formulações de políticas públicas que as beneficiem, contribuem, segundo Kern (2021), para o surgimento de bloqueios que interferem, diretamente, no acesso que essas mulheres terão ao espaço urbano.

Refletindo sobre os princípios fundamentais, como o artigo 9º do Plano Plurianual (PPP) de 2022, que retrata as funções sociais da cidade de Petrolina, percebe-se que ele garante o “Direito à terra urbanizada e à moradia”, porém, paradoxalmente, atua na contramão da efetivação desse direito. Essa contradição se deve à maneira histórica com que se formou a propriedade fundiária no Brasil, colocando nas mãos de poucos a condição de ser proprietário, privado, de grandes acres de terra e, conseqüentemente, deixando milhões de pessoas sem ter condições de se apropriar do espaço para a realização da vida. É diante desse cenário que

Ribeiro (2015, p. 176) explica que é “[...] essa luta pela posse da terra que se apresenta como resistência e ultrapassa toda história recente de urbanização”.

Na cidade de Petrolina, as reivindicações que são contrárias aos retrocessos, muitas vezes implementado pelo poder público municipal, partem dos movimentos sociais do campo, dos sindicalistas, da classe artística da cidade, dos professores e do corpo estudantil – majoritariamente formado por estudantes da rede pública e das universidades estaduais e federais - os militantes políticos e a revolta dos trabalhadores (Vasconcelos, 2022). Trata-se de resistências que lutam pela apropriação do espaço e que, por meio desse embate que se “constroem os momentos de experiência dos moradores em que o confronto se transforma em um momento de compreensão da desigualdade, e estratégias renovadas de resistência” (Ribeiro, 2015, p. 184).

Essa pressão social vem, nas últimas décadas, fazendo com que algumas das reivindicações sociais sejam inseridas em políticas públicas, embora seja notório que, por diversas vezes o avanço conquistado é apropriado pelo capitalismo e/ou, nem chega a encontrar a materialidade social. Contudo, é importante destacar que, sob o modo de produção capitalista, para a classe trabalhadora, o viver nas cidades é, por si só, um ato de resistência, uma luta diária contra o desemprego, por melhores condições de moradia, pelos acessos aos serviços públicos, ao lazer e a segurança.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca pela compreensão das desigualdades urbanas não é uma tarefa fácil, sobretudo quando a mesma, no movimento de apreensão do real – de saída da aparência para a essência daquilo que se propõe analisar – possui a sua base fundante em um modo de produção que amplifica as estruturas de opressão, que intensifica, constantemente, as contradições que se apresentam no espaço geográfico.

Santos (2023, p. 118), defende o espaço enquanto “instância social, conjunto inseparável da materialidade e das ações do homem” e, nessa pesquisa, das benesses realizadas por meio do trabalho – a centralidade que compõe a materialidade -, este, capaz de estruturar e reestruturar as cidades constantemente, erguendo prédios e desbravando a natureza, também fez surgir, a partir da complexificação social e dos meios de produção, um espaço desigual, miserável quando analisado pela ótica das populações que nele reside sob condições difíceis de sobrevivência.

O presente trabalho buscou evidenciar as desigualdades urbanas contemporâneas, presentes na cidade de Petrolina (PE), a partir de uma análise morfológica do espaço urbano. Para tanto, optamos pelos espaços residenciais, entendendo que as dinâmicas que se estabelecem nas cidades e a forma que tais espaços apresentam, na contemporaneidade, são condicionados e condicionantes das fragmentações no tecido urbano. Contudo, desde o início da pesquisa, compreendemos que tal apreensão não deveria ser realizada fazendo uma restrição à forma da cidade, pois, ao usar como método de análise o materialismo histórico-dialético, o fator social configura-se enquanto elemento crucial para a compreensão daquilo que se propunha a analisar.

Dessa forma, ao longo do texto, buscamos trazer o referencial teórico das categorias de análise mobilizadas nesse trabalho, tais como a produção do espaço urbano, entendendo-o enquanto espaço essencialmente social; a morfologia urbana, em sua relação íntima entre forma e conteúdo; o conceito de cidades do agronegócio, partindo do desenvolvimento econômico da cidade de Petrolina que, após 1970, adquire uma posição de liderança frente à cidade vizinha (Juazeiro/BA), devido aos processos de modernização ligada às práticas da agricultura técnico-científica e implantação dos perímetros irrigados.

Destacamos, também, a atuação dos agentes produtores do espaço urbano em que, nessa pesquisa, destacamos o Estado (as instâncias de poder municipais), os promotores imobiliários, e os diferentes sujeitos que compõem as comunidades periféricas, em sua ação dialética, que atua produzindo e intensificando as desigualdades socioespaciais.

Entendemos, portanto, que esse movimento que liga a teoria à materialidade se fez necessário para possibilitar o entendimento das dinâmicas que conduzem o processo de produção da cidade de Petrolina, com as suas novas vertentes de expansão e o modo como foi planejada e conduzida essas dinâmicas, à luz do seu desenvolvimento econômico, este, ligado à produção da fruticultura irrigada. No decorrer do texto, entendemos essa questão econômica como sendo uma das premissas para que, nesse trabalho, tal cidade estivesse sob à égide do conceito de cidades do agronegócio, conforme mencionado anteriormente.

Logo, é importante destacar a posição de influência que o município de Petrolina apresenta, em relação aos outros municípios que compõem a sua região geográfica imediata, tanto em termos das relações de verticalidade e horizontalidade (as dinâmicas de pessoas, mercadorias, oferta de serviços, dentre outros) e no que concerne a sua atuação em escalas que vão do âmbito local ao internacional (o desenvolvimento agrícola e a sua importância econômica para o município; o grande fluxo de exportação de produtos agrícolas produzidos).

No que concerne a atuação dos agentes produtores do espaço urbano, nesse momento em que o capital financeiro deixa a sua marca sobre as práticas espaciais, evidenciamos a atuação dos promotores imobiliários, na construção e expansão da cidade, tão bem elaborado por Cruz (2013), e exemplificado na expansão dos empreendimentos residenciais fechados que atuam redefinindo, pouco a pouco, a centralidade urbana, rompendo com a homogeneidade dos espaços periféricos e implementando uma nova lógica à cidade.

Essa nova lógica aponta para a amplificação das diferenças. Não é possível desconsiderar o impacto que crescente expansão dos empreendimentos residenciais fechados, em Petrolina, produz sobre a cidade, amplificando as diferentes formas de desigualdades sociais, tais a segregação. Nesse ponto, a partir do que foi desenvolvido ao longo dessa pesquisa, apontamos para o que se delineia, no horizonte próximo, que é o desenvolvimento do processo de fragmentação socioespacial da cidade de Petrolina. Esse fator se deve a uma expansão urbana que ocorre alinhada com processos autosegregativos que, longe de ser um movimento isolado, corresponde as dinâmicas que vem se estabelecendo no âmbito das cidades médias, conforme aponta Sposito e Góes (2013).

No que concerne às comunidades periféricas na cidade de Petrolina, a apresentação das mais cruéis formas de desigualdades corresponde a ação do Estado, direta ou indiretamente. Esse Estado, que se desenvolve do antagonismo de classes (Engels, 2013), atua na promoção e delimitação de áreas para a habitação ausentes de infraestrutura, em que os próprios moradores, os grupos sociais excluídos, se veem imbuídos da tarefa, que sob o modo de produção capitalista nunca cessará, de lutar para obter qualidade de vida. As instâncias governamentais – e a elite

local - na cidade de Petrolina atuam, diretamente, na execução de leis e aparatos jurídicos que tendem, propositalmente, a beneficiar o setor imobiliário da cidade de Petrolina e os seus agentes fundiários.

Apesar da cidade concentrar uma gama de serviços essenciais, tanto para seus residentes quanto para os habitantes das cidades vizinhas, apresenta contradições que são visualizadas na falta de melhoria na qualidade de vida de seus moradores e evidencia-se nos indicadores de vulnerabilidade social. Nos recônditos do terceiro capítulo, ao explorarmos as nuances das comunidades periféricas e das periferias heterogêneas, tais reflexos de vulnerabilidade social se revelaram de forma nítida.

Dessa apreensão nasceu a inquietação capaz de, na interação com as comunidades periféricas, entender que os moradores dessas áreas, trabalhadores comuns, não se conformam com a precariedade que os assola, sempre buscando maneiras de melhorar, pouco a pouco, o lugar em que habitam. As modificações na estrutura das casas, as ligações clandestinas de água e luz, os terrenos vazios que viram campos de futebol, áreas improvisadas para as brincadeiras das crianças, demonstram a atuação dessas pessoas na produção do espaço urbano na cidade de Petrolina.

Nas bordas urbanas, onde o tecido da cidade se desfaz em ruas menos transitadas, reside um universo à parte, oculto das vistas dos turistas e dos forasteiros, num intrincado jogo de planejamento urbano que busca ocultar a face da pobreza. Esse “efeito contraste” (Dantas; Pereira; Silva, 2022) em que áreas da cidade são remodeladas, reorganizadas, para o recebimento dos turistas enquanto outras zonas da cidade carecem de infraestrutura e serviços básicos, demonstra a poder da transformação imobiliária, da ação do poder público municipal em prol do interesse do mercado.

São nesses recantos que se desdobram as inúmeras narrativas sociais que moldam essa geografia da desigualdade. Assim, apontamos para a urgência de estudos mais profundos sobre as comunidades periféricas de Petrolina, reconhecendo o potencial transformador dessas pesquisas na concepção de políticas públicas voltadas para o aprimoramento da qualidade de vida dos seus habitantes.

Salientamos, também, a dificuldade no acesso as informações ligadas a expansão urbana de Petrolina, nas últimas décadas. A desatualização dos bairros, a ausência de delimitação espacial das áreas, bem como a falta de informações sobre os novos produtos imobiliários estabelecidos na região, por parte do setor público municipal, configurou um entrave na abrangência que essa pesquisa poderia vir a abarcar. Em meio a isso, optou-se por utilizar as informações disponíveis nos anúncios das redes sociais, acerca da expansão dos

empreendimentos residenciais fechados, bem como as informações vinculadas a inserção do Programa Minha Casa, Minha Vida na cidade.

Embora Coelho (2007), tenha realizado o levantamento histórico de vários bairros da cidade de Petrolina, àqueles que se efetivaram na última década não possuem um aporte teórico que contextualize o seu surgimento, bem como a evolução das condições de moradia e infraestrutura, relacionadas à gestão municipal. Entendemos esse ponto, a análise da expansão urbana, como sendo fundamental para a elaboração de pesquisas sobre a cidade de Petrolina.

Ainda apontando caminhos, faz-se necessário mencionar que as desigualdades que se formam no espaço urbano de Petrolina, conforme exposto ao longo do trabalho, recaí sobre uma parcela específica da população, sendo estas as mulheres, os negros e os pobres. Ao pensar sob a premissa do direito à cidade, conceito desenvolvido por Henri Lefebvre, trazendo para a escala das cidades médias, apontamos a necessidade de estudos que visem a análise da ocupação dos espaços urbanos sabendo que, historicamente, os espaços públicos formaram territórios masculinos enquanto as mulheres foram e são relegadas aos espaços privados (Galetti e Drumond, 2020).

A presente pesquisa destacou as disparidades no acesso aos serviços públicos entre os estratos sociais de alto e baixo poder aquisitivo em Petrolina. Analisando a questão da mobilidade urbana, especialmente nas áreas de expansão surgidas após os anos 2000, observou-se uma clara heterogeneidade social, que vai desde as habitações periféricas até os condomínios de luxo. Essa heterogeneidade ressalta a desigualdade econômica ao considerar a dificuldade de deslocamento das regiões mais distantes para o centro da cidade. Para aqueles que possuem meios de transporte privados e recursos financeiros, esse desafio não se configura como um problema significativo, pois têm a capacidade de transitar livremente entre todas as áreas da cidade.

Os resultados dessa pesquisa demonstraram, a partir da apreensão das diferentes apropriações e usos do solo, na cidade de Petrolina, o surgimento de áreas descontínuas no tecido urbano, oriundas da atuação imobiliária (capital imobiliário) em confluência com o poder público municipal. Através do planejamento urbano da cidade, ocorre a destinação de áreas específicas para os conjuntos habitacionais, loteamentos populares e para os empreendimentos residenciais fechados de médio e alto padrão que interfere, diretamente, nos processos de integração e/ou dispersão territorial.

Essa descontinuidade e as justaposições que precedem os usos e funções dos espaços na cidade, também revela a sua desigualdade quando as áreas privilegiadas da cidade são destinadas a população com alto poder aquisitivo. A remodelação da orla de Petrolina com o

surgimento de empreendimentos verticais para a habitação de uma determinada parcela da população, bem como a apropriação dos espaços da orla da cidade, por parte desses empreendimentos, expõe essa dualidade que é fruto da divisão do espaço a partir de critérios econômicos.

Essa divisão torna-se ainda mais evidente quando, ao emergir nas áreas mais distantes do centro, percebe-se que tais áreas são destinadas a população com baixo poder aquisitivo e são topograficamente sujeitas a alagamentos e carentes de infraestrutura.

Nesse sentido, levando em consideração a complexidade que o espaço urbano apresenta e a necessidade de apreensão desse espaço, que optamos por analisar as desigualdade na cidade de Petrolina, através da morfologia urbana. Conforme explicitado, anteriormente, a análise desenvolvida por essa pesquisa não teve como objetivo realizar um estudo restrito as formas urbanas, mas sim apresentá-la à luz daquilo que é inerente a formação das cidades: a sua historicidade e a dialética que compõe o seu conteúdo social.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Isabel Pinto. A noção de mobilização do espaço em Henri Lefebvre. **GEOUSP Espaço E Tempo (Online)**, v. 23, n. 3, p. 494-505, 2019.

ALVEZ, Edenevaldo. **Petrolina (PE): Miguel Coelho inaugura segundo viaduto da Avenida Sete de Setembro nesta sexta (17)**. Publicado em: 14/09/2021. Disponível em: [Petrolina \(PE\): Miguel Coelho inaugura segundo viaduto da Avenida Sete de Setembro nesta sexta \(17\) — Blog Edenevaldo Alves](#). Acesso em: 13 de jan. 2024.

ALVES, Edenevaldo. **Petrolina (PE): Famílias ocupam casas do Residencial Novo Tempo V, e moradora desabafa: “Estamos numa invasão feito bicho”**. Publicado em: 08/04/2021. Edenevaldo Alves. Disponível em: <https://www.edenevaldoalves.com.br/petrolina-pe-familias-ocupam-casas-do-residencial-novo-tempo-v-e-moradora-desabafa-estamos-numa-invasao-feitobicho/#:~:text=Ap%C3%B3s%20o%20sorteio%20realizado%20na,ocupar%20algumas%20casas%20do%20residencial.> Acesso em: 13 de jan. 2024.

ALVES, Edenevaldo. **Ministério Público pede que Prefeitura de Petrolina (PE) notifique ‘invasores’ para desobstrução de rua no bairro Antônio Cassimiro**. Edenevaldo Alves. Publicado em: 24/05/2023. Disponível em: <https://www.edenevaldoalves.com.br/ministerio-publico-pede-que-prefeitura-de-petrolina-pe-notifique-invasores-para-desobstrucao-de-rua-no-bairro-antonio-cassimiro/>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: Caio Santo Amore, Lúcia Zanin Shimbo, Maria Beatriz Cruz Rufino (Org.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015.

AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. Origem, evolução e perspectivas dos estudos sobre as cidades médias. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão popular, 2007.

ARANHA, Carla. **Com frutas para o mundo, Petrolina é a melhor cidade para o agronegócio**. Exame. Publicado em: 09/11/2021. Disponível em:

<https://exame.com/brasil/com-frutas-para-o-mundo-petrolina-e-a-melhor-cidade-para-o-agronegocio/>. Acesso em: 10 de ago. 2023.

BALBIM, Renato. **Os tons de cinza do casa verde e amarela**. Le Monde Diplomatic Brasil. Publicado em: 28/08/2020. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/os-tons-de-cinza-do-casa-verde-e-amarela/>. Acesso em: 26 de jan. 2024.

BANANA, Carlos. **Parceria entre Caixa Econômica e Sintraf Petrolina deve facilitar acesso de agricultores ao Pronaf**. Blog do Banana. Publicado em: 18/08/2021. Disponível em: <https://ricardobanana.com.br/parceria-entre-caixa-economica-e-sintraf-petrolina-deve-facilitar-acesso-de-agricultores-ao-pronaf/>. Acesso em: 18 de abr. 2023.

BEAUJEU-GARNIER, Jaqueline. **Geografia Urbana**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbknkian, 1997.

BOTELHO, Adriano. **O financiamento e a financeirização do setor imobiliário**: uma análise da produção do espaço e da segregação sócio-espacial através do estudo do mercado da moradia na cidade de São Paulo. Universidade de São Paulo – Programa de pós-graduação em geografia – tese de doutorado, 2005.

BOTELHO, Adriano. **A produção do espaço e da moradia através das práticas do setor imobiliário**: três casos paulistanos. São Paulo: Cidades, 2007.

BOTELHO, Adriano. A renda fundiária urbana: uma categoria de análise ainda válida. **GEOgraphia**, v. 10, n. 19, p. 24-45, 2008.

BUARQUE, Chico. **Estorvo**. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

BRASIL. Ministério das Cidades. **Conheça o programa Minha Casa, Minha Vida - O maior programa de habitação de interesse social do Brasil está de volta com novas regras**. Brasília. Publicado em: 13/09/2023. Disponível em: <https://www.gov.br/cidades/pt-br/assuntos/noticias-1/conheca-o-programa-minha-casa-minha-vida#:~:text=O%20programa%20%22Minha%20Casa%2C%20Minha,a%20popula%C3%A7%C3%A3o%20de%20baixa%20renda.>. Acesso em: 20 de jan. 2024.

BRASIL. **Vista área de Petrolina.** Publicado em: 2012. Disponível em: [Vista Aérea de Petrolina \(bn.gov.br\)](#). Acesso em: 29 de jan. 2024.

BRITTO, Carlos. **Maior UBS de Petrolina é inaugurada por Miguel Coelho.** Publicado em: 24/11/2021. Disponível em: [Maior UBS de Petrolina é inaugurada por Miguel Coelho | Blog do Carlos Britto](#). Acesso em: 06 de jan. 2024.

BRITTO, Carlos. **Mesmo com polêmica, Câmara de Petrolina aprova novo limite e APP e vira modelo.** Publicado em: 20/11/2023. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/carlos-britto/mesmo-com-polemica-camara-de-petrolina-aprova-novo-limite-e-app-e-vira-modelo/41011/>. Acesso em: 26 de jan. 2024.

BRITTO, Carlos. **Raso da Catarina volta a incomodar moradores do bairro José e Maria.** Blog do Carlos Britto. Publicado em: 07/01/2023. Disponível em: <https://www.carlosbritto.com/arquivos/762020>. Acesso em: 26 de ago. 2023.

BRITTO, Maria Creusa de Sá Y. **Petrolina origens, fatos, vida uma história:** (do desbravamento do município a 1992). Petrolina: Tribuna do Sertão, 1995.

CALDEIRA, T. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp, 2000.

CAPEL, Horácio. **La morfología de las ciudades I. Sociedad, cultura y paisaje urbano.** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2002.

CAPEL, Horácio. **La morfología de las ciudades III. Agentes urbanos y mercado inmobiliario.** Barcelona: Ediciones del Serbal, 2013.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade.** São Paulo: Contexto, 1992.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A (re)produção do espaço urbano.** São Paulo: Edusp, 1994.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Diferenciação Socioespacial.** São Paulo: CIDADES, v. 4, n. 6, 2007, p. 45-60.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Metageografia**: ato de conhecer a partir da geografia. In: Crise urbana (Org.) Ana Fani Alessandri Carlos. São Paulo: Contexto, 2015.

Casa à venda, Buona Vita Petrolina/PE. Docelar Imobiliária. Publicado em: 24/11/2021. Disponível em: <https://www.docelarimob.com.br/imovel/casa-a-venda-buona-vita-petrolina-pe/218>. Acesso em: 29 de dez. 2023.

Casa Condomínio em Aphaville - Petrolina, PE. Alpha negócios imobiliários. Publicado em: 20--?. Disponível em: <https://www.alfaimobi.com/imovel/casa-condominio-4-quartos-vila-eduardo-petrolina-4-vagas-431m2-venda-RS3100.000-code-608>. Acesso em: 06 de jan. 2024.

Casa condomínio Alphaville Petrolina. Portal@L21. Publicado em: 20--?. Disponível em: https://portal21.arboimoveis.com.br/imovel/casa-condominio-alphaville-petrolina/www.portal21imob.com/imovel/SO0002_PORTA. Acesso em: 06 de jan. 2024.

Casa para venda no condomínio Encontro das Águas. Gabriel Imóveis. Publicado em: 20--?. Disponível em: <https://www.gabrielimoveis.net/350/imoveis/venda-casa-em-condominio-3-quartos-cohab-massangano-petrolina-pe>. Acesso em: 02 de jan. 2024.

CASTELLO BRANCO, Maria Luísa. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, Eliseu Savério; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; SOBARZO, Oscar (Orgs.). **Cidades Médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 245-277.

CHILCOTE, Ronald H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste.** São Paulo: T. A. Queiroz Editor/Edusp, 1990.

CIRQUEIRA, José Vandério. O continente libertário da geografia: descontinuidade na história do pensamento geográfico. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 40, n. 01, p. 1-40, 2020.

CBN – RECIFE. **Rodada de Negócios de Petrolina garante R\$ 8,5 milhões em exportação de frutas do São Francisco.** Blog do Elielson. Publicado em: 20/11/2022. Disponível em: <https://www.cbnrecife.com/blogdoelielson/artigo/rodada-de-negocios-de-petrolinagaranter85milhoesemexportacaodefutasdosaofrancisco#:~:text=%E2%80%9CPetr>

[olina%20%C3%A9%20a%20maior%20exportadora,R%24%201%20bilh%C3%A3o%20em%20frutas.](#). Acesso em: 27 de jul. 2022.

CODEVASF. **Lista de Programas e Ações**. Publicado em: 05/02/2019. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/lista-de-programas-e-acoes>. Acesso em: 18 de dez. 2023.

COELHO, Rosabelli Lopes Lima Cavalcanti. **Política, gestão e cidade: política habitacional e voto em Petrolina, Pernambuco**. 2007. 169 p. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO VALE DO SÃO FRANCISCO E PARNAÍBA – CODEVASF. **Pontal**. Publicado em: 30/07/2018. Disponível em: <https://www.codevasf.gov.br/linhas-de-negocio/irrigacao/projetos-publicosdeirrigacao/elenco-de-projetos/emimplantacao/pontal>. Acesso em: 14 de fev. 2023.

Condomínio encontro das águas. Nardini Imóveis. Publicado em: 20--?. Disponível em: <https://www.nardiniimoveis.com.br/imoveis/lote-em-condominio-a-venda-condominio-encontro-das-aguas--petrolina-pe/1070>. Acesso em: 02 de jan. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática S.A, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, Ana Fani A.; SOUZA, Marcelo JL; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Orgs.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. 2011.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Segregação residencial: classes sociais e espaço urbano**. In: A cidade contemporânea - segregação espacial. São Paulo: Contexto, 2013.

COSTA, Ecio. **Petrolina e Caruaru: a pujança do interior**. Diário de Pernambuco. Publicado em: 03/07/2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/colunas/ecnomiaemfoco/2023/07/petrolina-e-caruaru-a-pujanca-do-interior.html>. Acesso em: 22 de ago. 2023.

COSTA, Everaldo Batista da; SUZUKI, Júlio César. **Materialismo histórico e existência: discurso geográfico e utopias**, 2012.

Criança de dez anos e morta a tiros no residencial Nova Petrolina. G1 Petrolina. Publicado em: 15/04/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2019/04/15/crianca-de-dez-anos-e-morta-a-tiros-no-residencial-nova-petrolina.ghtml>. Acesso em: 16 de dez. 2023.

CRUZ, Patrícia Fernanda de Sousa. **Reestruturação urbana em Petrolina (PE): um olhar a partir da implantação dos novos produtos imobiliários.** Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional), faculdade de Arquitetura - Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DANTAS, Eustógio; PEREIRA, Alexandre Queiroz; SILVA, Regina Balbino da. Lazeres, turismo e o direito à vida na cidade de Fortaleza. In: **Reforma urbana e direito à cidade.** (org.) Alexandre Queiroz Pereira, Maria Clélia Lustosa Costa. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

ELIAS, Denise. Agronegócio e desigualdades socioespaciais. In: ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. **Difusão do agronegócio e novas dinâmicas socioespaciais.** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2006. p. 25-81.

ELIAS, Denise. Construindo a noção de região produtiva do agronegócio. In: **Cidades Médias e Região.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.** Clube de Autores, 2013.

Equipes de plantão trabalham para minimizar transtornos das chuvas em Petrolina. JB Notícias. Publicado em: 27/01/2024. Disponível em: <https://www.jbritonoticias.com.br/equipes-de-plantao-trabalham-para-minimizar-transtornos-das-chuvas-em-petrolina/#>. Acesso em: 28 de jan. 2024.

ERTHAL, Rui. Geografia histórica-considerações. **GEOgraphia**, v. 5, n. 9, 2003.

FRIGOTTO, Grudêncio. Método Materialista Histórico como Instrumento de Análise da Realidade. In: FRANCO, Adriana de Fátima; TULESKI, Silvana Calvo; CALVE, Tiago Morales (Orgs.). **Materialismo Histórico Dialético e Psicologia Histórico-Cultural: Expressões da Lutade Classes no Interior do Capitalismo**. Paranaíba-PR: Editora EduFatecie, 2020.

GALVÃO, Didi. **Denúncia: Internauta denuncia abandono da praça do bairro Antônio Cassimiro em Petrolina**. Blog do Didi Galvão. Publicado em: 02/02/2023. Disponível em: <https://www.didigalvao.com.br/denuncia-internauta-denuncia-abandono-da-praca-do-bairro-antonio-cassimiro-em-petrolina/>. Acesso em: 24 de jul. 2023.

GALVÃO, Didi. **Petrolina: Moradores reclamam de sérios problemas de esgoto no Bairro João de Deus**. Blog do Didi Galvão. Publicado em: 03/04/2023. Disponível em: <https://www.didigalvao.com.br/petrolina-moradores-reclamam-de-serios-problemas-de-esgoto-no-bairro-joao-de-deus/>. Acesso em: 24 de jul. 2023.

GALVÃO, Didi. **Petrolina: obras da BR-407 avançam com início da construção de novo viaduto**. Publicado em: 18/07/2023. Disponível em: <[Petrolina: obras da BR-407 avançam com início da construção de novo viaduto | Blog do Didi Galvão \(didigalvao.com.br\)](https://www.didigalvao.com.br/petrolina-obras-da-br-407-avançam-com-início-da-construção-de-novo-viaduto)>. Acesso em: 03 de dez. 2023.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim; SENA, Consuelo Ponde de. **Juazeiro: trajetória histórica**. Juazeiro: Gráfica Gutenberg, 1992.

GUIMARÃES, Raul Borges; VIEIRA, Alexandre Bergamin; Nunes, Marcelo. **Cidades Médias: territórios da exclusão**. São Paulo: CIDADES, v. 2, n. 4, 2005.

G1 PETROLINA. **Produtores de Petrolina contam com nova tecnologia que garante mais qualidade na exportação**. G1 Petrolina e Região. Publicado em: 06/07/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2022/07/06/produtores-de-petrolina-contam-com-nova-tecnologia-que-garante-mais-qualidade-na-exportacao.ghtml>. Acesso em: 27 de jul. 2023.

G1 PETROLINA. **Primeiro Viaduto da Avenida Sete de Setembro é inaugurado.** Publicado em: 14/06/201. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2021/06/14/primeiro-viaduto-da-avenida-sete-de-setembro-em-petrolina-e-inaugurado.ghtml>. Acesso em: 10 de set. 2023.

G1 PETROLINA. **Moradores temem desabamento de teto de casa do 'Nova Petrolina'.** Publicado em: 01/07/2015. Disponível em: [G1 - Moradores temem desabamento de teto de casa do 'Nova Petrolina' - notícias em Petrolina e Região \(globo.com\)](https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2015/07/01/moradores-temem-desabamento-de-teto-de-casa-do-nova-petrolina-noticias-em-petrolina-e-regiao-globo.com). Acesso em: 10 de nov. 2023.

HARVEY, David. **A Justiça social e a cidade.** São Paulo: Hucitec, 1980.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. **O espaço como palavra-chave.** GEOgraphia, 14(28), 8-39, 2013a. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2012.v1>.

HARVEY, David. **Os limites do capital.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2013b.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

Infraestrutura. Associação Terras Alphaville. Publicado em: 20--?. Disponível em: <https://www.terrasalphavillepetrolina.com.br/catalogo>. Acesso em: 06 de jan. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades: território.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/panorama>. Acesso em: 10 de jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **População ocupada.** Disponível em:

<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/petrolina/pesquisa/10058/60027>. Acesso em: 10 de Jan. 2023.

KERN, Leslie. **Cidade Feminista**. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2021.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 4 edição, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986.

LACERDA, Larissa Gdynia; SANTORO, Paula Freire; ALHO, Isabella Berloff; BRITO, Gisele Aparecida de Sá; HARKOT, Marina Kohler. **Despossessão, violências e a potência transformadora: um olhar interseccional sobre as remoções**. São Paulo: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v. 24, 2022.

LEFEBVRE, Henri. L'espace: produit social et valeur d'usage. Paris: *La Nouvelle Revue Socialiste*: n, 18, pp. 11-20, 1976. (tradução de Cláudio Smalley Soares Pereira).

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

LEFEBVRE, Henri. **Espaço e Política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

Lei Nº 1875, de 14 de novembro de 2006. Leis Municipais. Publicado em: 2006. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pe/p/petrolina/lei-ordinaria/2006/188/1875/lei-ordinaria-n-1875-2006-dispoe-sobre-o-plano-diretor-participativo-do-municipio-de-petrolina-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 03 de jan. 2024.

Loteamento Nova Petrolina. AMF Construções. Publicado em: 20?? Disponível em: <https://www.amfempreendimentos.com.br/empreendimentos/loteamento-nova-petrolina/>. Acesso em: 13 de jan. 2023.

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACARINI, José Pedro. A política econômica do governo Médici: 1970-1973. **Nova economia**, v. 15, p. 53-92, 2005.

MAIA, Doralice Sátyro; MARAFON, Glaucio José. Apresentação – O Programa Minha Casa Minha Vida: habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas. P. 7-18. In: Doralice Sátyro Maia Glaucio José Marafon. (Orgs). **Minha Casa Minha Vida O programa habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020.

MAIA, Doralice Sátyro. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. **Scripta Nova**, v. 14, n. 331, 2010.

MARANHÃO, Wilson. **Corpos de jovens são achados em cova rasa e polícia investiga duplo homicídio no Sertão**. Diário de Pernambuco. Publicado em: 01/12/2023. Disponível em: <https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2023/12/corpos-de-jovens-sao-achados-em-cova-rasa-e-policia-investiga-crime.html>. Acesso em: 16 de dez. 2023.

MARCUENDE, Alejandro; LEGROUX, Jean. **Práticas do habitar, modos de vida e representação de mulheres periféricas: o caso dos Pimentas em Guarulhos-SP**, 2022.

MARCUENDE, Alejandro. **Diferenciação e Fragmentação Socioespacial: a contradição campo-cidade como teoria e como método**. GEOUSP, 25 (2). Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.177986>. Acesso em: 10 de julho de 2021.

MARGUTI, Bárbara Oliveira; COSTA, Marco Aurélio; GALINDO, Ernesto Pereira. **A trajetória brasileira em busca do direito à cidade: os quinze anos do Estatuto da Cidade e as novas perspectivas à luz da nova agenda urbana**. In: Estatuto da Cidade e a Habitat III: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana / organizador: Marco Aurélio Costa. – Brasília: Ipea, 2016.

MARQUES, Eduardo. **De volta aos capitais para melhor entender as políticas urbanas**. São Paulo: Novos Estudos, 2016.

MARTINS, Alexandre Lyra. **Fundamentos de Economia Política marxista**. João Pessoa: Imprell, 1998.

MARX, Karl. O método da economia política. In: Marx, K. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo, 2011.

Minha Casa Minha vida: 56% dos imóveis apresentam falhas de construção. Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil. Publicado em: 26/02/2018. Disponível em: <https://caubr.gov.br/rede-globo-56-dos-imoveis-do-minha-casa-minha-vida-apresentam-falhasdeconstrucao/#:~:text=Minha%20Casa%20Minha%20Vida%3A%2056%25%20dos%20im%C3%B3veis%20apresentam%20falhas%20de%20constru%C3%A7%C3%A3o,-26%2F02%2F2018&text=Mais%20de%2056%25%20dos%20im%C3%B3veis,liga%C3%A7%C3%A3o%20de%20C3%A1gua%20e%20esgoto>. Acesso em: 12 de dez. 2023.

MIYAZAKI, Vitor Koiti. **Estruturação da cidade e morfologia urbana:** um estudo sobre cidades de porte médio da rede urbana paulista. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2013.

MCLELLAN, David. **As Ideias de Marx**. São Paulo, Cultrix, 1993.

Moradores e comerciantes do Loteamento Santo Expedito fazem protesto contra reintegração de posse. G1 Região. Publicado em: 24/05/2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2023/05/24/moradores-e-comerciantes-do-loteamento-santo-expedito-fazem-protesto-contrareintegracao-de-posse.ghtml>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

MOURA, Rosa et al. Geografia Crítica: legado histórico ou abordagem recorrente. **Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales**, v. 786, 2008.

MUNIZ, Antônio Muniz dos Santos Filho. **Desigualdade e diferenciação em cidades médias do Sertão do São Francisco:** Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) – formação socioespacial e meio técnico-científico-informacional. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Alagoas, Programa de pós-graduação em arquitetura e urbanismo. Maceió, 2021.

MBI - Petrolina (PE) - Índice de bairros e demais núcleos populacionais. Disponível em: <https://www.mbi.com.br/mbi/biblioteca/cidade/petrolina-pe-br/>. Acesso em: 10 de dez. 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

O DNIT inaugura nesta segunda-feira (14) um viaduto na cidade de Petrolina, no km 188,29 da BR-428/PE. Publicado em: 14 de junho de 2021. Twitter. @DNIToficial. Disponível em: [DNIT no X: "#EntregaDNIT: o DNIT inaugura nesta segunda-feira \(14\) um viaduto na cidade de Petrolina, no km 188,29 da BR-428/PE. A nova estrutura vai eliminar pontos críticos no trecho urbano da cidade e melhorar a mobilidade, diminuindo o tempo de percurso dos condutores. 🚗 https://t.co/fw2BCtUzIV" / X \(twitter.com\)](https://t.co/fw2BCtUzIV). Acesso em: 13 de jan. 2024.

OLIVEIRA, Renata Sibéria de. **Entre o estado, o mercado e a reprodução social:** organização dos pequenos produtores do polo irrigado Petrolina/Juazeiro. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe 2011.

OLIVEIRA, Vitor. As origens da morfologia urbana e a geografia alemã. **Revista de Morfologia Urbana**, v. 2, n. 1, p. 37, 2014.

OLIVEIRA, H. C. M; SOARES, B. R. **Cidade média:** apontamentos metodológicos e tipologia. *Caminhos da Geografia*, 2014.

O mais novo e moderno empreendimento imobiliário do Vale do São Francisco. Saint Claire Home Club. Publicado em: 202-?. Disponível em: <https://saintclairehomeclub.com.br/>. Acesso em: 10 de jan. 2024.

PASSOS, Waldinei. **Moradora faz alerta à Prefeitura sobre rua alagada no Dom Avelar.** Blog Waldinei Passos. Publicado em: 27/12/2022. Disponível em: <https://waldineypassos.com.br/moradora-faz-alerta-a-prefeitura-sobre-rua-alagada-no-dom-avelar/>. Acesso em: 24 de ago. 2023.

PF faz operação contra fraude no programa Casa Verde Amarela em Petrolina, PE. G1 Petrolina. Publicado em: 25 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2022/10/25/pf-faz-operacao-contrafraude-no-programa-casa-verde-amarela-em-petrolina-pe.ghtml>. Acesso em: 17 de jun. 2023.

PEDRO, J. Branco. Programa minha casa, minha vida: riscos, oportunidades e recomendações para a melhoria da qualidade arquitetônica e urbanística. In: **Congresso Internacional na Habitação no Espaço Lusófono**. 2013.

PEQUENO, Renato; ELIAS, Denise. **Estruturação urbana e questão da moradia nas cidades do agronegócio**. Repositório Institucional UFC, 2020.

PEREIRA, Claudio Smalley Soares. **Produção do espaço urbano e reestruturação da cidade: Petrolina/PE no contexto da globalização contemporânea**. Mimeo, 2023. 34p.

PINTO, Paula Sanders Pereira; BICHARA, Ilka Dias. O que dizem crianças sobre os espaços públicos onde brincam. **Interação em Psicologia**, v. 21, n. 1, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA. **História**. Disponível em: <https://petrolina.pe.gov.br/historia/>. Acesso em: 04 jun. 2023.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PETROLINA – Diário Oficial. **Plano Plurianual do Município de Petrolina para o quadriênio de 2022/2025**. Publicado em: 15 de dezembro de 2021.

Petrolina-PE: Casas do Residencial Parque São Gonçalo estão sendo invadidas, dizem moradores. Portal Preto no Branco. Publicado em: 18/04/2017. Disponível em: <https://pretonobranco.org/2017/04/18/petrolina-pe-casas-do-residencial-parque-sao-goncalo-estao-sendo-invadidas-dizem-moradores/>. Acesso em: 12 de jan. 2024.

Regularização fundiária de 15 mil famílias em Petrolina será meta do segundo governo de Miguel. Folha de Pernambuco. Publicado em: 27 de outubro de 2020. Disponível em: <https://www.folhape.com.br/colunistas/blogdafolha/regularizacao-fundiaria-de-15-mil-familias-em-petrolina-sera-meta-do-segundo-governo-de-miguel/21262/>. Acesso em: 17 de jun. 2023.

RIBEIRO, Fabiana Valdoski. Produção contraditória do espaço urbano e resistências. P. 171 – 187. In: Ana Fani Alessandri Carlos. (Org). **Crise Urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

ROCHA, Emerson. **FOTOS: chuva intensa deixa vários bairros de Petrolina alagados.** G1 Petrolina e Região. Publicado em: 04/11/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pe/petrolina-regiao/noticia/2022/11/04/fotos-chuva-intensa-deixa-varios-bairros-de-petrolina-alagados.ghtml>. Acesso em: 28 de jan. 2024.

ROLLEMBERG, Denise. Definir o conceito de Resistência: dilemas, reflexões, possibilidades. In: ROLLEMBERG, Denise (org.). **História e Memória das ditaduras do século XX**, v. 1, p. 77-95, 2016.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Estatuto da Cidade:** função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e espaço. *Cadernos Metrópole*, n. 12, 2004.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Desigualdades socioespaciais – a luta pelo direito à cidade.** CIDADES, Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, v. 4, n. 6, p. 73-88, 2007

SANTOS, Milton. **Manual de Geografia Urbana.** Hucitec, Sao Paulo, 1981.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** São Paulo. Edusp, 2002.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2023a.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método.** São Paulo: Editora Edusp, 2023b.

SANTOS, Flaviane Ramos dos; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Teorias de localização: do espaço absoluto e relativo ao espaço relacional. In: Doralice Sátyro Maia Glaucio José Marafon. (Org). **Minha Casa Minha Vida O programa habitação e produção do espaço urbano em diferentes escalas e perspectivas.** Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020.

SEABRA, Odette Carvalho de Lima. **Urbanização e fragmentação**: a natureza natural do mundo. Vitória: Geografares, 2000.

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA, MOBILIDADE E SERVIÇOS PÚBLICOS. **Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos – PMGIRS – Petrolina/PE**. PREFEITURA DE PETROLINA. Publicado em: 2019. Disponível em: https://petrolina.pe.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/PMGIRS-REV.01_2019.pdf. Acesso em: 23 de ago. 2023.

Significado de Pau a pique. Dicionário *online* de português. Publicado em: 20??. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/pau-a-pique/>. Acesso em: 28 de jan. 2024.

SERRA, Geraldo. **O espaço natural e a forma urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

SERRA, Geraldo. **Sobre o espaço natural e a forma urbana à guisa de posfácio**. Programa de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – FAUUSP. São Paulo n. 4 p. 39 – 51, 1993.

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (Org). **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial**. São Paulo: Editora Alfa-ômega, 1982.

SISTEMA IBGE DE RECUPERAÇÃO AUTOMÁTICA (SIDRA) – **População residente por sexo e situação de domicílio**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: 15 de ago. 2023.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. ZAHAR, 1993.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento Desigual**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A, 1988.

SMOLKA, Martin O. **Preço da terra e valorização imobiliária urbana**: esboço para o enquadramento conceitual da questão, 1979.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **O centro e as formas de expressão da centralidade urbana.** São Paulo: Revista de Geografia, v. 10, p. 1-18, 1991.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Reflexão sobre a natureza da segregação socioespacial nas cidades contemporâneas.** Dourados-MS: Revista de Geografia, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: **O espaço no fim de século: a nova raridade.** São Paulo: Contexto, p. 83-99, 1999.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Novos conteúdos das periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. **Investigaciones geográficas.** México D.F.: UNAM, n.54, p.114-139, 2004.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades médias: espaços em transição.** São Paulo: Expressão popular, 2007.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras.** Belém: Federação de Órgãos para a Assistência Social e Educacional/FASE; Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas UFPA; Observatório Comova, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão; GÓES, Eda Maria. **Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Espaços fechados e cidades-Insegurança urbana e fragmentação socioespacial.** Editora Unesp, 2016.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Cidades Médias.** In: Glossário de Geografia Humana e Econômica. Org. SPOSITO, Eliseu Silvério. São Paulo: Editora Unesp, 2017a.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Morfologia Urbana.** In: Glossário de Geografia Humana e Econômica. Org. SPOSITO, Eliseu Silvério. São Paulo: Editora Unesp, 2017b, p. 297-302.

STEINBERGER, Marília; BRUNA, Gilda Collet. **Cidades médias: elos do urbano-regional e do público-privado**. 2001.

SVAMPA, Maristella. **Los que ganaron: la vida en los countries y barrios privados**. Editorial Biblos, 2001.

URIBE, Gustavo; CARAM, Bernardo. **Bolsonaro troca nome do Minha Casa Minha Vida para Casa Verde e Amarela**. Folha de São Paulo. Publicado em 25/08/2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/bolsonaro-troca-nome-do-minha-casa-minha-vida-e-reduz-juros-do-programa.shtml>. Acesso em 25 nov. 2021.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. **A Cidade contemporânea segregação espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

VASCONCELOS, Júlia. **1º de maio: Petrolina (PE) tem ato político em defesa do trabalhador em feira da cidade**. Brasil de Fato. Publicado em: 01 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/05/01/1-de-maio-petrolina-pe-tem-ato-politico-em-defesa-do-trabalhador-em-feira-da-cidade>. Acesso em: 06 de jan. 2023.

VIANA, Nildo. **Escritos Metodológicos de Marx**. Goiânia, Alternativa, 2007.

VILLAÇA, Flávio. A terra como capital (ou a terra-localização). **Espaço & Debates**. N. 16. pp. 5-4, 1985.

WHITACKER, Arthur Magon. **Uma discussão sobre a morfologia urbana e a articulação de níveis diferentes de articulação**. In: *Cidades Médias: espaços em transição*. Org. Sposito, Maria Encarnação Beltrão. São Paulo: expressão popular, 2007a.

WHITACKER, Arthur Magon. Inovações tecnológicas, mudanças nos padrões locacionais e na configuração da centralidade em cidades médias. **Scripta Nova** – Revista Eletrônica de Geografia y Ciencias Sociales. Barcelona: Universidad de Barcelona. V. 11, n.245, ago. 2007.

YAMAMOTO, Oswaldo H. **Marx e o método**. São Paulo, Editora Moraes, 1994.